

ESTADO DO PARANÁ

RELATORIO

Apresentado ao Exmo. Snr. Dr.

Carlos Cavalcanti de Albuquerque

Presidente do Estado do Paraná

Pelo Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda

ENGENHEIRO CIVIL

Arthur Martins Franco

Em 31 de Dezembro de 1914

EXERCICIO FINANCEIRO DE 1913—1914



CORITIBA

Impressora Paranaense

1915

353 2
P 233
1914-1914
MTN-784

INDICE

| | PAGINAS |
|--|---------|
| Introdução | 5 |
| Decreto N.º 458 | 11 |
| Imposto de industria e profissão | 18 |
| Pareceres da Procuradoria Fiscal | 34 |
| Relatorio do Inspector das Rendas | 59 |
| Leis sancionadas | 71 |
| Decretos | 76 |
| Circulares | 91 |
| Isenções | 98 |
| Mappas do Contencioso | — |
| Balanços das Repartições arrecadoras | — |





Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado

Capital

Em cumprimento ás disposições constitucionaes, tenho a honra de, mais uma vez, apresentar a V. Excia. o relatório dos negocios referentes a Secretaria que superintendo.

Não me anima, porem, a mesma satisfação experimentada por occasião de relatar os dois ultimos exercicios financeiros que antecederam ao que ora me refiro e nos quaes ficou demonstrado que a receita arrecadada excedera, em ambos esses exercicios, á consignada nas respectivas leis orçamentarias, — porque, infelizmente, vem de ser confirmadas as apprehensões manifestadas no ultimo dos relatorios mencionados, com referencia ao decrescimento das rendas publicas, denunciado pela arrecadação no primeiro semestre do exercicio de 1913—1914.

Na phase difficil que o Paiz atravessa, phase de angustias e prenhe de difficuldades para todas as classes laboriosas, não é de extranhar este phenomeno que ora se apresenta na nossa vida financeira, depois de mais de uma década de prospera e folgada situação -- taes e tão estreitos são os laços que prendem os interesses da publica administração á vida e aos interesses collectivos dessas classes.

Dentre as diversas causas determinantes da crise geral e que ocioso seria enumeral-as, pois são ellas do dominio publico, citarei apenas a escassez do meio circulante como aquella que mais de perto interessa o organismo economico — financeiro do Estado.

A brusca retracção do credito, levada a effeito, logo nos primeiros mezes da Guerra Européa, pelos Bancos estrangeiros que funcçionam no Paiz e que antes, tão prodigos se haviam manifestado em alargal-o e cujas relações com o nosso commercio eram positivamente as mais amplas, e a consequente redução do numerario em circulação, resultante de medidas postas em pratica por esses mesmos Bancos, vieram occasionar,

como era natural, um profundo desequilíbrio no movimento commercial e industrial do Paiz. Os effeitos desse desequilíbrio, estão se fazendo sentir na notavel diminuição da receita publica.

Alem dessas causas, o Estado do Paraná soffreu ainda as consequencias advindas da situação anormal em que se tem mantido uma vasta e rica porção do seu territorio, subtrahido á acção do trabalho proficuo.

A receita ordinaria orçada para o exercicio de 1913—1914 em Rs. 6.977:394\$495, não foi attingida pela effectiva arrecadação total das rendas subordinadas as respectivas rubricas orçamentarias.

A arrecadação correspondente attingio apenas a Rs..... 5.975:066\$158, tendo havido, portanto, uma differença para menos de Rs. 1.002:328\$337.

Addicionada a essa receita ordinaria arrecadada a não classificada e a extraordinaria, constantes do quadro anexo ao presente relatorio e que sommam Rs. 3.416:171\$692, a arrecadação total do exercicio attinge a Rs. 9.391:237\$850.

Do confrorto dessa arrecadação total com a previsão orçamentaria, verifica-se um excesso de Rs. 2.413:843\$355, desta para aquella.

Entretanto, convem notar que nesse total figuram supprimentos do caixa do exercicio corrente para o do exercicio a que alludo, supprimentos esses especificados no respectivo quadro.

Diversas rubricas, porem, excederam á previsão respectiva; foram ellas as seguintes:

| | |
|-----------------------------------|---------------------|
| Imposto Predial | 129:352\$211 |
| Patente Commercial | 94:861\$157 |
| Beneficio de Loterias | 89:825\$884 |
| Taxa das Barreiras | 32:763\$886 |
| Exportações diversas | 29:119\$560 |
| Divida Colonial | 20:383\$101 |
| Divida Activa | 19:568\$303 |
| Imposto sobre animaes | 17:352\$232 |
| Liquidos espirituosos | 9:292\$250 |
| Taxa Escolar | 8:973\$999 |
| „ Judicialia | 8:033\$880 |
| „ Sanitaria | 6:351\$157 |
| Gado para consumo | 4:476\$630 |
| Arrematações Judiciaes | 2:981\$668 |
| Industrias e Profissões | 1:601\$890 |
| Polvora e armas de fogo | 269\$224 |
| TOTAL | 475:207\$032 |

Os excessos de arrecadação accusados, por algumas dellas, provem da applicação de medidas de ordem fiscal, devidamente autorisadas, como as que se referem aos impostos de «Patente Commercial» e da «Taxa Escolar» e outras são provenientes da regularisação de recebimentos em atrazo. Tal é o excesso accusado pela rubrica «Beneficio de Loterias».

As rubricas, cujas receitas arrecadadas não attingiram ao previsto na lei de meios, foram as seguintes:

| | |
|---|------------------------|
| Receita Eventual | 464:912\$306 |
| Transmissão de Propriedades | 405:191\$398 |
| Exportação de herva mate. | 308:752\$425 |
| Sellos, inclusive legitimação de terras | 87:607\$891 |
| Imposto Territorial | 67:746\$582 |
| Fretes e Passagens | 67:054\$706 |
| Imposto de sal para consumo. | 32:251\$253 |
| Imposto de Propaganda. | 17:830\$958 |
| Imposto sobre gado exportado | 14:225\$132 |
| Adicional de 10% sobre diversos | 5:799\$443 |
| Concessões e privilegios | 3:499\$850 |
| Sobre invernações e aforamentos | 1:407\$348 |
| Montepio dos Magistrados | 1:155\$857 |
| Divida activa do imposto predial | 100\$220 |
| TOTAL | 1.477\$535\$369 |

A diferença para menos entre a receita ordinaria orçada e a effectivamente arrecadada corresponde a diferença entre o total mencionado de Rs. 1.477:535\$369 das rubricas que accusaram uma depressão de receita e o total de Rs. 475:207\$032 das que accusaram um excesso, ou sejam Rs. 1.002:328\$337, conforme já referimos.

Este decrescimento de receita era esperado, como uma natural consequencia da crise mundial, cujos efeitos já se faziam sentir nos primeiros mezes deste exercicio financeiro de 1913—1914.

O augmento ou retracção das rendas dos impostos que incidem sobre a exportação, fretes e passagens e transmissões de immoveis e outros, são decorrentes necessarios do maior ou menor movimento industrial e commercial do Estado, dahi, o poder aquilatar-se, pelo exame estatistico dessas rendas, da sua situação economica.

DESPEZAS

A despesa geral ordinaria, orçada para attender aos serviços attinentes aos diversos departamentos administrativos do Estado, foi de Rs. 6.977:394\$495, assim discriminada:

| | |
|----------------------------------|-----------------------|
| Secretaria do Interior | 3.599:831\$348 |
| „ de Fazenda | 2.496:466\$287 |
| „ „ Obras Publicas | 714:216\$860 |
| „ „ Agricultura | 166:880\$000 |
| TOTAL | 6.977:394\$495 |

Entretanto, pela defficiencia dessas verbas, o Executivo Estadual teve necessidade de abrir os creditos supplementares das quantias abaixo mencionadas:

| | |
|----------------------------------|-----------------------|
| Secretaria do Interior | 898:539\$751 |
| „ de Fazenda. | 384:524\$104 |
| „ „ Obras Publicas | 206:510\$354 |
| „ „ Agricultura | 2:700\$000 |
| TOTAL | 1.492:274\$209 |

Addicionadas essas duas sommas, temos para despeza ordinaria geral effectivamente realisada neste exercicio a quantia de Rs. 8.469:668\$701.

A esse total é necessario ainda adicionar a quantia de Rs. 830:792\$161 de despezas especiaes e extraordinarias effectuadas de accordo com os respectivos creditos abertos e cuja distribuição pelas diversas Secretarias foi a seguinte :

| | |
|----------------------------------|--------------|
| Secretaria do Interior | 271:646\$510 |
| „ de Fazenda | 250:912\$490 |
| „ „ Obras Publicas | 233:362\$472 |
| „ „ Agricultura | 74:870\$700 |
| TOTAL | 830:792\$172 |

que eleva a despeza geral realisada a Rs. 9.300:460\$865.

Comparada essa despeza geral com a receita total a que já alludimos, verifica-se um saldo de Rs. 90:776\$985.

Esse saldo, porem, provem, como já disse por occasião de tratar da receita, dos supprimentos do caixa do exercicio financeiro vigente que, por sua vez, foi supprido pelo caixa do Empréstimo de 1913 para attender ás despezas effectuadas, e para as quaes era insufficiente o producto da arrecadação ordinaria, dado o decrescimento das rendas que já no primeiro semestre accusavam uma differença para menos da arrecadação em equal periodo do exercicio anterior de Rs. 813:989\$771.

EMPRESTIMO EXTERNO

O saldo accusado em 31 de Dezembro de 1913, a favor do Estado e resultante desta operação, foi de Rs. 3.885:566\$359.

Addicionados a este saldo os juros vencidos posteriormente áquella data e que montam a Rs. 44:912\$500, eleva-se o saldo a 3.930:478\$859.

A applicação desse saldo foi a seguinte :

Secretaria de Obras Publicas

Pagamentos effectuados conforme requisições 1.414:318\$151

Secretaria do Interior

Pagamentos effectuados conforme requisições 111:291\$685

Secretaria de Agricultura

Pagamentos effectuados conforme requisições 7:975\$790

Secretaria de Fazenda

Supprimento á receita ordinaria decrescida em virtude da crise geral (Exercicio 1913—1914) 905:131\$560

Importancia transferida para a conta corrente da Secretaria com o London and Brazilian Bank Limited, para consolidação da divida fluctuante 1.491:761\$673

TOTAL 3.930:478\$859

Para fazermos uma idéa exacta da applicação que tiveram os saldos resultantes desta operação de credito damos a seguir um balanço geral, que poderá servir para esclarecer duvidas que por acaso possam surgir sobre a maneira como o Executivo Estadual procedeu quanto á verdadeira applicação desses saldos.

Valor nominal do Empréstimo L 2.200.000.

| | |
|--|--------------------|
| Despezas de publicidade, commissão, confecção de titulos, direitos fiscaes francezes, hollandezes e belgas (Art. do cont.) | L 132.000 |
| Importancia destinada a retirar da circulação as obrigações do empréstimo de 1905 (Art. XIII do contracto) | L 800.000 |
| Liquido recebido pelo Estado em quatro prestações (Art. do contracto) | <u>L 1.114.000</u> |
| TOTAL | L 2.046.000 |

| | |
|---|-------------|
| Quantia creditada ao Estado de accordo com o artigo XII do respectivo contracto representante do valor do empréstimo ao typo de 92% | L 2.046.000 |
|---|-------------|

O saldo liquido de L 1.114.000, recebido pelo Estado e que reduzido a moéda nacional ao cambio de 16 d, equivale a Rs. 16.710:000\$000, elevou-se a 17.024:594\$954, com a addição das seguintes parcelas :

| | |
|--|------------------------|
| Saldo liquido de L 1.114.000 ao cambio de 16 d | 16.710:000\$000 |
| Differença de cambio por occasião do recebimento das prestações alludidas. | 80:248\$354 |
| Juros vencidos | <u>234:346\$600</u> |
| TOTAL | 17.024:594\$954 |

A applicação que teve esta somma foi a seguinte :

| | |
|---|-----------------------|
| Empréstimo ás Municipalidades de Curytiba, Paranaguá, Ponta Grossa, Antonina e Castro — Liquido | 7.668:000\$000 |
| Auxilio á Universidade do Paraná | 80:000\$000 |
| DESPEZA : Secretaria do Interior, conforme requisições | 521:069\$144 |
| Secretaria de Obras Publicas, conforme requisições | 3.196:318\$298 |
| Secretaria de Agricultura, conforme requisições | 69:152\$827 |
| Secretaria de Fazenda, resgate da divida com o Banco União de S. Paulo | 424:651\$030 |
| Resgate de bonus. | 907:747\$298 |
| 1. ^a prestação de juros e amortisação de accordo com o art. do respectivo contracto | <u>1.760:763\$124</u> |
| A transportar | 14.627:701\$721 |

| | |
|---|------------------------|
| Transporte | 14.627:701\$721 |
| Supprimento á receita ordinaria, de- crescida em virtude da crise geral (Exercicio 1913—1914) | 905:131\$560 |
| Importancia transferida para a c/c da Secretaria com o London and Bra- zilian Bank Limited, para conso- lidação da divida fluctuante | 1.491:761\$673 |
| TOTAL Rs. | 17.024:594\$954 |

No relatorio anterior ficou demonstrado que do total liquido recebido pelo Estado de *L* 1.114.000 ou sejam 16.710:000\$000, apenas a quantia de Rs. 5.868:838\$548, teve este á sua disposição para attender aos serviços que lhe são directamente affectos, deduzidas as parcelas mencionadas em dito relatorio.

Devemos, porem, a esse saldo, adicionar a quantia de Rs. 80:248\$354 proveniente de differença de cambio a favor do Estado e mais a quantia de Rs. 234:346\$600 de juros vencidos, parcelas estas a que já alludimos e que eleva este saldo a Rs. 6.183:433\$502 e cuja destribuição pelos diversos departamentos administrativos, já citada, aqui reproduzimos, para maior clareza:

| | |
|---|-----------------------|
| Secretaria do Interior, conforme requisições | 521:069\$144 |
| „ de Obras Publicas, conforme requisições | 3.196:318\$298 |
| Secretaria de Agricultura | 69:152\$827 |
| „ de Fazenda: | |
| Supprimento á receita ordinaria | 905:131\$560 |
| Importancia transferida para a conta cor- rente com o London and Brazilian Bank Limited | 1.491:761\$673 |
| TOTAL Rs. | 6.183:433\$502 |

IMPOSTOS

A arrecadação das rendas tem sido feita com a possivel regularidade, pelas repartições fiscaes do Estado.

Logo após a emancipação da Colonia Militar da Fóz do Iguassú, foi denunciado pelo Governo do Estado o convenio existente entre este e o da União para arrecadação dos impostos de exportação pela Meza de Rendas Federal daquella zona e installada allí uma Collectoria do Estado.

Pelo relatorio annexo, do funcionario encarregado de dirigir aquella repartição, se poderá constatar o seu movimento no ultimo semestre do exercicio que findou.

Os impostos de «Industrias e Profissões» continuam a ser cobrados de accordo com o Regulamento antigo, e cujo lançamento tem por base o valor locativo dos predios.

Entretanto, o Congresso Legislativo do Estado approvou, pela lei numero 1.458 de 11 de Maio de 1914, a nova tabella organisada para os lançamentos futuros, dos quaes foi excluido esse coefficiente anachronico do valor locativo.

A modificação do lançamento desses impostos sob uma novã

base mais estavel do que a primeira, vem por a coberto de surpresas os interesses do commercio e os do proprio Estado.

Por Decreto n. 458 de primeiro de Julho de 1914, o Executivo Estadual mandou observar o Regulamento abaixo, que vigorará d'ora avante para a cobrança desses impostos, de accordo com a lei citada.

DECRETO N. 458

O Presidente do Estado de Paraná, para execução do art. 10 da lei n. 1.458, de 11 de Maio de 1914, manda que, para a cobrança do imposto de Industrias e Profissões, se observe o Regulamento que com este baixa, assignado pelo Secretario da Fazenda; revogadas as disposições em contrario.

Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 1.º de Julho de 1914; 26º da Republica.

CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
ARTHUR MARTINS FRANCO

Regulamento para a arrecadação do Imposto de Industrias e Profissões do Estado do Paraná, a que se refere o Decreto acima.

CAPITULO I

Do imposto e suas taxas

Art. 1.º O imposto de Industrias e Profissões pertence ao Estado, conforme a lei n. 4, de 12 de Maio e art. 7.º da lei n. 29, de 30 de Junho de 1892, e é devido por todos que individualmente ou em companhia ou sociedade anonyma ou commercial exercerem nelle industria ou profissão, arte ou officio; exceptuados unicamente, aquelles que por este regulamento forem isentos.

Art. 2.º O imposto compõe-se de taxas fixas ou moveis.

§ 1.º As taxas fixas têm por base a natureza das industrias e profissões e a importancia commercial de cada uma dellas e, quanto aos estabelecimentos industriaes, o numero de operarios, as machinas, utensilios e outros meios de produção.

§ 2.º As taxas moveis têm por base a natureza das mercadorias postas á venda.

Art. 3.º Aquelle que exercer industria ou profissão, sem estabelecimento, em cidade ou villa, satisfará a taxa fixa que lhe fôr applicavel, ainda que tenha em outro lugar a sua residencia.

Art. 4.º As taxas fixas e moveis serão cobradas de conformidade com a tabella annexa.

CAPITULO II

Isenções de imposto

Art. 5.º São isentos :

§ 1.º Os concessionarios de minas de qualquer natureza.

§ 2.º Os lavradores e possuidores de fabricas e engenhos, quanto á renda e beneficiamento dos productos das mesmas fabricas, quer pertençam á sua propria lavoura, quer á dos seus rendeiros ; comprehendidos o fabrico de assucar, de aguardente e dos vinhos naturaes e outros quaesquer trabalhos que, sendo simples dependencia dos estabelecimentos ruraes, não constituem industria especial.

§ 3.º O pessoal das tripolações, os jornaleiros e operarios.

§ 4.º As Caixas Economicas, ds Beneficencia dos Funccionarios Publicos do Estado e Monte-Pios ou quaesquer outros estabelecimentos para fins humanitarios, e as Sociedades de Colonisação.

§ 5.º Os pescadores e as emprezas e estabelecimentos de pesca.

§ 6.º As casas de quitandas.

§ 7.º Os que exercerem o magisterio e os directores de collegios e estabelecimentos de instrucção primaria e secundaria.

§ 8.º As fabricas de ferro.

§ 9.º Os estaleiros.

§ 10.º Os estabelecimentos telegraphicos e telephonicos.

Art. 6.º São tambem isentos, sómente quando aos respectivos cargos :

Os agentes consulares estrangeiros e os empregados publicos estadoaes, municipaes e federaes ; não se comprehendendo neste numero os serventuarios de officio de justiça.

CAPITULO III

Lançamento e cobrança do imposto

Art. 7.º O lançamento e cobrança dos impostos de industrias e profissões, serão feitos, d'ora avante, em todo o Estado, de accôrdo com a tabelia que acompanha o presente regulamento.

Art. 8.º A natureza e o sortimento do estabelecimento assim como o seu movimento commercial, servirão de base para lançamento e para a sua classificação.

Art. 9.º O lançadar deverá, ao fazer o lançamento, avaliar, não só o movimento do estabelecimento, como o sortimento e a natureza das mercadorias.

Art. 10. Fica creada a taxa de «Estatistica» para as casas commerciaes que, pela insignificancia de seu estabelecimento e de suas transacções, não possam ser classificadas na ultima classe (6.ª) da tabella annexa.

§ Unico. A taxa de estatistica, de que trata este artigo, será tixada, sobre o estabelecimento, com o abatimento de 50% sobre a taxa correspondente á 6.ª classe.

Art. 11. A taxa movel, constante da tabella, poderá ser

modificada pelo Poder Executivo, quando este julgar conveniente a sua alteração.

Art. 12. Dos impostos de industrias e profissões, ficam excluidas a taxa adicional de 10% e a taxa sobre o valor locativo.

Art. 13. Os impostos sobre liquidos espirituosos, polvora e armas de fogo, serão cobrados de accôrdo com a tabella annexa ao presente regulamento, ficando revogadas as disposições do art. 1.º e seus paragraphos das Disposições Permanentes da lei n. 433, de 3 de Março de 1902.

Art. 14. O lançamento e a classificação, de que trata a lei n. 1.458, de 11 de Março de 1914, serão feitos, para os municipios do Estado, de accôrdo com as disposições dos artigos anteriores e, nos pontos applicaveis, serão baseados em igual serviço feito na Capital, o qual servirá assim de referencia.

§ 1.º Para isso o lançamento da Capital será feito com a necessaria antecedencia, em relação ao dos outros municipios, e, por elle, serão determinados o valor do sortimento e a classificação correspondente a cada estabelecimento, sujeito ao imposto.

§ 2.º Terminado o lançamento da Capital, será o mesmo publicado pelo DIARIO OFFICIAL, devendo o Governo remetter para cada agencia ou collectoria do Estado, um exemplar assim impresso.

§ 3.º Para os effeitos do paragrapho anterior, o lançamento da Capital deverá ser iniciado nos primeiros dias do mez de Março de cada anno e nas localidades do littoral e interior, logo que as repartições fiscaes tenham recebido o DIARIO OFFICIAL a que se refere o paragrapho citado, devendo, porém, esse lançamento ter inicio a 15 de Abril de cada anno,

Art. 15. Quem tiver no mesmo municipio diversos estabelecimentos da mesma industria ou industria differente, pagará uma de per si.

§ Unico. As companhias e sociedades anonymas pagarão a taxa integral de cada um de seus estabelecimentos.

Art. 16. Quem exercer differentes industrias no mesmo estabelecimento pagará a taxa referente a cada uma de per si.

§ 1.º Quando o mesmo individuo ou firma commercial exercer diversas industrias e profissões em varias dependencias de um predio, serão consideradas todas como um só estabelecimento, desde que estejam sob uma unica administração e tenham a mesma escripturação, classificadas, porém, cada uma de per si, para os effeitos do lançamento.

§ 2.º Não estand comprehendidas no paragrapho anterior as industrias e profissões de: banqueiros, agentes, directores ou gerentes de bancos ou sociedade bancaria, ou de outra companhia ou sociedade anonyma, os correctores e seus agentes, os agentes e consignatarios de navios, os leiloeiros, os emprezarios de casas de penhor, trapicheiros, despachantes e seus ajudantes e emprezarios hypodromo--os quaes pagarão as taxas que lhes forem correspondentes.

Art. 17. Todas as repartições e autoridades do Estado fornecerão aos encarregados do lançamento, quando lhes forem pedidas, informações e relações authenticas de quaesquer individuos, estabelecimentos, sociedades ou companhias que constarem dos seus registros e estiverem sujeitos ao imposto.

Art. 18. Os proprietários de estabelecimentos com operários sujeitos á taxa respectiva, manifestarão no acto do lançamento por meio de declaração datada e assignada, o numero delles e de quaesquer objectos que possam servir de base á fixação do imposto.

Os que fabricarem bebidas alcoolicas de qualquer especie não comprehendidas na isenção do artigo 5.º n. 2, manifestarão mais, na mesma fórmula acima, a quantidade de litros da produção annual dos seus estabelecimentos.

§ Unico. A recusa ou a inexactidão de qualquer destas informações sujeitará o proprietario do estabelecimento ao pagamento do imposto por meio do arbitramento, e á multa de 150\$000 até 300\$000.

Art. 19. No arbitramento da quantidade de litros produzidos pelas fabricas de cerveja e de destillação ou de bebidas alcoolicas, para pagamento do imposto, dever-se-á entender a todas as circumstancias que possam influir na mesma produção, servindo de base :

1.º As declarações do contribuinte, na fórmula do art. 18.

2.º A capacidade, importancia e localidade do estabelecimento.

Art. 20. Para o calculo da produção annual das bebidas alcoolicas, de que trata o artigo antecedente, tomar-se-á a medida da produção dos ultimos tres annos, comprovada do mesmo modo que para o arbitramento.

§ Unico. Quando aos novos estabelecimentos, o calculo será feito: no primeiro anno, por arbitramento; no segundo, pela produção effectiva do primeiro; e no terceiro, pela média dos dous annos anteriores.

Art. 21. O arbitramento para o calculo do imposto por litro de produção nunca será inferior á quantidade de 500 litros em um anno.

Art. 22. Os encarregados do lançamento e mais funcionarios que intervierem neste serviço, terão a equidade compativel com os interesses do fisco, sempre que se tratar de arbitramento.

Art. 23. Os arbitramentos deverão ser communicados ao contribuinte em nota datada e assignada, em duplicata, em um de cujos exemplares o lançador procurará obter a declaração de—SCIENTE—assignada pelo collectado, para ser entregue á repartição competente, onde ficará archivada.

No caso de não se conformar com o arbitramento, poderá o contribuinte reclamar para o chefe da repartição, no prazo de 10 dias, a partir da data da alludida nota.

Art. 24. Os contribuintes poderão exhibir os livros commerciaes authenticados e escripturados, na fórmula da lei, para confirmarem as suas declarações.

Art. 25. Os encarregados do lançamento entregarão aos collectados um aviso no qual declarem: a taxa a que o contribuinte fica sujeito; o prazo dentro do qual poderá reclamar ao chefe da repartição arrecadadora contra o lançamento se não o achar justo; o tempo em que deverá realizar o pagamento, e as multas a que ficará sujeito se o não fizer.

Art. 26. Eecerrado o lançamento, os chefes das repartições arrecadadoras farão constar esse facto por editaes publicados

nellas e nos jornaes de maior circulação, onde os houver, e que a data do aviso de que trata o artigo antecedente conta-se o prazo de 10 dias, dentro do qual poderão os contribuintes dirigir suas reclamações aos mesmos chefes, quando se julgarem prejudicados.

Art. 27. Ninguem poderá exercer industria ou profissão, sujeita ao imposto, sem que previamente o declara á respectiva estação arrecadadora, afim de ser inscripto no lançamento.

§ 1.º Encerrado o lançamento, os que de novo se estabelecerem inscrever-se-ão para pagarem a quota a que forem obrigados, desde o primeiro dia do mez em que começarem a exercer a industria ou profissão, procedendo-se, para esse fim, aos necessarios exames.

§ 2.º Os infractores desta disposição incorrerão em multa de valor igual á quota de um semestre, comtanto que não exceda de 200\$000.

Art. 28. Toda e qualquer falta que prejudique a arrecadação, póde ser denunciada ás autoridades administrativas, cabendo aos denunciantes metade da multa que fôr applicada.

Art. 29. A falta de lançamento não isenta o contribuinte de pagar o imposto a que estiver sujeito pela industria ou profissão exercida, logo que a repartição competente o exija.

Art. 30. Quando o lançador encontrar uma profissão ou industria nova não incluída na tabella, indicará em relatorio os seus característicos e fins, a sua importancia, a maneira como é exercida, e se póde ser assemelhada a alguma das já tributadas, relatorio este que apresentará ao chefe da competente repartição, que o remetterá logo, com sua informação, á Secretaria de Fazenda.

Art. 31. Em vista do relatorio a que se refere o artigo antecedente, e de qualquer outro esclarecimento que obtiver, a Secretaria de Fazenda dedicará se a industria ou profissão está designada na tabella ou se deve ser assemelhada a alguma das que já tiverem taxas

§ Unico. No caso de ser a industria ou profissão inteiramente nova, fixará a taxa a que deve ficar sujeita, nunca excedendo ao maximo marcado na tabella, na qual deverá ser incluída.

Art. 32. A decisão que assemelhar ou tributar uma nova industria ou profissão, será mandada executar em todas as estações arrecadadoras.

CAPITULO IV

Tempo e modo da cobrança

Art. 33. A cobrança do imposto de industrias e profissões será realizada pela estação competente, precedendo annuncios por editaes nos logares do costume e pela imprensa, se a houver.

1.º Em duas prestações iguaes aos mezes de Agosto (1.º semestre) e Fevereiro (2.º semestre).

2.º Antes dos prazos marcados, se os collectados o quizerem.

Art. 34. Terminados os prazos acima indicados, as estações arrecadadoras remetterão immediatamente as certidões das di-

vidas relacionadas á Procuradoria Fiscal, que promoverá a cobrança amigavel ou executiva com a multa de 20%.

Art. 35. A multa sómente poderá ser relevada, em caso de força maior, a juizo do Governo.

Art. 36. As importancias arrecadadas na fórma do artigo 34, serão escripturadas no exercicio em que forem pagas, sob o titulo DIVIDA ACTIVA—com as necessarias explicações.

CAPITULO V

Reclamações e recursos

Art. 37. Os collectados poderão reclamar contra o lançamento até 10 dias depois do aviso que lhe será entregue pelo lançador, perante as repartições arrecadadoras, as quaes não proferirão os seus despachos definitivos sem informações escriptas daquelle funcionario.

Fóra deste prazo a reclamação só poderá ser admittida por ordem da Secretaria de Fazenda, no caso de haver motivo justificado.

Art. 38. Quando o chefe da repartição arrecadadora julgar necessario, poderá mandar proceder a novo arbitramento, nomeando um perito e admittindo á parte a nomeação de outro. O parecer dos peritos, porém, valerá como simples informação.

Sempre que fôr possível observar-se-á esta disposição antes da remessa de qualquer recurso para a instancia superior.

Art. 39. E' facultado recurso para a Secretaria de Fazenda e desta para o Presidente do Estado.

1.º Das decisões proferidas em caso de lançamento de imposto, no qual os contribuintes se julgarem indvida ou excessivamente tributados.

2.º Das multas que os chefes das estações arrecadadoras impuzerem, qualquer que seja o valor.

Art. 40. Os chefes das repartições arrecadadoras recorrerão *ex-officio*, das suas decisões favoraveis ás partes.

Art. 41. Os recursos serão intentados dentro do prazo de 10 dias contados da data da publicação ou imitação das decisões, não tendo, porém, effeito suspensivo.

Art. 42. A Secretaria de Fazenda, com approvação do Presidente do Estado, poderá conceder remissão total ou parcial do imposto, não só no caso de incendio ou outro facto extraordinario, como no de escassez dos renditos da industria, e a decisão produzirá effeito enquanto subsistirem as causas que a determinaram.

§ Unico. As petições para remissão do imposto, nos casos deste artigo, podem ser dirigidas em qualquer tempo á referida Secretaria de Fazenda, por intermedio das estações arrecadadoras competentes.

CAPITULO VI

Disposições Geraes

Art. 43. Fica obrigado ao imposto correspondente ao primeiro semestre quem exercer a industria ou profissão no mez

de Julho, ainda que feche ou transfira o estabelecimento antes de findo esse periodo, observadas, porém, as disposições seguintes :

§ 1.º Quando o contribuinte começar a exercer a industria ou profissão depois de Julho, proceder-se-á na forma do art. 27, § 1.º

§ 2.º Quando deixal-a de exercer antes de Janeiro, exonerado do pagamento da segunda prestação.

§ 3.º Quando se der o caso de fallencia, obito, ou fechamento da casa por ordem da autoridade competente, cobrar-se-á o imposto até o ultimo dia do mez antecedente da cessação.

§ 4.º A mudança da profissão ou industria para outra, a que forem applicaveis maiores taxas, obrigará o collectado ao pagamento da differença das mesmas taxas, guardada a disposição do § 1.º deste artigo.

§ 5.º A mudança do estabelecimento para casa de maior ou menor aluguel, no decurso do exercicio, não sujeita o collectado a augmento, nem lhe dá direito á diminuição do imposto, visto como a base do lançamento obedece apenas á natureza e o sortimento do estabelecimento.

§ 6.º No caso de transferencia do estabelecimento, qualquer dos interessados poderá requerer a averbação no lançamento, para o fim de se exigir do novo dono as quotas do imposto ainda não pagas, cuja cobrança deve realizar-se posteriormente.

§ 7.º A falta de averbação tornará o transferente responsável pelo imposto em divida até o exercicio em que se houver effectuado a transferencia.

Art. 44. As Camaras Municipaes não podem dar licença para o exercicio de industrias e profissões aos que não exhibirem conhecimento do pagamento do imposto, ou não mostrarem por documento da estação arrecadadora, que estão delles isentos.

Art. 45. As companhias ou sociedades que funcionarem no Estado estão sujeitas ao imposto, embora tenham sua séde em paiz estrangeiro.

Art. 46. A imposição das multas comminadas nos artigos 18 e 27 é da competencia dos chefes das estações arrecadadoras.

§ Unico. Proferida a decisão, será intimado o infractor para pagar a multa no prazo de dez dias; findo o qual, não sendo paga, promover-se-á a cobrança por meio do executivo, salvo o caso de recurso permitido no artigo 40.

Sendo negado provimento ao recurso, a cobrança effectuar-se-á depois de nova intimação com igual prazo.

Art. 47. Nenhuma acção poderá o collectado propor ou defender em juizo sobre questões relativas á sua industria ou profissão, sem exhibir o conhecimento do pagamento do imposto do ultimo exercicio.

Art. 48. As taxas referentes ás companhias de seguros e mutuas e ambulantes residentes ou não, deverão ser pagas de uma só vez por exercicio financeiro.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrario.

Secretaria de Estado dos Negocios da Fazenda, em 1.º de Julho de 1914.

ARTHUR MARTINS FRANCO.

tos de Industrias e Profissões

| Especialista | TAXA FIXA | | | | | | Taxa Movel |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.ª classe | 2.ª classe | 3.ª classe | 4.ª classe | 5.ª classe | 6.ª classe | |
| 100\$ | 300\$ | 200\$ | 150\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 20% |
| 50\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30\$ | 20\$ | 20 " |
| 1:000\$ | | | | | | | 20 " |
| 1:000\$ | | | | | | | 10 " |
| 300\$ | | | | | | | 10 " |
| 100\$ | | | | | | | 40 " |
| 100\$ | | | | | | | 20 " |
| 200\$ | | | | | | | |
| 1:000\$ | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 20 " |
| 100 | | | | | | | 20 " |
| | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30\$ | 30 " |
| | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30\$ | 20\$ | 20 " |
| | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 20\$ | 20 " |
| | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 30\$ | 20\$ | 20 " |
| | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 30 " |
| 100\$ | | | | | | | 20 " |
| | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 40 " |
| 100\$ | | | | | | | 20 " |
| | 200\$ | 150\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30 " |
| | 500\$ | 350\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 30 " |
| | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30 " |
| | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30\$ | 20\$ | 20 " |
| 60\$ | | | | | | | 20 " |
| 60\$ | | | | | | | 20 " |
| 100\$ | | | | | | | 30 " |
| 300\$ | | | | | | | 30 " |
| | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 150\$ | 100\$ | 20 " |
| | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 40 " |
| | 500\$ | 300\$ | 150\$ | 100\$ | 60\$ | 30\$ | 40 " |
| | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 20\$ | 30 " |
| 100\$ | | | | | | | 30 " |
| | 250\$ | 200\$ | 150\$ | 100\$ | 50\$ | 30\$ | 30 " |
| | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30 " |
| | 250\$ | 200 | 150\$ | 100\$ | 50\$ | 30\$ | 30 " |
| 1:000\$ | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 30 " |
| | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30 " |
| | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30\$ | 20\$ | 20 " |
| | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 30 " |
| | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 30 " |
| 1:000\$ | | | | | | | 30 " |
| 500\$ | | | | | | | 30 " |
| | 500\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 30 " |
| | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 40\$ | 20\$ | 20 " |
| | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 20\$ | 20 " |
| 800\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 150\$ | 100\$ | 80\$ | 40 " |
| 200\$ | | | | | | | |

tos de Industrias e Profissões

| Especialista | TAXA FIXA | | | | | | Taxa Movei |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.ª classe | 2.ª classe | 3.ª classe | 4.ª classe | 5.ª classe | 6.ª classe | |
| | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 20\$ | 20% |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 30,, |
| 600\$ | 300,, | 250,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| 700,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 50,, | 40,, | 30,, | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| 700,, | 500,, | 300,, | 150,, | 100,, | 60,, | 30,, | 30,, |
| | 700,, | 350,, | 250,, | 150,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, |
| | 100,, | 100,, | 100,, | 50,, | 50,, | 50,, | 20,, |
| 1:000,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| 300,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| 500,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 20,, |
| | 600,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 30,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 100,, | 80,, | 50,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| 700,, | 500,, | 300,, | 150,, | 100,, | 60,, | 30,, | 40,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 700,, | 350,, | 250,, | 150,, | 80,, | 40,, | 40,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| | 600,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 40,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 40,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 40,, |
| | 600,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 150,, | 40,, |
| | 30,, | 50,, | 30,, | 20,, | 20,, | 20,, | 30,, |
| | 3:000,, | 2:500,, | 2:000,, | 1:500,, | 1:000,, | 800,, | 50,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 90,, | 30,, |

tos de Industrias e Profissões

| Especialista | TAXA FIXA | | | | | | Taxa Movel |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.ª classe | 2.ª classe | 3.ª classe | 4.ª classe | 5.ª classe | 6.ª classe | |
| 500\$ | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 200\$ | 100\$ | 80\$ | 30% |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, |
| 500,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 20,, |
| 300,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 50,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 80,, | 80,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 100,, | 100,, | 20,, |
| | 50,, | 50,, | 50,, | 30,, | 30,, | 30,, | 20,, |
| | 50,, | 50,, | 50,, | 50,, | 50,, | 50,, | 20,, |
| | 600,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 30,, |
| 100,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 80,, | 80,, | 20,, |
| | 300,, | 150,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 40,, |
| | 800,, | 600,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 40,, |
| 500,, | 300,, | 250,, | 200,, | 100,, | 80,, | 80,, | 40,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 30,, |
| 100,, | 500,, | 300,, | 150,, | 90,, | 70,, | 35,, | 20,, |
| | 500,, | 300,, | 150,, | 90,, | 70,, | 35,, | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| 200,, | 20,, | | | | | | 20,, |
| | 300,, | 250,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, |
| | 100,, | 100,, | 100,, | 100,, | 100,, | 100,, | 30,, |
| 200,, | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 100,, | 100,, | 100,, | 100,, | 100,, | 100,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 1:000,, | 800,, | 600,, | 500,, | 500,, | 500,, | 30,, |
| | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 40,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 150,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 50,, | 40,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |

tos de Industrias e Profissões

| Especialista | TAXA FIXA | | | | | | Taxa Movel |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.ª classe | 2.ª classe | 3.ª classe | 4.ª classe | 5.ª classe | 6.ª classe | |
| | 200\$ | 150\$ | 100\$ | 80\$ | 40\$ | 30\$ | 20% |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 50,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 600,, | 400,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 50,, | 40,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 50,, | 40,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 50,, | 40,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 40,, |
| | 600,, | 400,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 500,, | 300,, | 150,, | 80,, | 60,, | 30,, | 40,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| 500\$ | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, |
| 500,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 60,, | 50,, |
| | 800,, | 600,, | 400,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 40,, |
| | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |

Tabella para lançamento de impos

Designação dos Estabelecimentos

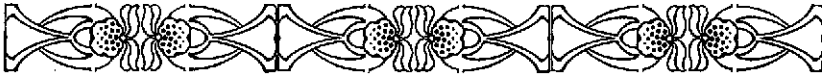
| | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|
| Fabrica de productos chimicos, industriaes e agricolas | . | . | . | . | . |
| " " sabão | . | . | . | . | . |
| " " sabão e vellas | . | . | . | . | . |
| " " saccos de papel | . | . | . | . | . |
| " " tecidos | . | . | . | . | . |
| " " tinta de escrever | . | . | . | . | . |
| " " vassouras | . | . | . | . | . |
| " " vinagres | . | . | . | . | . |
| " " Fazendas (tecidos) | . | . | . | . | . |
| Feno, alfafa, outras forragens (mercados) | . | . | . | . | . |
| Ferraria | . | . | . | . | . |
| Ferragens (casas) | . | . | . | . | . |
| Figuras de gesso ou barro (fabrica de) | . | . | . | . | . |
| Flores artificiaes (fabricante) | . | . | . | . | . |
| Flores naturaes | . | . | . | . | . |
| Folles (fabricante de) | . | . | . | . | . |
| Fructas estrangeiras (casa de) | . | . | . | . | . |
| Fundição | . | . | . | . | . |
| Fundição a vapor | . | . | . | . | . |
| Funilario | . | . | . | . | . |
| Gado (criador de) | . | . | . | . | . |
| Gado (mercador de) | . | . | . | . | . |
| Galões (fabrica de) | . | . | . | . | . |
| Gaz para iluminação | . | . | . | . | . |
| Generos alimenticios | . | . | . | . | . |
| Garages e mais 50.000 de cada vehiculo | . | . | . | . | . |
| Gerentes de Bancos | . | . | . | . | . |
| Gravador | . | . | . | . | . |
| Hoteis | . | . | . | . | . |
| Iluminação publica (Empraza para) | . | . | . | . | . |
| Imagens e estatuetas | . | . | . | . | . |
| Instrumentos de musica (casa de) | . | . | . | . | . |
| " " " (concertador) | . | . | . | . | . |
| " " " scientificos e cirurgicos | . | . | . | . | . |
| " " " " " (concertador) | . | . | . | . | . |
| " " " " " de optica | . | . | . | . | . |
| Kerozene (deposito) | . | . | . | . | . |
| Lapidador | . | . | . | . | . |
| Lavagens de casas (empreza) | . | . | . | . | . |
| Lavanderia | . | . | . | . | . |
| Leiloeiro | . | . | . | . | . |
| Leiteria (casa especial de) | . | . | . | . | . |
| Livraria | . | . | . | . | . |
| Louças e vidros | . | . | . | . | . |
| Lustrador (Engommadeira) Empreza | . | . | . | . | . |
| Lytographia | . | . | . | . | . |
| Machinas de costura (casa do) | . | . | . | . | . |
| " " agricolas e industriees (casas especiaes) | . | . | . | . | . |
| " " e locomoveis (fabrica de) | . | . | . | . | . |

tos de Industrias e Profissões

| Especialista | TAXA FIXA | | | | | | Taxa Movel |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.ª classe | 2.ª classe | 3.ª classe | 4.ª classe | 5.ª classe | 6.ª classe | |
| | 500\$ | 400\$ | 300\$ | 280\$ | 100\$ | 80\$ | 40% |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 40,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| 100\$ | | | | | | | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| 300,, | | | | | | | 20,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| 100,, | | | | | | | 20,, |
| | 500,, | 400,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 150,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, | 30,, |
| 150,, | | | | | | | 30,, |
| | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 400,, | 300,, | 150,, | 120,, | 80,, | 50,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 150,, | 120,, | 80,, | 50,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 20,, | 100,, | 80,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 30,, |
| | 700,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 50,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, |
| 500,, | | | | | | | 20,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| 100,, | | | | | | | 20,, |
| 50,, | | | | | | | 20,, |
| | 300,, | 250,, | 200,, | 150,, | 100,, | 80,, | 20,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 40,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 30,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 20,, |
| | 600,, | 500,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 40,, |
| | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, |
| 500,, | | | | | | | 50,, |
| | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 50,, |
| | 450,, | 350,, | 250,, | 150,, | 80,, | 40,, | 40,, |
| | 250,, | 150,, | 80,, | 60,, | 40,, | 20,, | 40,, |
| | 350,, | 250,, | 150,, | 50,, | 60,, | 40,, | 40,, |
| | 800,, | 600,, | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 40,, |
| | 400,, | 300,, | 200,, | 100,, | 80,, | 60,, | 30,, |
| | 100,, | 80,, | 60,, | 40,, | 30,, | 20,, | 30,, |

tos de Industrias e Profissões

| Especialista | TAXA FIXA | | | | | | Taxa Movel |
|--------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 1.ª classe | 2.ª classe | 3.ª classe | 4.ª classe | 5.ª classe | 6.ª classe | |
| | 150\$ | 100\$ | 80\$ | 60\$ | 40\$ | 20\$ | 30% |
| | 600 | 500 | 400 | 300 | 200 | 100 | 30 |
| | 200 | 150 | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 |
| | 300 | 200 | 150 | 100 | 80 | 60 | 30 |
| | 300 | 200 | 150 | 100 | 80 | 60 | 20 |
| | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 | 20 | 20 |
| | 300 | 200 | 100 | 80 | 60 | 50 | 30 |
| | 100 | 100 | 100 | 50 | 50 | 50 | 30 |
| | 500 | 300 | 200 | 100 | 80 | 60 | 30 |
| | 500 | 300 | 200 | 100 | 80 | 60 | 30 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 30 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 20 |
| | 400 | 300 | 200 | 100 | 80 | 40 | 30 |
| 600\$ | 400 | 300 | 200 | 100 | 40 | 40 | 30 |
| 600,, | 400 | 300 | 200 | 100 | 80 | 40 | 20 |
| | 200 | 150 | 100 | 80 | 40 | 20 | 30 |
| | 300 | 250 | 200 | 150 | 100 | 80 | 20 |
| | 500 | 400 | 300 | 200 | 150 | 100 | 30 |
| 100,, | | | | | | | 20 |
| | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 | 20 | 20 |
| 60,, | | | | | | | 20 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 20 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 20 |
| | 30 | 30 | 30 | 20 | 20 | 20 | 30 |
| | 300 | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 30 |
| | 40 | 30 | 25 | 20 | 15 | 10 | |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 30 |
| | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 | 20 | 30 |
| 200,, | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 | 20 | 20 |
| 50,, | | | | | | | 20 |
| | 200 | 150 | 100 | 60 | 40 | 30 | 30 |
| | 500 | 400 | 300 | 200 | 100 | 50 | 20 |
| | 400 | 300 | 200 | 100 | 80 | 60 | 30 |
| 60,, | | | | | | | 20 |
| | 100 | 80 | 60 | 40 | 30 | 20 | 20 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 20 |
| | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 | 20 | 20 |
| 1:000,, | 500 | 400 | 300 | 200 | 100 | 50 | 30 |
| 1:000,, | 500 | 400 | 300 | 200 | 100 | 80 | 20 |
| | 500 | 400 | 300 | 200 | 100 | 80 | 20 |
| | 400 | 300 | 200 | 100 | 80 | 60 | 40 |
| | 200 | 150 | 100 | 80 | 60 | 30 | |



Exmo. Snr. Dr. Secretario de Fazenda

Capital

De accordo com o dispositivo regulamentar passo a dar conta a V. Exa. do que occorreu nesta Directoria do Contencioso durante o exercicio de 1913—1914.

A cobrança da divida activa excedeu ainda no exercicio passado á previsão orçamentaria, o que continúa a demonstrar o esforço empregado por esta Procuradoria e seus auxiliares no cumprimento da mais ardua de suas attribuições. Conforme se vê do quadro annexo sob n. 1 a divida activa do Estado attinge a 458:218\$108, avolumando-se de exercicio para exercicio, não obstante a actividade desenvolvida na cobrança.

A divida promana de 1889 para cá.

Devo dizer que a divida assim accumulada é na maior parte insolvel, conforme tenho affirmado em relatorios anteriores.

Junto por cópia alguns pareceres que demandaram de maior estudo, a respeito de assumptos diversos, relevando notar que, em regra, esta Secretaria e o Snr. Dr. Presidente do Estado têm adoptado as suas conclusões, ao ponto de recommendarem a sua fiel observancia.

Os quadros que adiante vão publicados demonstram á sociedade o movimento sempre crescente dos trabalhos do Contencioso:

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. os protestos de subida estima e consideração.

Saude e Fraternidade

(a) JOAQUIM MIRÓ
Procurador Fiscal do Estado

Curitiba, 31 de Dezembro de 1915.

Pareceres do Dr. Procurador Fiscal da Fazenda do Estado

PARECER N.º 932

Aposentadoria

O professor publico normalista Snr. Julio Theodorico Guimarães, regente da escola «Oliveira Bello», requereu sua aposentadoria, baseado nos documentos que instruem o presente processo.

Por meio do termo de inspecção de saude de fls. provou sua invalidez, visto os medicos nelle declararem que o requerente soffre molestia, que o inhabilita para o exercicio do cargo.

Está, portanto, provado o primeiro requisito constitucional da aposentadoria — a invalidez — exigido no artigo 134 da Constituição Política do Estado.

A Directoria Geral na liquidação do tempo contou com justaza para o requerente 20 annos, 5 mezes e oito dias de effectivo serviço prestado ao Estado no magisterio publico, de accordo com a certidão de exercicio e outros documentos, tendo feito o calculo dos vencimentos de inactividade proporcionalmente ao tempo liquido.

Os bons serviços prestados ao Estado pelo aposentado estão nimamente comprovados pela larga cópia de attestados brilhantes das autoridades do ensino, que visitaram sua escola, os quaes abonam sua capacidade e applicação.

Deste modo ficou plenamente satisfeito o segundo requisito da aposentadoria — o tirocinio de mais de quinze annos de bons serviços — tambem exigido pela Constituição Estadual no citado artigo n. 134.

No calculo de vencimentos de inactividade deixou de ser computada a gratificação adicional de 10% sobre os vencimentos prevista no artigo 143 do Regulamento expedido com o Decreto n. 479 de 10 de Dezembro de 1907, porquanto os dispositivos legais reguladores da materia não prescreverem isso; o que equivale a dizer que dita gratificação foi concedida *pro labore*, como premio conferido aos bons esforços do professor, que havia preparado num decennio mais de 60 alumnos approvados em exame final.

A' vista do exposto o requerente tem inconcusso direito de ser aposentado nos termos da informação da Directoria Geral e da lei 1.107 de 18 de Março de 1912 e respectivo regulamento, para o que lhe será expedido o competente titulo.

Contencioso, 31 de Janeiro de 1914.

(a) Joaquim Miró.

Consulta

COLLECTORIA DE ANTONINA

PARECER N.º 949

Em resposta á presente consulta feita pela Collectoria de Antonina sobre si «as Collectorias Estadoaes têm obrigação de receber e depositar em seus cofres os productos em dinheiro de arrematação em hasta publica de bens de defuntos e ausentes» tenho a dizer o seguinte:

Que nos termos dos arts. 38, 45 e 73 do Regulamento expedido com o Decreto n. 2433 de 15 de Junho de 1859 o producto liquido, proveniente de bens de defuntos e ausentes arrematados em hasta publica será recolhida como deposito no thezouro publico, hoje Secretaria de Fazenda. Para facilitar as partes e nos termos do citado Regulamento as estações arrecadoras receberão esse dinheiro (producto liquido), mediante guia do escrivão respectivo a quem darão conhecimento em fôrma.

Feito isto, recolherão o dinheiro ao Thezouro do Estado, onde ficará depositado, a espera de que se habilitem os herdeiros ou da prescripção trintenaria em favor da Fazenda Estadoal.

Em synthese: As Collectorias Estadoaes, ou por outra, as estações arrecadoras são obrigadas a receber os productos em dinheiro, provenientes de arrematações em hasta publica de bens de defuntos e ausentes, recolhendo-os aos cofres da Secretaria de Fazenda, onde serão depositados.

Tudo isto nos ensinam os mestres: Sobreira de Mello em seu commentario á legislação brasileira sobre bens de defuntos e ausentes, Souza Bandeira e Ierdigão Malheiros em seus manuaes do Procurador dos feitos de Fazenda.

Contencioso, 11 de Fevereiro de 1914.

(a) *Joaquim Miró.*

Aposentadoria

PARECER N.º 975

Consta deste processo que o Desembargador Conrado Caetano Erichsen solicitou sua aposentadoria baseado nos documentos que instruem a sua petição.

Dois são os requisitos constitucionaes caracteristicos da aposentadoria:

- 1.º a invalidez do funcionario publico;
- 2.º o tirocinio de mais de quinze annos de bons e reaes serviços. (Const. Pol. do Estado art.º 134).

O 1.º requisito está provado não só pela attestado medico de fls. (art. 211 da Lei n.º 322 de 8 de Maio de 1899), assim como pelo termo de inspecção de saude procedido na fôrma do art.º 2.º da Lei n.º 244 de 29 de Novembro de 1897, no qual

os peritos declaram soffrer o requerente de molestia, que o invalida ao serviço do Estado.

O 2.º requisito está também provado pelos documentos juntos.

Na liquidação do tempo a Directoria Geral contou para o requerente 41 annos de serviço na magistratura do Estado, fundada na certidão do tempo de exercicio extrahida por esta Secretaria, tendo calculado os vencimentos de inactividade a razão de 19:4408000 annuaes, comprehendidas as gratificações especiaes de 5% por anno de exercicio, que exceder de 25 annos, *ex-vi* do art.º 6.º das Disp. Perm. da lei n. 1067 de 12 de Abril de 1911 e sem as restricções do art. 4.º das Disp. Perm. da lei n.º 1237 de 2 de Maio de 1912.

Ha a salientar neste processo o seguinte:

Que o requerente foi aposentado *ex-officio* pelo Dec. n.º 26 de 8 de Maio de 1894; que se sentindo enormemente prejudicado com esse acto despotico do Poder Executivo intentou uma acção originaria contra o Estado para ser annullado por inconstitucional citado decreto, que o despojou do cargo de então Ministro do Superior Tribunal de Justiça; que, uma vez decorridos todos os tramites legais, a acção foi julgada afinal procedente pelo Superior Tribunal, que annullou o dito decreto n.º 26 por inconstitucional, assegurando ao autor todos os direitos, vantagens e garantias inherentes á effectividade de seu cargo e condemnando a Fazenda Estadual a pagar-lhe seus vencimentos integraes, com os augmentos successivos que tiveram e os juros da mora que se vencerem até que seja effectivamente aproveitado *ou regularmente aposentado*. (Accs. n.º 1702 de 12 de Dezembro de 1911 confirmado pelo de n.º 1729 de 23 de Fevereiro de 1912).

Na conformidade dessas decisões, baseadas na jurisprudencia uniforme do Supremo Tribunal Federal, e das leis reguladoras da materia foram feitas a liquidação do tempo dos bons serviços prestados pelo requerente ao Estado, devidamente comprovados pelos documentos de fls. *usque fls.*, e o calculo dos seus vencimentos de inactividade.

Por conseguinte está patente a legalidade da pretensão do illustre aposentando, que tem pleno direito a que lhe seja expedido o titulo de aposentação nos termos do Regulamento expedido com o Dec. N.º 22 de 4 de Janeiro de 1913 e da informação da Directoria Geral.

Finalizando me parece que, em se tratando de um magistrado que deseja merecer o beneficio de aposentadoria, e embora a Secretaria de Fazenda se tenha previamente manifestado sobre a especie, deve ser ouvido o Snr. Dr. Procurador Geral da Justiça de Estado sobre o requerimento de fls. 2, informando o Superior Tribunal ao Presidente do Estado sobre a procedencia do pedido, ficando dest'arte satisfeita a exigencia do art.º 211, ultima parte, da lei n.º 322 de 8 de Maio de 1899, combinado com o art.º 10 do precitado regulamento de 4 de Janeiro de 1913.

E' este o meu parecer.

Contencioso, 19 de Fevereiro de 1914.

(a) Joaquim Miró.

Inquerito administrativo

JACARÉSINHO

PARECER N.º 2153

Consta destes autos que o Snr. Cyriaco Bittencourt, Guarda da Collectoria de Jacarésinho, deu denuncia a esta Secretaria no dia 9 do mez passado contra o respectivo Collector Edmundo Bueno, allegando que este dera passagem, sem guia, a duas porcadadas de José Marques, sendo uma de 18 porcos e a outra de 52, nos dias 15 e 31 de Agosto deste anno, e a uma outra porcada de 53, pertencente a Laurindo Madureira; que tendo solicitado do Collector o livro de talões para verificar se haviam sido pagos os impostos de exportação, foi-lhe negado isso; que, á vista dessa circumstancia, o Collector removeu-o para o Porto, onde não existe casa, nem meios de subsistencia.

A fls. 6 vem um officio dirigido ao Snr. Dr. Secretario, no qual o Collector pede a remoção do guarda Cyriaco, por falta de exacção no cumprimento de seus deveres.

A' vista do exposto o Snr. Dr. Secretario mandou proceder a um inquerito administrativo, designando para esse fim o Snr. Santiago, chefe da 3.ª secção desta Secretaria.

Ouvido o Collector declarou que havia designado o guarda Cyriaco para servir nos portos Costa Junior e União; que este não deu cumprimento á essa determinação; tendo se conservado ausente da repartição durante 10 dias; que a Collectoria tem cobrado regularmente o imposto de exportação de suínos; que não facultou os livros de talões ao guarda Cyriaco, por não ter competencia para isso; terminou pedindo que se juntasse aos autos os documentos de fls.

O depoimentos do auxiliar Fuggiato, escrivão interino da Collectoria, e do guarda Anthero confirmam a declaração do Collector de que não dava passagem a suínos sem o previo pagamento do imposto.

A testemunha Laurindo Madureira disse que pagou em 21 de Setembro deste anno o imposto de exportação de 30 suínos, como prova com o documento de fls. 14; e que o guarda Cyriaco não verificou o numero de porcos embarcados.

Interrogado Cyriaco declarou que sustentava sua denuncia; que na mangueira contou o numero de porcos, ao todo 53, exportados por Laurindo Madureira, o que se poderia verificar do livro da estação da estrada de ferro «Ourinhos»; que deixou de ir para o Porto, afim de ali exercer fiscalisação, por não ter casa nesse lugar, nem comida; que os portos estão abandonados, sem fiscalisação.

O Collector de novo ouvido narra que o guarda Benjamim esteve apenas 3 dias no porto União, tendo regressado por falta de commodos; que nem por isso os portos têm deixado de ser fiscalizados por si e pelos guardas Anthero e Severino.

Afinal o Snr. Santiago limita-se a fazer um resumo do processo.

O que tudo bem visto e examinado concluo que o documento de fls. 14 consiste num conhecimento da estação da E. de Ferro «Sorocaba» e de procedencia de BOTUCATÚ, datado

de 15 de Setembro, designando 30 porcos consignados a Laurindo Madureira, ao passo que o pagamento do respectivo imposto foi escripturado no livro CAIXA em 21 de Setembro e a denuncia fala em 53 porcos, cujo numero affirma Cyriaco ter contado, podendo ser verificado no livro da estação OURINHOS, onde foram despachados. Por conseguinte o conhecimento devia ser desta estação e não da de Sorocaba, com procedencia de Botucatu, o que prova que os 30 porcos vieram de S. Paulo. Dito documento não colhe para a defesa do Collector pelos motivos acima apontados.

A denuncia articula que a exportação de 52 suinos feita por José Marques deu-se em 31 de Agosto, ao passo que a certidão de fls. 12 prova que o pagamento do respectivo imposto foi escripturado no livro CAIXA em 11 de Setembro.

Sobre a exportação de 18 suinos feita por José Marques em meados de Agosto e arguida na denuncia, nada consta destes autos.

A meu ver, comquanto os factos articulados não constituam má fé, valem por serias irregularidades, que dão logar á imposição das penas regulamentares.

Contencioso, 13 Novembro 1914.

(Assignado) *Joaquim Miró.*

Reforma

PARECER N.º 1.114

Tendo sido o presente processo de reforma do Tenente do Regimento de Segurança Cypriano Vicente dos Santos devolvido de novo a esta Secretaria, por despacho presidencial, para ser estudado, á vista da informação da Secretaria do Interior e da rectificação da fé de officio do requerente, passo a emitir novo parecer, precedido do estudo necessario.

Devo dizer que opinei para que o Governo entrasse em accordo com o requerente, por tel-o em virtude do Dec. n. 797 de 4 de Outubro do anno passado *aproveitado* nos termos da autorisação, que lhe conferiu o Poder Legislativo no § 1.º do art.º 2.º da Lei n. 1158 de 28 de Março de 1912, mandando reincluil-o no Regimento de Segurança na vaga do posto de tenente, para o que converteria a indemnisação em pensão vitalicia opportunamente submettida á approvação do Congresso Legislativo, por força do § 2.º da citada lei n. 1158; por quanto o fundamento legal, em que se estribou o alludido Dec. 797, está contido no citado § 1.º do art. 2.º da lei n. 1158, que autorisou o Poder Executivo a entrar em accordo, para o fim declarado no art. 1.º da dita lei, com os funcionarios de qualquer categoria, que houverem sido exonerados, depois de terem adquirido direito á vitaliciedade.

Ora, o requerente já havia logrado a vitaliciedade garantida pela nossa Constituição, pois contava mais de dez annos de bons serviços prestados ao Estado, quando fôra exonerado;

por conseguinte é caso do Governo, que o *aproveitou*, entrar em accordo, para o effeito da indemnisação pelo tempo decorrente entre a data de sua exoneração e a data de sua reinclusão.

Aliás o Dec. usa da pelavra — *aproveitar* —, que o nosso Egregio Superior Tribunal em Accordam n. 1882 de 29 de Abril de 1913 interpretou como — *reintegrar* —, nos embargos ao accordam da acção originaria n. 395, em que é embargante o Dr. Tacito Correia e embargado o Estado do Paraná.

O accordo, a meu ver, sobre ser medida legal, evitará maiores encargos ao Thesouro, do que a victoria de uma acção judiciaria.

A não prevalecer esta minha opinião perfeitamente enquadra na precitada lei 1158 e roborada pela primeira informação da Directoria Geral, cuja authentica consta deste processo, deve ser concedida a reforma solicitada, não só porque o requerente provou sua invalidez ao serviço activo, como tambem o tirocinio de mais de quinze annos de effectivo exercicio em sua vida militar. (Reg. de 22 de Abril de 1908).

Curitiba, 26 de Maio de 1914.

(a) *Joaquim Miró.*

Especialisação de fiança

A lotação da fiança do Collector das Rendas Estadoaes de Antonina é de dez contos de reis (10:000\$000) e no emtanto a avaliação dos immoveis designados attingiu a nove contos de reis (9:000\$000), por isso requeiro aos Meritissimo Juiz que, na fórma da lei, mande proceder á avaliação do outro immovel, se o responsavel tiver; ou caso contrario julgue a presente especialisação, reduzindo a hypotheca ao valor dos immoveis existentes, salvo o privilegio da Fazenda Estadual sobre os outros bens do devedor não susceptiveis de hypotheca, como ensina Souza Bandeira nos §§ 287 e 289 de seu precioso Manual do Procurador dos Feitos da Fazenda.

(a) *Joaquim Miró.*

Medição de terras

Consta destes autos que Antonio Franco Sobrinho requereu por compra do Governo do Estado uma area de 150 hectares de terras devolutas no logar «Riosinho». A' vista disso o Governo do Estado deferiu a petição, marcando o preço maximo para as terras de 1.^a ordem, por despacho de 13 de Setembro de 1909. Depois surgiu um protesto da Companhia S. Paulo-Rio

Grande por seu advogado, allegando que tem dominio sobre as terras, a cuja compra se propôz o requerente; visto estarem ellas comprehendidas na concessão que lhe foi feita por Dec. 10432 de 9 de Novembro de 1889; que ali não havia bemfeitorias ao tempo em que a Companhia mandou fazer a medição. O Snr. Commissario informa a fls. 11 que procedeu á verificação da cultura effectiva e morada habitual exercidas no terreno pelo requerente *ut* termo de fls. 12, vendo-se em seguida o registro da posse «Putinga», no quarteirão do RIOSINHO, municipio do Triumpho, feito por João Pinto de Abreu nos termos do Reg. de 8 de Abril de 1893, bem como uma escriptura de venda feita por Hortencio de Mello ao requerente de pequena parte de um terreno com hervaes, paiol, etc., no logar RIOSINHO, districto de Iraty, com cisa paga em 30 de Junho de 1910. A então Directoria Geral da Secretaria de Obras Publicas e o respectivo Secretario foram de opinião que a Companhia não tinha direito ás terras, attendendo aos fundamentos da informação do Snr. Commissario e ao disposto no art. 3.º da lei n. 820 de 7 de Maio de 1908. A fls. 29 o requerente pediu que se procedesse á medição, de accordo com o titulo provisorio junto a fls. 32. Feita a medição e dentro do prazo regulamentar a Companhia interpôz a reclamação de fls. 40 a 43, que consiste num protesto baseado no attestado do Fiscal do Governo de que o Riosinho está comprehendido na sua concessão e no documento de fls. 44, que é uma certidão da sentença do Juiz Federal desta secção proferida nos autos da acção possessoria intentada pela reclamante, por meio da qual foi mantenida na posse das terras em questão.

Ouida esta Procuradoria, requereu que o novo Fiscal do Governo informasse se de facto as terras estão situadas dentro da zona privilegiada da Companhia, tendo esse funcionario confirmado o attestado de seu antecessor. Afinal vê-se a informação do Snr. Chefe da Secção de Terras da Secretaria de O. Publicas favoravel á Companhia.

O que depois de tudo bem visto e examinado concluímos:

Que o requerente não tendo confiança no registro e na escriptura de fls, por não lhes conferir o direito de legitimação, solicitou por compra as terras ora medidas;

Que á vista disso, reconheceu que ditas terras são devolutas;

Que estando essas terras comprehendidas na concessão feita á Companhia por força do art. IX do Dec. Fed. 3947 de 7 de Março de 1901, como fazem certo a reclamação devidamente documentada de fls. e o attestado do Fiscal de fls. 48 v, o Estado não pode dispor das mesmas, o que equivaleria a lançar mão de coisa alheia;

Que pelos motivos expostos é caso de ser annullada a presente medição, para tornar sem effeito o titulo provisorio e devolver ao requerente a importancia paga adiantadamente, ficando a este assegurado contra a Companhia o direito pessoal de indemnisação pelas bemfeitorias. (Sentença Presidential proferida em 18 de Setembro deste anno nos autos de medição de terras requeridas a titulo de compra por João Domingues de Souza e outro no logar «Riosinho»).

Contencioso, 27 de Novembro 1914.

(Assignado) *Joaquim Miró.*

Consulta

DO COLLECTOR DE CASTRO

PARECER N.º 2153

O Collector de Castro consulta á Secretaria de Fazenda «se um individuo, que arrenda uma propriedade com gado e animaes, ou sem estes, tendo o usufructo da mesma propriedade por alguns annos, obrigando-se a pagar certa e determinada quantia annual, está ou não sujeito ao imposto de transmissão de propriedade».

Em virtude do despacho do sr. dr. Secretario de Fazenda dou sobre a consulta o seguinte parecer:

O arrendamento é um contracto de locação de immoveis a prazo certo e mediante paga, por meio deile o locatario usa e goza do immovel arrendado, explora-o com o seu trabalho, percebe-lhe os fructos e tira os proveitos da produção.

Em direito romano e no portuguez as locações (arrendamentos) por tempo superior a dez annos constituíam um direito real de usufructo ou de emphyteuse, isto é, continham alienação do dominio util, e portanto, a meu ver, eram sujeitas ao imposto de transmissão de propriedade.

Mais tarde esse caracter real foi abolido e a locação (arrendamento) ficou reduzida ao seu caracter de direito puramente pessoal, ainda que fosse de cem annos e até colonia perpetua. A evolução do direito patrio foi sempre no sentido de considerar a locação um direito puramente pessoal. E' o que nos ensina M. I. Carvalho de Mendonça em sua obra «Contractos no Dir. Civ. Braz. tomo II n. 185» -Assim sendo, conclue-se que o arrendamento não está sujeito ao imposto de transmissão de propriedade. A consulta não determinou o prazo do arrendamento, mas disse por alguns annos, dando a entender que se trata de um arrendamento a longo prazo, a que se não oppõe o nosso direito, e tanto assim é que o não define pela fixação de um *maximum*. E o permite com logica, porque si a razão unica procedente que é invocada contra essa classe de arrendamento, é tolher a facil transmissão de propriedade, o direito patrio remove os obstaculos permittindo exactamente ao comprador que não respeite as locações feitas antes da compra e dando acção ao locatario contra o locador, que vende a propriedade arrendada. (Carv. de Mendonça, op. cit.)

O artigo 651 da Cons. das Leis Civis de T. de Freitas diz expressamente: «Pelo arrendamento posto que de dez, ou mais annos, não se transfere dominio algum para os arrendatarios.» As locações e arrendamentos nunca operam a desmembração do dominio, não engendram *jus in re*, segundo doutrina T. de Freitas em nota á citada Consolidação.

A consulta fala em usufructo, que é um direito real, cuja constituição ou cessão estão sujeitas ao imposto respectivo, confundindo-o com o arrendamento, que constitue um direito pessoal, de que não é devido o dito imposto.

O Regulamento Estadual expedido com o Decreto n. 33 de 18 de Novembro de 1893, não enumera que do arrendamento seja devido o imposto de transmissão de propriedade. Aliás no

art. 24 manda cobrar o citado imposto da *cessão ou venda de bemfeitorias em terreno arrendado* (o que não é objecto desta consulta), exceptuada a indemnização das bemfeitorias pelo proprietário ao locatario; disposição essa transplantada do velho Reg. de 31 de Março de 1874.

Deve ser observado o dispositivo regulamentar do art. 24 do precitado Regulamento Estadual cobrando-se não o imposto de transmissão de propriedade sobre o arrendamento, mas sim o da cessão ou venda de bemfeitorias em terreno arrendado, embora T. de Freitas com bons fundamentos sustente luminosamente em nota ao art. 651 de sua Cons. que a *cessão de bemfeitorias da propriedade immovel beneficiada* assim chamada por Perdigão Malheiros no seu Man. do Proc. dos Feitos, não é mais que uma *cessão de direitos pessoas*;— que não está sujeita ao imposto de cisa, da mesma maneira que quaesquer transferencias de direitos pessoas.

Quer em face dos principios de direito acima exposto, quer em face dos preceitos de nossa legislação, o arrendamento não está sujeito ao imposto de transmissão de propriedade.

Assim merece solução a consulta textualmente transcripta acima.

Coritiba, 27 de Agosto de 1914.

(a) *Joaquim Miró*, Procurador Fiscal do Estado.

Consulta

AGENTE FISCAL DE UNIÃO DA VICTORIA

PARECER N.º 2149

Chamado pelo sr. dr. Secretario de Fazenda a intervir com meu parecer sobre a consulta do sr. Agente Fiscal de União da Victoria contida no officio n. 78 de 28 de Setembro deste anno, «se, em resumo, a constituição da emphyteuse está sujeita ao imposto de transmissão de propriedade», desvincilho-me da tarefa pelo modo seguinte:

A emphyteuse é um contracto bilateral, commutativo, de que ambos os contrahentes tiram reciprocas vantagens; o foreiro ou emphyteuta aceita o terreno para cultivar e exercer a sua industria e o senhorio assegura a recepção de uma prestação annual, do laudemio e de outros interesses, cede uma parte da propriedade para fazer valer a outra. Pertence em direito romano á classe dos contractos *bonae fidei*.

Na pratica tem sido sempre exigida a escriptura publica para prova desse contracto e muito se arriscará aquelle que prescindir dessa solemnidade. (Coelho da Rocha. Direito Civil — §§ 533, 538 e 539). O jurisconsulto patrio, Conselheiro Lafayette aconselha que se o reduza sempre á escriptura publica.

O senhorio tem direito:

a) de receber o fôro, canon, pensão ou renda, que é a prestação que o emphyteuta lhe deve satisfazer annualmente em reconhecimento do dominio directo;

b) de opção, preferencia ou prelação, em virtude da qual no caso de venda do dominio util, pode preferir *tanto por tanto* a outro qualquer pretendente; e

c) de cobrar o laudemio de 2 e meio por cento (uma quarrentena) sobre o valor da alienação, o qual é considerado pelos praxistas coma a indemnisação do não-uso do direito de opção, ou o premio pelo reconhecimento do novo emphyteuta.

O foreiro deve participar ao senhorio a venda, declarando o preço que lhe dão, afim de que o senhorio use do direito de opção ou de receber o laudemio, pena de commisso. (C. da Rocha § 551).

Nessa venda paga-se, alem do laudemio, *a competente cisa*, como se vê da nota 32 ao art. 620 da Cons. das Leis Civis de Teixeira de Freitas. A obrigação de pagar o laudemio pertence ao vendedor da propriedade foreira e não ao comprador. (Art. 621 da citada Cons.)

A emphyteuse é considerada *immovel* para todos os effeitos de direito, porque participa da qualidade dos bens em que recae. (Lafayette Dir. das Coisas § 159 *in-fine*).

Ella consiste num desmembramento do dominio; sua constituição, importando cessão de direitos, é considerada *alienação*; por si só não transfere o direito real, nem basta a tradição. O dominio util como o pleno, não pode ser opposto a terceiro, senão depois de *transcripto* no registro competente o respectivo titulo. (Lafayette op. cit.) Constituida por actos entre vivos carece de *transcripção* para valer contra terceiros e só começa a valer da data da transcripção. (Art. 631 da Cons. de Carlos de Carvalho).

A Camaras Municipaes acham-se legalmente autorizadas a conceder a emphyteuse nos immoveis pertencentes ao seu dominio privado. (Lei organica n. 20 de 30 de Maio de 1892, art. 35 a 37). Essa lei estadual permite que as Camaras Municipaes deliberem por meio de leis e posturas sobre os assumptos de administração, economia e policia municipal, como a alienação, o aforamento, a permuta e outros contractos relativos aos bens proprios do municipio, preceituando de modo taxativo que é exclusivamente municipal a renda (*laudemio e fôro*) da alienação dos ditos bens.

Feitas estas considerações de ordem juridica, aliás necessarias para destruir a confusão que em geral reina sobre assumpto tão palpitante, passo a responder a consulta da maneira seguinte:

Que da alienação do dominio util ou da constituição da emphyteuse de immoveis da Fazenda Municipal é devido o imposto de transmissão do propriedade, *ex vi* dos arts. 3.º n. 6, 17 n. 5 e 27 D. 6 do Reg. Est. expedido com o Dec. n. 34 de 18 de Novembro de 1893; que essa transmissão não se opera sem o pagamento do imposto respectivo, devendo ser feita por escriptura publica devidamente transcripta no livro do registro para valer contra terceiros; que são *nullas* as alienações de dominio util feitas sem as citadas exigencias legais; que o particular que tiver de requerer á Municipalidade a transferencia

de um terreno foreiro em favor de outro é obrigado a pagar á mesma o laudemio e o fôro annual, para o effeito de obter della o consentimento, que é expresso por meio de alvará, hoje carta, de que se fará menção na escriptura; que os predios construidos em terrenos foreiros são accessorios destes, e por conseguinte os acompanham, computando-se-lhes o valor nos contractos de emphyteuse para o effeito do pagamento do imposto de transmissão de propriedade; que, a meu ver, não procede por attentatoria da autonomia municipal a idéa suggerida pelo Agente Fiscal consultante do Governo do Estado dirigir-se aos Prefeitos, ponderando-lhes que não deviam consentir na transferencia do dominio util de terrenos municipaes sem a prova do pagamento do imposto de transmissão de propriedade; que mais racional, logico e justo seria que o Executivo Municipal exigisse para prova do dominio util a escriptura publica devidamente transcripta, que em direito é a unica prova da respectiva alienação, toda vez que lhe fosse requerido o consentimento para a transferencia do dominio util de terreno foreiro; o que pode e deve ser regulado pos lei, ficando dest'arte selvaguardados os interesses do Estado e do povo, sem ferir a autonomia dos municipios.

A tabella annexa ao Reg. de 18 de Novembro de 1893 marcava para a constituição da emphyteuse o imposto de um decimo por cento, a qual foi revogada pela lei n. 173 de 1 de Fevereiro de 1896, que o elevou a 1%. sendo mantido pela tabella em vigor approvada pela lei n. 236 de 25 de Outubro de 1897 e afinal elevado a 6% e 10% addicionaes pelo art. 6 das Disp. Perm. da lei n. 433 de 3 de Março de 1902, sem haver motivo que justificasse semelhante augmento.

Resalta desde logo á vista que as leis anteriores estabeleceram taxa modica para a constituição da emphyteuse, visto o respectivo contracto já se achar onerado do laudemio e do fôro.

O imposto de 8% e 10% addicionaes sobre o preço da compra e venda foi reduzido a 6% e o dito adicional, por força da lei n. 1257 de 10 de Março do anno passado, a qual nenhuma referencia fez ao da emphyteuse, de modo que esta ficou tambem sujeita a igual taxa desde 1.º de Julho de 1902, data em que entrou em execução a citada lei orçamentaria n. 433, resultando o absurdo de serem igualmente taxados contractos de especie differente. Urge que se legisle a respeito, afim de ser reparado o inconveniente, de maneira que á emphyteuse seja imposta uma taxa mais suave, tornando-se assim mais facil a legalização desses contractos.

Curitiba, 7 de Novembro de 1914.

Joaquim Miró, Procurador Fiscal.

Requerimento

DE RAUL F. LEITE

PARECER N.º 2163

A lei geral n. 228 de 17 de Dezembro de 1896 interpretativa do art. 133 da Constituição Política do Estado, que veda as

accumulações de funções remuneradas, exceptuadas das substituições legais e as commissões scientificas ou technicas, diz taxativamente no art. 3.º: «Quando se tratar de funcionario que *por expressa disposição da Lei*, ou nomeação do Governo, tiver de preencher logar vago, ou *substituir o effectivo em seu impedimento*, se lhe abonarão os vencimentos de seu cargo e mais a gratificação de exercicio que competia ao substituido», e no art. 4.º: «Em hypothese alguma os funcionarios do Estado poderão perceber *maie de duas* gratificações por accumulção, ainda mesmo que se trate de substituições legais ou de commissões scientificas ou technicas».

Ora, na especie trata-se de um funcionario do Estado, 2.º official da Secretaria de Fazenda, que, por força do Regulamento das 4 Secretarias e de portaria do sr. dr. Secretario, substitue o effectivo, 1.º official, em seu impedimento, devendo ser-lhe abonados os vencimentos de seu cargo, accrescidos da gratificação de exercicio, que competia ao substituto.

Logo o requerente tem direito á percepção de seu ordenado, accrescido da gratificação de seu cargo e da do substituido; ao todo duas gratificações permittidas pela lei.

O Regulamento das Secretarias preceitua que «o funcionario que exerce a substituição terá direito a perceber os vencimentos que o effectivo deixar de perceber, contanto que, *em caso algum* excedam os vencimentos integraes do substituido; que as substituições têm logar de cargos inferiores aos immediatamente superiores e o substituto deixará inteiramente as funções de seu cargo effectivo, que passarão ac seu immediato para occupar-se das que são proprias ao funcionario substituido; e que o substituto perderá a favor de seu immediato os vencimentos de seu cargo, correspondentes aos que perceber do funcçionaria substituido».

Admittido por hypothese, que o Regulamento tivesse força para revogar a lei, ainda neste caso o requerente perderia os seus vencimentos para receber os do funcionario substituido, ou senão os vencimentos de seu cargo, accrescidos da gratificação do substituido, contanto que reunidos não excedam os vencimentos do cargo superior.

A portaria n. 2017 de 18 de Junho deste anno, dando uma interpretação mais conveniente aos interesses do Estado, determinou que, no caso de substituição, o funcionario que a exercer, *perderá* a gratificação de seu cargo para perceber a do substituido. Mas quer a lei, quer o Regulamento citado, não toleram outra interpretação que não seja a que dimana de seus claros textos acima transcriptos, sobre os quaes baseei a minha argumentação.

E' este o parecer que, sobre o caso, interponho com a devida venia, em virtude do despacho do sr. dr. Secretario de Fazenda.

Contencioso, 14 de Novembro de 1914.

Joaquim Miró.

Requerimento

DE JOSÉ BALLÃO JOR.

PARECER N.º 66

Trata-se de um funcionario effectivamente nomeado para exercer o cargo de 2.º official da Secretaria de Fazenda, que na vigencia de uma licença pelo prazo de um anno, para gozo de sua saude, a qual lhe foi concedida por uma lei de autorização emanada do Congresso Legislativo, foi dispensado até ulterior de'beração, juntamente, com outros funcionarios então em exercicio, pelo Dec. n. 530 de 6 de Agosto do anno passado, do sr. dr. 1.º Vice-Presidente em exercicio, como medida de previsão e economia, imposta pela precaria situação financeira do Estado.

Allega o requerente que o Dec. que o dispensou não podia annullar a lei do Congresso que lhe concedera a licença; allega mais, firmado em parecer de douto advogado, que a lei de autorização, n. 1.446, de 11 de Abril 1914 e respectivo decreto, crearam um direito definitivamente incorporado ao seu patrimonio e que o acto do Poder Executivo incide na censura do art. 125 n. 3 da Constituição Política do Estado e termina pedindo a reconsideração do acto que o privou do cargo de 2.º official e da licença.

Na especie não colhe o argumento de que um Dec. de Executivo não possa annullar uma Lei emanada do Congresso, porquanto é da attribuição constitucional do Poder Executivo, exercido pelo Presidente, nomear, suspender e *demittir* os funcionarios publicos do Estado, na forma das leis (Const. Política, art. 47, n. 11); que, assim sendo a lei do Congresso, unico competente para conceder licença excedente de seis mezes aos funcionarios, *ex-vi* do Reg. das quatro Secretarias, expedido com o Dec. n. 649 de 25 de Agosto de 1913 limitaria, cercearia a citada attribuição constitucional do Poder Executivo de *dispensar* ou *demittir* o requerente, o que constituiria um attentado á independencia dos poderes publicos, assegurada pelo art. 15 da Constituição Federal; e que sendo a licença apenas um incidente na vida do funcionario e uma consequencia da effectividade de seu cargo, é logico concluir que desapparecida a causa — a effectividade desapparece *ipso facto* o seu effecto — a licença.

Segundo ensina o conselheiro Ribas se tomarmos no sentido lato as palavras „*direitos adquiridos*“, como synonymo de direitos que possuímos, muitos delles poderão ser modificados ou abolidos pela lei nova, sem que haja retroactividade; «se as tomarmos em sentido restricto e technico, isto é, como synonymos de direitos nascidos de factos consumados ou de contractos perfeitos e acabados, na phrase da Ord., a lei não pode intentar aboli-los, ou modificá-los, sem incorrer na pecha de retroactiva e consequentemente de transgressora da Constituição.

Não milita em favor do requerente um direito adquirido no sentido restricto e technico, como acima disse Ribas, mas existia no caso vertente uma relação juridica que somente dependia da vontade do Poder Executivo, podendo ser abolida por um

novo decreto, sem que se entenda que houve effeito retroactivo.

Não se trata aqui de direitos adquiridos como sejam : a *vitaliciedade*, a aposentadoria, mas sim de uma licença, medida de caracter transitorio, dada a um funcionario de nomeação effectiva e demissivel *ad nutum*, cuja reintegração abrir uma excepção iniqua e odiosa em prejuizo dos seus collegas, que se achavam em exercicio por occasião da dispensa.

Pelos fundamentos expostos penso que o requerente não deve ser attendido.

Contencioso, 6 de Março de 1915.

_____ *Joaquim Miró* Procurador Fiscal do Estado.

N. B.—O Snr Dr. Presidente do Estado exarou o seguinte despacho:
«A' vista do juridico parecer da Procuradoria Fiscal, indeferido».

Em 6-3 915.

(a) C. CAVALCANTI.



Procuradoria Fiscal do Estado do Paraná — Divida activa do Estado escripturada até o exercicio de 1913-1914.

| N. de ordem | LOCALIDADES | IMPORTANCIA |
|-------------|----------------------|-------------|
| 1 | Capital (*) | 254.032.163 |
| 2 | Paranaguá | 28.780.209 |
| 3 | Ponta Grossa | 24.669.287 |
| 4 | M. Mallet | 13.642.764 |
| 5 | Rio Negro | 11.898.100 |
| 6 | União da Victoria | 10.766.944 |
| 7 | Jacarésinho | 9.701.104 |
| 8 | Castro | 9.355.872 |
| 9 | Palmas | 8.540.650 |
| 10 | Tamandaré | 6.409.993 |
| 11 | Guarapuava | 6.369.233 |
| 12 | Antonina | 4.892.624 |
| 13 | Lapa | 4.848.149 |
| 14 | Iraty | 4.445.069 |
| 15 | S. José da Boa Vista | 3.793.937 |
| 16 | Colombo | 3.779.989 |
| 17 | Pirahy | 3.605.580 |
| 18 | Guarakessaba | 3.543.086 |
| 19 | Passo do Bormann | 3.520.438 |
| 20 | Jaguariahyva | 3.282.600 |
| 21 | S. José dos Pinhaes. | 3.220.744 |
| 22 | Deodoro | 3.092.996 |
| 23 | Entre Rios | 2.588.976 |
| 24 | Tibagy | 2.431.078 |
| 25 | Rio Branco | 2.375.796 |
| 26 | Itayopolis | 2.286.580 |
| 27 | Imbituva | 2.198.754 |
| 28 | Jaboticabal | 1.850.220 |
| 29 | Palmeira | 1.800.437 |
| 30 | Ipyranga | 1.606.294 |
| 31 | Campo Largo | 1.583.208 |
| 32 | Morretes | 1.572.240 |
| 33 | Prudentopolis | 1.309.920 |
| 34 | Palmyra | 1.305.149 |
| 35 | Thomazina | 1.195.258 |
| 36 | Ribeirão Claro | 1.147.129 |
| 37 | Clevelandia | 1.022.760 |
| 38 | S. João do Triumpho | 905.016 |
| 39 | S. Matheus | 855.480 |
| 40 | Campina Grande | 855.108 |
| 41 | Bocayuva | 788.932 |
| 42 | Araucaria | 668.009 |
| 43 | Guaratuba. | 537.120 |
| 44 | Conchas | 473.990 |
| 45 | Agudos | 303.840 |
| 46 | Serro Azul | 233.453 |
| 47 | Rio Claro | 154.050 |
| 48 | Barracão | 123.840 |
| 49 | Ambrosios. | 53.940 |

Somma 458:218.108

(*) Nesta somma continúa incluída a importância de 69:000\$000, proveniente de um contracto não cumprido.—Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

PEDRO VIRIATO DE SOUZA, l.º official solicitador.

DIVIDA ACTIVA

Cobrança feita pelo Contencioso durante o exercicio de
1913—1914

| | | |
|---|-----------------------------------|------------|
| 1 | Industrias e Profissões | 39:289.040 |
| 2 | Patente Commercial. | 16:229.040 |
| 3 | Imposto Predial | 13:285.310 |
| 4 | Eventuaes. | 8:179.319 |
| 5 | Taxa Sanitaria. | 5:914.300 |
| 6 | Imposto Territorial | 4:619.676 |
| 7 | Imposto Taxa Escolar | 3:127.600 |
| 8 | Aforamentos | 1:635.412 |
| 9 | Exportação | 1:330.513 |
| | Total cobrado | 93:610.210 |

Secretaria de Fazenda, 31 de Dezembro de 1914.

Confere.

(a) OSCAR ESPINOLA

(a) PEDRO VIRIATO DE SOUZA

2.º official

Official solicitador

Procuradoria Fiscal do Estado do Paraná

Contractos effectuados durante o exercicio de 1913—1914

| ORDEM | DATA DOS CONTRACTOS | CONTRACTANTES | OBJECTO DO CONTRACTO | PRAZO | VALOR |
|-------|----------------------|---------------------------------------|--|----------|------------|
| 1 | 8 de Julho de 1913 | Camara Municipal de Castro | Emprestimo destinado ao resgate da divida Municipal | 3 annos | 12:000.000 |
| 2 | 30 de Agosto de 1913 | Antonio Carnasciali & Cia. | Termo de móra para pagamento de impostos devidos ao Estado . | 20 mezes | 20:000.000 |
| 3 | 19 de Maio de 1914 | Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional | Copia do termo de accordo para supprimento de numerario a Mesa de Rendas da Fóz do Iguassú com os saldos da Collectoria Estadoal daquela Villa | | |
| 4 | 1.º de Junho de 1914 | Gino Zanchetta & Cia. | Isenção de todos os impostos estadoaes que recahi-rem sobre o Grande Hotel Moderno | 6 annos | 5:000.000 |
| 5 | 12 de Junho de 1914 | Alfredo d'Oliveira Vianna | Termo de desistencia de direito de nomeação | | |
| 6 | 19 de Junho de 1914 | Emilio Romani & Cia. | Termo de móra para pagamento de impostos devidos ao Estado | 34 mezes | 34:000.000 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Oscar Espinola, 2.º official.

PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ

Fianças effectuadas durante o exercicio de 1913-1914

| ORDEM | DATA DAS FIANÇAS | AFIANÇADOS | FIADORES | CATEGORIA | VALOR |
|-------|-------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|---|-----------|
| 1 | 23 de Agosto de 1913 | Jorge Agner Stendick | Fiança provisoria | Agente Fiscal de Agudos | 1.000.000 |
| 2 | 23 de Agosto de 1913 | Theolindo Gonçalves Ferreira | Definitiva Caderneta C. Economica | Agente Fiscal de Araucaria | 1.000.000 |
| 3 | 3 de Setembro de 1913 | Joaquim Procopio de Souza Castro | " " " " | Administrador da Barreira do Passo do Emygdão | 1.000.000 |
| 4 | 4 de Outubro de 1913 | Melchior Ferreira Prestes | " " " " | " " " " Itararé | 1.000.000 |
| 5 | 4 de Outubro de 1913 | Marcos Ribeiro | " " " " | Agente Fiscal do Passo dos Leites | 1.000.000 |
| 6 | 4 de Outubro de 1913 | Joaquim Martins da Rocha | " " " " | Administrador da Barreira do Passo dos Indios | 500.000 |
| 7 | 6 de Outubro de 1913 | José Maximiano de Faria Junior | " " " " | Agente Fiscal de Colombo | 1.000.000 |
| 8 | 9 de Outubro de 1913 | Diogo Antonio de Freitas | Fiança provisoria | Agente Fiscal de Palmeira | 5.000.000 |
| 9 | 15 de Outubro de 1913 | José Felicio Pereira | Fiança defin. Caderneta C. Economica | Administrador da Barreira do Passo dos Barbosas | 1.000.000 |
| 10 | 31 de Outubro de 1913 | Laurindo da Silveira Marins | Abraão Negro | Auxiliar da Collectoria de Antonina | 2.000.000 |
| 11 | 22 de Novembro de 1913 | José Pereira Ramos | Geniplo Pereira Ramos | Auxiliar da Agencia Fiscal da Lapa | 2.000.000 |
| 12 | 22 de Novembro de 1913 | Lauro de Queiroz | Dr. João Carlos H. Gutierrez | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de Thomazina | 1.000.000 |
| 13 | 9 de Dezembro de 1913 | Emmanuel de Brito Buquera | Joaquim José Buquera | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Antonina | 1.000.000 |
| 14 | 29 de Dezembro de 1913 | Socrates Schaffenberg de Quadros | José Conrado de Souza | Auxiliar da Collectoria de Antonina | 2.000.000 |
| 15 | 29 de Dezembro de 1913 | Gustavo Tenius | Franciseo Hauer | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de União da Victoria | 1.000.000 |
| 16 | 5 de Janeiro de 1914 | Porfirio Rodrigues Fortes | Manoel Lopes de Mendonça | " " " " Collectoria de Antonina | 1.000.000 |
| 17 | 9 de Janeiro de 1914 | Mithridates Allemão Kuester | Antonio Carlos Kuester | " " " " Agencia Fiscal de Campo Largo | 1.000.000 |
| 18 | 9 de Janeiro de 1914 | José da Cruz Machado | Telemac Morasini Borba | " " " " Agencia Fiscal de Tibagy | 1.000.000 |
| 19 | 9 de Janeiro de 1914 | Elipido Cardoso Veiga | José Leandro da Veiga | Auxiliar da Collectoria de Antonina | 2.000.000 |
| 20 | 9 de Janeiro de 1914 | Dermeval Portugal Soares Pereira | José Soares Pereira | Guarda de 3.ª classe da Agencia Fiscal de Campo Largo | 1.000.000 |
| 21 | 9 de Janeiro de 1914 | Manoel Joaquim Pereira | H. Souza & Cia. | " " " " 1.ª classe da Agencia Fiscal de União da Victoria | 1.000.000 |
| 22 | 10 de Janeiro de 1914 | Domingos do Amaral | Olympio Alves Lisbôa | Auxiliar da Agencia Fiscal de Guarapuava | 2.000.000 |
| 23 | 10 de Janeiro de 1914 | João Possidonio de Lima | Antonie Soares Gomes | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Ponta Grossa | 1.000.000 |
| 24 | 10 de Janeiro de 1914 | Arlindo Bessa | Benjamin Ferfeira Leite | " " " " da Agencia Fiscal de S. Matheus | 1.000.000 |
| 25 | 13 de Janeiro de 1915 | Oscar Dantas Silva | Dr. Antonio Augusto Carvalho Chaves | " " " " da Collectoria de Antonina | 1.000.000 |
| 26 | 13 de Janeiro de 1915 | Agostinho Ferreira e Silva | David Carneiro Junior | Auxiliar da Collectoria de Antonina | 2.000.000 |
| 27 | 13 de Janeiro de 1915 | Pompeu José Marques | Pacifico Guimarães | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de União da Victoria | 1.000.000 |
| 28 | 13 de Janeiro de 1915 | Geraldo Euclides de Christo | D. José Pinto Rebello Junior | " " " " " " " " " " | 1.000.000 |
| 29 | 13 de Janeiro de 1915 | Alberto Foggiao | Joaquim Severo Baptista | Auxiliar da Collectoria de Jacarésinho | 2.000.000 |
| 30 | 15 de Janeiro de 1915 | Antonio Gonçalves Padilha | Antonio Gonçalves Padilha | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal do Barracão | 1.000.000 |
| 31 | 15 de Janeiro de 1915 | Olegario de Almeida e Silva | Tobias de Almeida e Silva | " " " " " " " " de Prudentopolis | 1.000.000 |
| 32 | 19 de Janeiro de 1914 | Diamiro Custodio Vatel | José de Paiva Vidal | Guarda de 3.ª classe da Barreira de Restinga Secca | 1.000.000 |
| 33 | 27 de Janeiro de 1914 | Luiz Domingos Treglia | Dr. Heitor Soares Gomes | " " " " 1.ª classe da Collectoria de Antonina | 1.000.000 |
| 34 | 29 de Janeiro de 1914 | Theophilo Ferreira de Loyola | Fiança defin. Caderneta C. Economica | Agente Fiscal do Passo do Bormann | 1.000.000 |
| 35 | 29 de Janeiro de 1914 | José Antonio de Loyola | Fiança definitiva | Escrivão da Collectoria de Jacarésinho | 2.500.000 |
| 36 | 30 de Janeiro de 1914 | João Anthero de Souza | Fernando Augusto Moreira | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Jacarésinho | 1.000.000 |
| 37 | 30 de Janeiro de 1914 | Henrique Canella | Christovam Canella | " " " " da Agencia Fiscal de União da Victoria | 1.000.000 |
| 38 | 30 de Janeiro de 1914 | Acacio de Paula Xavier | H. Souza & Cia. | " " " " da Agencia Fiscal de Iraty | 1.000.000 |
| 39 | 3 de Fevereiro de 1914 | João Ferreira de Miranda Mathilde | Telemaco Marosine Borba | " " " " 2.ª " da Agencia Fiscal de Tibagy | 1.000.000 |
| 40 | 7 de Fevereiro de 1914 | José Sovinski | João Sovinski | " " " " 1.ª " da Fiscalisação de Batêas | 1.000.000 |
| 41 | 7 de Fevereiro de 1914 | Jorge Bond | Ernesto Bond | " " " " da Collectoria da Fóz do Iguassú | 1.000.000 |
| 42 | 7 de Fevereiro de 1914 | Christiano Pessoa Cruz | H. Souza & Cia. | " " " " da Collectoria de Paranaguá | 1.000.000 |
| 43 | 7 de Fevereiro de 1914 | Vislandes Alves Pereira | H. Souza & Cia. | " " " " 2.ª " da Agencia Fiscal de Ribeirão Claro | 1.000.000 |
| 44 | 7 de Fevereiro de 1914 | José Mariano dos Santos | Antonio Leandro da Veiga | " " " " 1.ª " da Collectoria de Antonina | 1.000.000 |
| 45 | 10 de Fevereiro de 1914 | Francisco Avelino d'Oliveira | Jão Ferreira d'Oliveira | Auxiliar da Collectoria de Castro | 2.000.000 |
| 46 | 10 de Fevereiro de 1914 | Argemiro Berthier | Affonso Collin | Auxiliar da Collectoria de Ponta Grossa | 2.000.000 |
| 47 | 10 de Fevereiro de 1914 | Cyriaco Bittencourt | João Henrique Costard | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Jacarésinho | 1.000.000 |
| 48 | 11 de Fevereiro de 1914 | Manoel de Camargo | Miguel Meuta de Carvalho | Guarda de 2.ª classe da Agencia Fiscal de S. José da B. Vista | 1.000.000 |
| 49 | 11 de Fevereiro de 1914 | Sebastião Ferreira de Mello | Dr. Eurides Cunha | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de Jaguarihyva | 1.000.000 |
| 50 | 12 de Fevereiro de 1914 | José Guilau | Adolpho Gilau | Guarda de " " da Collectoria da Fóz do Iguassú | 1.000.000 |
| 51 | 12 de Fevereiro de 1914 | João Ricardo dos Santos | Virgilio R. dos Santos | Guarda de " " da Collectoria de Paranaguá | 1.000.000 |
| 52 | 12 de Fevereiro de 1914 | Adalberto Ricardo dos Santos | Virgilio R. dos Santos | Guarda de " " da Collectoria de Antonina | 1.000.000 |
| 53 | 13 de Fevereiro de 1914 | Raul Costa | Joaquim P. Pinto Chichorro Junior | Guarda de " " da Agencia Fiscal de Palmeira | 1.000.000 |
| 54 | 13 de Fevereiro de 1914 | David d'Oliveira Santos | Joaquim Sampaio | Guarda de 3.ª classe da Agencia Fiscal da Lapa | 1.000.000 |
| 55 | 13 de Fevereiro de 1914 | Manoel Caetano da Silva | Henrique W. Gomes Veiga | Auxiliar da Collectoria de Paranaguá | 2.000.000 |
| 56 | 13 de Fevereiro de 1914 | Julio d'Oliveira Franco | Dr. Manoel d'Oliveira Franco | Chefe de Guardas da Collectoria de Jacarésinho | 1.000.000 |
| 57 | 14 de Fevereiro de 1914 | Affonso Alves de Brito | Antonio Joaquim Vieira de Sá | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de S. José dos Pinhaes | 1.000.000 |
| 58 | 14 de Fevereiro de 1914 | Francisco Chagas de Oliveira | Alexandre Moreira | Guarda de " " da Collectoria de Paranaguá | 1.000.000 |
| 59 | 14 de Fevereiro de 1914 | Francisco Ferreira de Andrade | Francisco Cassiano de Miranda | Guarda de " " da Fiscalisação de Bataês | 1.000.000 |
| 60 | 14 de Fevereiro de 1914 | Ricardo Costa Junior | Luiz Antonio Xavier | Chefe da fiscalisação de Rio Negro | 3.000.000 |
| 61 | 17 de Fevereiro de 1914 | João Diamantino de Mello | D. Maria Ritta de Faria | Auxiliar da Collectoria de Paranaguá | 2.000.000 |
| 62 | 17 de Fevereiro de 1914 | Manoel Ignacio de Loyola | Tobias de Macedo e Filho | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal do Passo do Bormann | 1.000.000 |
| 63 | 17 de Fevereiro de 1914 | Leandro Dacheux Nascimento Junior | Henrique Dacheux Nascimento | Guarda de 2.ª classe da Collectoria de Paranaguá | 1.000.000 |
| 64 | 18 de Fevereiro de 1914 | Benedicto Therezio de Carvalho | Alcides Therezio de Carvalho | Guarda de 2.ª classe da Collectoria do Rio Negro | 1.000.000 |

| ORDEN | DATA DAS FIANÇAS | FIANÇADOS | FIADORES | CATEGORIA | VALOR |
|-------|-------------------------|--------------------------------|--|---|-----------|
| 65 | 18 de Fevereiro de 1914 | Manoel de Sá Sottomaior | Manoel Ramos | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Antonina | 1:000.000 |
| 66 | 18 de " de 1914 | Antonio Vidal Mariano | Vicente Nascimento Junior | Guarda de 3.ª classe da Collectoria de Rio Negro | 1:000.000 |
| 67 | 18 de " de 1914 | Adolpho Teixeira da Silva | Padre Emilio Teixeira da Silva | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de Marechal Mallet | 1:000.000 |
| 68 | 19 de " de 1914 | Frederico M. Alves da Rocha | João Alves da Rocha | Guarda de 1.ª classe da Fiscalisação de Batêas | 1:000.000 |
| 69 | 19 de " de 1914 | João França Ribas | Antonio Marcellino Pontes | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal do Passo do Bormann | 1:000.000 |
| 70 | 19 de " de 1914 | José Antunes de Almeida | H. Souza & Cia. | Guarda de 1.ª classe da Collectoria pa Fóz do Iguassú | 1:000.000 |
| 71 | 20 de " de 1914 | Gastão Rodrigues Branco | Francisco de Paula Dias Negrão | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Paranaguá | 1:000.000 |
| 72 | 20 de " de 1914 | Joaquim Barbosa Leal | D. Maria das Dores Santos | Guarda de 1.ª classe da " " " | 1:000.000 |
| 73 | 20 de " de 1914 | Antonio Correia de Souza | Dolaricio Correia | Guarda de 1.ª classe de " " " | 1:000.000 |
| 74 | 20 de " de 1914 | Gaspar Pacheco dos Santos | Domingos Soares | Auxiliar da Agencia Fiscal do Passo do Bormann | 2:000.000 |
| 75 | 20 de " de 1914 | Francisco Guilherme de Miranda | Thomaz Antonio Guilherme | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Paranaguá | 1:000.000 |
| 76 | 20 de " de 1914 | Antonio Pereira da Fouseca | Alfredo Aurelio de Freitas | Auxiliar da Fiscalisação de Bateas | 2:000.000 |
| 77 | 20 de " de 1914 | João Alves de Brito | Pedro Chioratto | Guarda de 1.ª classe da Fiscalisação de Batêas | 1:000.000 |
| 78 | 20 de " de 1914 | Joaquim Pinto Ribeiro | Leopoldo Xavier de Almeida | Guarda de 1.ª classe da Collectoria do Rio Negro | 1:000.000 |
| 79 | 20 de " de 1914 | José Indio de Sá | Antonio de Sá | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal da M. Mallet | 1:000.000 |
| 80 | 21 de " de 1914 | João Carneiro da Fonseca | Hypolito Xavier da Silva | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de Jaguarihyva | 1:000.000 |
| 81 | 26 de " de 1914 | Antonio Carlos da Silva | José Chechelero | Auxiliar da Collectoria de Paranaguá | 2:000.000 |
| 82 | 26 de " de 1914 | Manoel Figueira Netto | Carlos Theodoro Bender | Auxiliar da Collectoria de Paranaguá | 2:000.000 |
| 83 | 26 de " de 1914 | Alcides Darcanchy | Ubaldino Penteado | Guarda de 1.ª classe da Fiscalisação de Bateas | 1:000.000 |
| 84 | 26 de " de 1914 | Benjamim de Nafrio Massa | João Richardelli | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de Itararé | 1:000.000 |
| 85 | 26 de " de 1914 | Francisco Fortes Nogueira | Leocadio A. da Costa Nogueira | Guarda de 1.ª classe da " " de S. Matheus | 1:000.000 |
| 86 | 27 de " de 1914 | Manoel Augusto da Silva | Frederico Loernig | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Rio Negro | 1:000.000 |
| 87 | 28 de " de 1914 | Manoel Marquesino | Porfirio Sandy da Cruz | Guarda de 3.ª classe da Agencia Fiscal de S. José dos Pinhaes | 1:000.000 |
| 88 | 2 de Março de 1914 | Joaquim Pedro da Rocha | Luiz V. Picanço | Auxiliar da Collectoria de Paranaguá | 2:000.000 |
| 89 | 3 de Março de 1914 | Virgilio Rodrigues Ferraz | Candido Rodrigues Medeiros | Guarda de 2.ª classe da Agencia Fiscal de Itararé | 1:000.000 |
| 90 | 3 de Março de 1914 | Joaquim José da Silva Caldas | Padre João Luciano Ribeiro | Guarda de 3.ª classe da Barreira do Passo dos Barbosas | 1:000.000 |
| 91 | 3 de Março de 1914 | Herculano C. de Mello | José Soares de Gusmão | Auxiliar da Agencia Fiscal de Jaguarihyva | 2:000.000 |
| 92 | 3 de Março de 1914 | Pedro Ferreira Camargo | Felippe Antonio | Chefe de Guardas da Agencia Fiscal do Passo do Bormann | 1:000.000 |
| 93 | 3 de Março de 1914 | Ernesto Kaminski | José Henrique Dias | Guarda de 1.ª classe da Collectoria do Rio Negro | 1:000.000 |
| 94 | 3 de Março de 1914 | Francellino de Souza | José Henrique Dias | Guarda de 3.ª classe da Collectoria do Rio Negro | 1:000.000 |
| 95 | 3 de Março de 1914 | Arnaldo Kül | José Henrique Dias | Guarda de 1.ª classe da Collectoria do Rio Negro | 1:900.000 |
| 96 | 4 de Março de 1914 | Pedro Linhares | Amazonas de Araujo Marcondes | Guarda de 1.ª classe da Agencia Fiscal de União da Victoria | 1:000.000 |
| 97 | 4 de Março de 1914 | Francisco Tobias Pinto | Alfredo Aurelio de Freitas | " " " da Collectoria da Fóz do Iguassú | 1:000.000 |
| 98 | 4 de Março de 1914 | Nicolau Marques de Souza | Alfredo Caetano Dias | " " " da Agencia Fiscal do Pirahy | 1:000.000 |
| 99 | 11 de Março de 1914 | Fernando Carriel | Philomena Mendes Carriel | " " " da Agencia Fiscal de Ribeirão Claro | 1:000.000 |
| 100 | 16 de Março de 1914 | Leonegildo dos Santos Lima | Adolpho Correia | " " " da Collectoria de Antonina | 1:000.000 |
| 101 | 16 de Março de 1914 | Lauriano Theodorico de Andrade | Antonio Marcellino Pontes | " " " da Agencia Fiscal do Barracão | 1:000.000 |
| 102 | 18 de Março de 1914 | Romeu Felix Balster | Eleuterio Carneiro | " " " da Collectoria de Paranaguá | 1:000.000 |
| 103 | 19 de Março de 1914 | Jovino Gonçalves Ferreira | Alvaro Ferreira Cardoso | " " " da Ag. Fiscal de S. José do Christianismo | 1:000.000 |
| 104 | 21 de Março de 1914 | Abilio Rodrigues dos Santos | Emilio Metzger | " " " da Collectoria do Rio Negro | 1:000.000 |
| 105 | 21 de Março de 1914 | Laurindo da Silveira Marins | Fiança defn. Caderneta C. Economica | Escrivão da Collectoria de Castro | 2:500.000 |
| 106 | 23 de Março de 1914 | Joaquim Ribeiro de Andrade | Joaquim Soares Rodrigues | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Antonina | 2:000.000 |
| 107 | 23 de Março de 1914 | Moysés de Ramos Andrada | Provisoria | Escrivão da Collectoria de Antonina | 1:500.000 |
| 108 | 23 de Março de 1914 | Joaquim Candido Correia Ribas | Ubaldino Penteado | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Ponta Grossa | 1:000.000 |
| 109 | 25 de Março de 1914 | Arthur Ferreira de Abreu | Augusto Ferreira de Abreu | Auxiliar da Agencia Fiscal de Jaguarihyva | 2:000.000 |
| 110 | 25 de Março de 1914 | Francisco Antonio da Silva | Dr. Eurides Cunha | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Jacarésinho | 1:000.000 |
| 111 | 25 de Março de 1914 | Adolpho Martins da Rocha | Dr. Eurides Cunha | Guarda de 2.ª classe da Agencia Fiscal do Passo dos Leites | 1:000.000 |
| 112 | 26 de Março de 1914 | José Joaquim de Andrade | Emilio B. Gomes | Auxiliar da Agencia Fiscal de Iraty | 2:000.000 |
| 113 | 27 de Março de 1914 | Ildefonso Castro de Deus | Salvador Penteado | Guarda de 2.ª classe da Agencia Fiscal de Imbituva | 1:000.000 |
| 114 | 2 de Abril de 1914 | Amaral & Gutierrez | Responsabilidade | | 6:161.792 |
| 115 | 3 de Abril de 1914 | Severo dos Santos Leal | Fiança defn. Caderneta C. Economica | Guarda de 3.ª classe da Agencia Fiscal de União da Victoria | 1:000.000 |
| 116 | 4 de Abril de 1914 | Felix Fernandes Alves | José Bilski | " " " da Agencia " de União da Victoria | 1:000.000 |
| 117 | 8 de Abril de 1914 | José Antonio de Souza | Evaristo Martins Franco | " " " da Agencia " S. João do Triumpho | 1:000.000 |
| 118 | 14 de Abril de 1914 | Antonio Costa Netto | Pedro Costa Costa Bueno | " " " da Collectoria do Rio Negro | 1:000.000 |
| 119 | 14 de Abril de 1914 | Olympio Basilio Pinheiro | Luiz Ciola | " " " da Agencia Fiscal de Serro Azul | 1:000.000 |
| 120 | 4 de Maio de 1914 | Venancio José Lopes | Lino Antonio Lopes | " " " da Collectoria de Castro | 1:000.000 |
| 121 | 6 de Maio de 1914 | Theolindo d'Oliveira | Elyσιο d'Oliveira Vianna | " " " da Collectoria de Jacarésinho | 1:000.000 |
| 122 | 14 de Maio de 1914 | Joaquim Gonçalves dos Santos | Attilio D'Aló | " " " da Agencia Fiscal do Barracão | 1:000.000 |
| 123 | 27 de Maio de 1914 | Porfirio Muniz de Carvalho | Antonio da Fonseca Alcantara | " " " da Barreira do Itararé | 1:000.000 |
| 124 | 27 de Maio de 1914 | Severino Conrado de Alcantara | Augusto Fortes de Alcantara | " " " da Agencia Fiscal de Ribeirão Claro | 1:000.000 |
| 125 | 30 de Maio de 1914 | José Servuto de Camargo | Fiança provisoria | Escrivão da Collectoria da Fóz do Iguassú | |
| 126 | 6 de Junho de 1914 | Miguel Kalody | " defn. Caderneta C. Economica | Administrador da Barreira do Banhado | 2:807.800 |
| 127 | 6 de Junho de 1914 | José Julio Franco | " defn. Caderneta C. Economica | Administrador da Barreira de Araucaria | 1:000.000 |
| 128 | 8 de Junho de 1914 | Octavio Montezano | " defn. Caderneta C. Economica | Escrivão da Collectoria do Rio Negro | 2:500.000 |
| 129 | 20 de Junho de 1914 | Benjamim d'Oliveira Braga | Accacio Vilhena | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Jacarésinho | 1:000.000 |
| 130 | 20 de Junho de 1914 | Antonio Soares Paquete | Octavio C. Franco de Souza | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Paranaguá | 1:000.000 |
| 131 | 20 de Junho de 1914 | Moysés de Ramos Andrada | Substituição de fiança, Cad. Caixa Econ. | Escrivão da Collectoria de Antonina | 2:500.000 |
| 132 | 22 de Junho de 1914 | Antonio de Barros Barbosa | João Christovam da Silva | Guarda de 1.ª classe da Collectoria de Antonina | 1:000.000 |
| 133 | 29 de Junho de 1914 | Francisco Eugenio de Camargo | Fiança defn. Caderneta C. Economica | Administrador da Barreira de Mandaçaia | 1:600.000 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

OSCAR ESPINOLA, 2.º official.

PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO DO PARANÁ

Relação dos próprios do Estado, cujos documentos existem na Directoria do Contencioso da Secretaria de Fazenda

| N. DE ORDEM | VENDEDORES | DATA DA ESCRITURA | OBJECTO DA COMPRA | SITUAÇÃO DO IMMOVEL | PREÇOS |
|-------------|---|-------------------------|---|---------------------|-------------|
| 1 | Julio Eduardo Gineste e sua mulher | 21 de Março de 1896 | Uma casa de tijolos na rua Assembléa desta Cidade | Curityba | 40.000.000 |
| 2 | Francisco Alves Corrêa de Araujo | 8 de Maio de 1896 | Um terreno á rua Iguassú com 104 palmos de frente e 109 de fundos | Curityba | 2.200.000 |
| 3 | Mathana Baldasare e sua mulher | 22 de Agosto de 1896 | Um terreno á rua Iguassú com 100 palmos de frente | Curityba | 1.000.000 |
| 4 | Jocelym de Paula Pereira e sua mulher | 7 de Janeiro de 1903 | Um terreno denominado «Rio Preto ou Taboãozinho» | Guarapuava | 3.200.000 |
| 5 | Augusto Loureiro e sua mulher | 21 de Fevereiro de 1903 | Um terreno com 73200 metros quadrados no Rocio desta Cidade | Curityba | 4.000.000 |
| 6 | Joaquim Monteiro Carvalho e Silva e sua mulher | 20 de Maio de 1903 | Um terreno foreiro com 73 metros de frente á rua M. F. Peixoto desta Cidade | Curityba | 10.000.000 |
| 7 | Indalencio Rodrigues de Macedo | 20 de Fevereiro de 1904 | Um terreno denominado «Pinheirinhos» na Cidade de Castro | Castro | 2.000.000 |
| 8 | Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas e sua mulher | 5 de Janeiro de 1905 | Um terreno com 7123 metros quadrados no alto de S. Francisco desta Cidade | Curityba | 5.699.000 |
| 9 | Pedro Setragni e sua mulher | 26 de Março de 1906 | Uma fazenda com 119 hectares de terra «Saivo e Inhamby» | Antonina | 2.000.000 |
| 10 | Companhia Paraná Industrial | 26 de Abril de 1906 | Um terreno com 51520 metros quadrados com frente para a margem da E. de F. | Curityba | 3.000.000 |
| 11 | Baroneza do Serro Azul | 9 de Maio de 1906 | Um lote n. 3 no Batel com 25 metros de frente para a rua Matto Grosso | Curityba | |
| 12 | Alfredo da Silveira e sua mulher | 5 de Setembro de 1906 | 10 lotes de terra sob os ns. 30 a 50 excluidos os ns. 42 a 49 na linha «Barra Grande» | Prudentopolis | 4.000.000 |
| 13 | Jayme da Silva Muricy e sua mulher | 29 de Setembro de 1906 | Uma fazenda denominada «Botuquara» e mais bemfeitorias | Ponta Grossa | 12.000.000 |
| 14 | Adelaide do Nascimento Torres | 31 de Outubro de 1906 | Uma fazenda denominada «Pinhaes» sita na estação do mesmo nome | S. José dos Pinhaes | 3.800.000 |
| 15 | Felippe Tod e sua mulher | 6 de Novembro de 1906 | Um terreno com 1.210.000 metros quadrados no lugar denominado «Bacachery» | Curityba | 12.000.000 |
| 16 | Salvador Antunes Ferreira e sua mulher | 10 de Junho de 1907 | 2 casas de madeira e uma balsa sobre o Rio Paranapanema no Passo do Ildefonso | Jacarezinho | 3.000.000 |
| 17 | Maria L. Munhoz da Rocha Carneiro | 3 de Julho de 1907 | Uma casa de sobrado com frente para a rua Deodoro | Paranaguá | 25.000.000 |
| 18 | José Inuscenclo França e sua mulher | 19 de Julho de 1907 | Um terreno foreiro com 2288 metros quadrados á rua Pedro Ivo | Curityba | 10.000.000 |
| 19 | João Vello e sua mulher | 10 de Agosto de 1907 | Um terreno com 33 metros e 0,99 centímetros de frente á rua Ebano Pereira | Curityba | 8.000.000 |
| 20 | Roberto Mueller e sua mulher | 8 de Novembro de 1907 | Uma fazenda denominada «Aguas Bellas» municipio de S. José dos Pinhaes | S. José dos Pinhaes | 70.000.000 |
| 21 | Santa Casa de Misericordia | 16 de Março de 1908 | Edificio do Azylo de Alienados N. S. da Luz, no lugar denominado «Ahú» | Curityba | 274.932.841 |
| 22 | Eugenio Ernesto Wirmond | 28 de Julho de 1909 | Um terreno com 300.000 metros quadrados no lugar denominado «Ahú» | Curityba | 11.156.940 |
| 23 | Adão Stachauski | 18 de Novembro de 1909 | Um terreno com 48 metros de frente e 47 de fundos, á rua S. Motta | Curityba | 2.750.000 |
| 24 | João Francisco Machado e sua mulher | 10 de Fevereiro de 1910 | Uma casa de madeira que serve de morada ao balseiro do Passo do Emygdão | Ribeirão Claro | 2.628.000 |
| 25 | Carlos Dietzsch e sua mulher | 23 de Abril de 1910 | 3 lotes de terra sob os ns. 41, 42 e 43, sitas no alto de S. Francisco | Curityba | 3.000.000 |
| 26 | Antonio Maria Lopes Mautinho e sua mulher | 25 de Abril de 1910 | Um terreno com 22 metros de frente e 55 de fundos á rua Silva Jardim | Curityba | 3.500.000 |
| 27 | Melchior Ferreira Prestes e sua mulher | 30 de Abril de 1910 | Uma casa de madeira com 7 ms. de frente por 8 de fundos em terreno devoluto | Palmas | 3.000.000 |
| 28 | Luiz Antonio Xavier e João S. Ferreira | 15 de Agosto de 1910 | Um terreno com 25 metros e 50 de fundos á margem direita da estrada do Portão | Curityba | 2.000.000 |
| 29 | Joaquim Severo Baptista e sua mulher | 16 de Agosto de 1910 | Um terreno com 80 metros de frente e 20 de fundos na fazenda «Pedra Branca» | Jacarezinho | 500.000 |
| 30 | Antonio Lisboa do Nascimento e Manoel A. dos Santos | 12 de Maio de 1911 | Um terreno na Serra do Mar | Deodoro | 3.000.000 |
| 31 | Gaspar Lamback e sua mulher | 13 de Agosto de 1911 | Um terreno com 100 palmos de frente e 200 de fundo á rua Graciosa | Curityba | 4.000.000 |
| 32 | Rufino Soares Roberto | 23 de Setembro de 1911 | Uma fazenda denominada «Fazenda Nova» com campo, matto e mais bemfeitorias | Castro | 17.000.000 |
| 33 | Herdeiros de João Rodrigues Branco | 23 de Novembro de 1911 | Uma casa de tijolos e terreno com 300 metros de frente e 400 de fundos | Paranaguá | 14.625.485 |
| 34 | D. Zelina Guerreiro Krueger | 26 de Novembro de 1911 | Uma casa, um paiol e 4 alqueires de terra destinada á sede da fiscalização de Batêas | Agudos | 2.100.000 |
| 35 | Manoel José Gonçalves e sua mulher | 20 de Março de 1912 | Uma casa de tijolos sita á Praça Carlos Gomes desta cidade | Curityba | 35.000.000 |
| 36 | Felisbino Gonçalves Pereira Bueno e sua mulher | 2 de Outubro de 1912 | Um terreno com 1.325 hectares e 18 áreas com campo, matto e pinhal no lugar denominado «Padre José» | Castro | 19.165.822 |
| 37 | Luiz Antonio Xavier e sua mulher | 9 de Abril de 1913 | Um terreno com 149.381 metros e 0,75 centímetros quadrados, á margem direita da estrada do Portão | Curityba | 50.000.000 |
| 38 | Benigno Pinheiro Lima e sua mulher | 12 de Agosto de 1913 | Um terreno com 408.750 metros quadrados no lugar «Fundo Grande» no districto de Deodoro | S. José dos Pinhaes | 16.230.000 |
| 39 | João de Deus Freitas | 12 de Agosto de 1913 | Uma casa de madeira e respectivo terreno no lugar «Pantanal» | Morretes | 2.000.000 |
| 40 | Antonio Moreira e Silva | 23 de Agosto de 1913 | Uma casa de madeira e respectivo terreno no lugar «Barreiros» | Morretes | 2.000.000 |
| 41 | Ernesto de Campos Lima e sua mulher | 16 de Outubro de 1913 | Um terreno de Carta de Data á rua Aquidaban, esquina da Voluntarios da Patria desta cidade | Curityba | 80.000.000 |
| 42 | Maria de Jesus Duarte | 23 de Outubro de 1913 | Um sobrado em construção á rua Jorge Xavier Silva, esquina Padre Damaso, nesta cidade | Castro | 10.000.000 |
| 43 | Maurique U. Neiva de Lima e sua mulher | 27 de Novembro de 1913 | Duas casas e terreno com 60 metros de frente e 60 de fundos | Fóz do Iguassú | 14.500.000 |
| 44 | Octavio Novaes e outros | 8 de Janeiro de 1914 | 1000 alqueires de terras denominado «Taquará» nos municipios | Castro e Tibagy | 50.000.000 |
| 45 | Moysés Brito de Miranda | 8 de Janeiro de 1914 | Uma casa de tijolos e terreno com 30 metros de frente e 30 de fundos á rua Xavier da Silva | Iraty | 7.500.000 |

Procuradoria Fiscal do Estado do Paraná

Pareceres emittidos durante o exercicio
de 1913-1914

| N. de ordem | PARECERES | N. de pareceres |
|-------------|---|-----------------|
| 1 | Em requerimentos | 474 |
| 2 | Em autos de inventarios | 114 |
| 3 | Em autos de medição de terras | 89 |
| 4 | Em consultas | 21 |
| 5 | Em officios | 21 |
| 6 | Em inqueritos administrativos. | 9 |
| 7 | Em insinuações de doação | 5 |
| 8 | Em especialisações de fiança em juizo | 4 |
| 9 | Em requisições. | 3 |
| 10 | Em tomadas de contas | 2 |
| | . TOTAL | 742 |
| 11 | Officios expedidos | 25 |
| 12 | Relatorio | 1 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

OSCAR ESPINOLA, 2.º official.

N. B — Houve um excesso de 91 pareceres neste exercicio sobre o passado.



Exmo. Snr. Dr. Arthur Martins Franco

D.D. Secretario de Fazenda

Tenho a honra de vir apresentar-vos o meu relatório, em atenção ás disposições regulamentares do importante departamento do Estado, a cuja frente acha-se V. Exa., que imprime a unidade precisa nos complexos serviços a elle inherentes, salientando-se, por seu valor pratico, a fiscalisação de que tenho dado periodicamente as devidas informações.

Infelizmente cousas diversas provenientes da depressão economica que tem avassalado o nosso Estado, seja por causas externas, seja por causas internas, entre estas, epidemias reinantes em algumas zonas e a anarchia no Contestado e entre aquellas a má situação dos mercados estrangeiros, não me permittindo um trabalho consequente de resultados satisfactorios.

E' claro que existe uma anormalidade economica latente, que vem nos atrophando de certo tempo a esta parte, cuja causa está em nosso proprio organismo; aggravada principalmente pela luta ingente e dispendiosa que fez seccar as fontes de renda da zona em estado de guerra, com irradiações pelas zonas visinhas, ainda aggravadas pelas epidemias, que aterrorantemente se manifestaram na zona do Norte, embaraçando o trabalho, entibando a actividade do lavrador ou do fazendeiro essa anormalidade tem reduzido o commercio a proporções desanimadoras.

Tudo isto tem feito decrescer as rendas e difficultar a acção dos encarregados da arrecadação. Estes, na sua penosa tarefa, deante do exgotamento da renda e deante das febres reinantes, são óra victimas do assassinato, como succedeu ao Guarda Ozorio, assassinado pelos celebres Irias no Posto Fiscal do Lageado, no valle do Rio Negro, succedendo o mesmo a outros; e são óra victimas da febre endemica, como aconteceu ao Guarda Salvador Conçalves no Passo do Allemão; e ao Guarda João Anthero, do Posto Costa Junior, no rio Paranapanema, em

Jacarésinho, que, atacado da febre, terrivelmente reinante, vio-se forçado a mudar sua residencia, levando a familia para a cidade em busca de recursos.

Não se pode, pois, levar a redução das rendas á culpa dos encarregados da arrecadação e dos empregados da fiscalisação: todos elles esforçam-se, mais ou menos, para bem cumprirem o seu dever; mas têm de renderem-se ás circumstancias, notoria e officialmente verificadas como causa do mal.

Dos Sub-Inspectores, um foi pelos motivos acima referidos, encarregado por V. Exa. do lançamento de impostos na zona Sul e o outro da zona Norte foi licenciado por um anno e só agora, ao terminar a licença, declarou-se apto para proseguir na tarefa que lhe foi confiada.

O Sub-Inspector Manoel Anthero de França enviou-me o relatório do exercicio que findou, de conformidade com o regulamento, dando o resultado das inspecções realisadas em diversas Agencias, bem como dos serviços prestados como Collector em commissão em Jacarésinho.

Do mesmo periodo, a excepção do Collector da Fóz do Iguassú, Snr. João Ribeiro da Fonseca, nenhum outro Collector ou Agente Fiscal deu relatório.

Pelos dados relatados pelo referido funcionario, cujo relatório appenso a este meu, verifica-se que a Collectoria da Fóz do Iguassú, em boa hora installada por V. Exia., tem produzido um resultado satisfactorio, apresentando consideravel augmento de renda, sem discrepancia, desde o seu inicio. Vê-se que no exercicio de 1913 a 1914 attingio a arrecadação a importancia de 190.707\$500, demonstrando um augmento de..... Rs. 81:289\$634 sobre o exercicio anterior, quando quasi todas as outras repartições congeneres têm dado resultados decrescentes sobre as arrecadações anteriores.

E' que naquella zona a acção anormal do estado de guerra, ou da endemia, não attingio, sendo pouco sensivel a depressão da anormalidade de que a principio fallei e que affecta desde ha tempo o nosso organismo economico.

V. Exa. tem tomado conhecimento de factos e circumstancias, que acima expuz. E' de crer que as medidas que têm sido tomadas tragam modificações favoraveis em seus resultados, sobre o que economicamente refere-se á nossa vida e relações internas, melhorando-se a lavoura e as industrias.

Da lavoura depende a fortuna publica e a independencia economica do Estado, sem ella as industrias se atrophiarão naturalmente, porque, alem dos generos necessarios particularmente á vida, a materia prima em geral depende della, e só com ella se podem melhorar outras, como a pastoril, etc.

A crise do commercio de herva matte, de que tanto occupou-se a imprensa, parece revelar uma certa solução, em vista da tendencia de elevação de preço proveniente dos grandes pedidos.

Já tive occasião de referir a V. Exia. o resultado das minhas inspecções ás repartições da Palmeira, Ponta Grossa, Conchas, Imbituva e Prudentopolis; bem como das installações e andamento das barreiras: Arroio Paulista, Bacachery e Encruzilhada na Estrada da Graciosa, S. Lourenço, Rio Branco, Ahú, Banhado, Araucaria, Bariguy e Portão.

Infelizmente a renda destas barreiras não cobre as despesas de conservação das estradas, intuito pelo qual foram creadas.

A ponte sobre o rio Paranapanema, está com sua construção prestes a ser terminada. Ella liga o nosso ao Estado de S. Paulo e, para que atinjamos o fim almejado, parece-me urgente a construção de um predio no Porto da União, que é proximo a essa ponte e precisa ser fiscalizada e outros predios no Cahyoá, e no Porto do Gil, para evitar contrabando nesses pontos de facil passagem.

Banco de Curityba.—Sob este Banco, tomadas as providencias, que, na qualidade de Fiscal do Governo, reclamei da Directoria de accordo com V. Exia., enviou-me o Presidente desse estabelecimento de credito a tabella para as operações, que alli devem ser feitas, de accordo com os Estatutos e cujo documento e officio que o acompanhou peço permissão para juntar ao presente relatorio.

Este estabelecimento de credito tem restringido as suas operações de accordo com as condições economicas do Estado e devido a demora dos pagamentos das quantias adiantadas mediante consignações aos funcionarios federaes e estadoaes.

E' o que posso relatar a V. Exia. sobre os factos occorridos durante o exercicio findo e espero que as providencias tomadas pelo Governo e por V. Exia. tragam maior segurança para a vida economica do Estado, tão fortemente perturbada nos ultimos tempos e tanto mais que devemos confiar no grande desenvolvimento da exportação do café, e outras forças productivas ainda não bem exploradas, mas que agora os acontecimentos externos nos estimulam a exploral-as para que economicamente nos tornemos independente.

Saude e Fraternidade.

Curityba, 30 de Dezembro de 1914.

THEOPHILO SOARES GOMES
Inspector Geral das Rendas do Estado.





Fóz do Iguassú, 5 de Julho de 1914.

Exmo. Snr. C.^{el} Theophilo Soares Gomes

D. D. Inspector Geral das Rendas do Estado

Venho apresentar á V. Exa. o demonstrativo do movimento da Receita e Despeza desta Repartição, no exercicio financeiro de 1913 a 1914.

A Collectoria das Rendas Estadoaes da Fóz do Iguassú, creada por Decreto n. 760 de 27 de Setembro de 1913, foi por V. Exa. installada a 22 de Novembro proximo passado, data em que assumi o exercicio de meo cargo, juntamente com os demais auxiliares.

Até essa epocha a arrecadação dos impostos devidos ao Estado, foi feita pela Mesa de Rendas desta localidade.

Conforme dados existentes na Secretaria de Fazenda, dignamente dirigida por V. Exa. a receita arrecadada por aquella Repartição, em 1912—1913, importou em Rs. 109:417\$871.

No exercicio de 1913 a 1914, attingio á cifra de reis..... 190:707\$505, sendo: arrecadado pela Mesa de Rendas a quantia de reis 59:417\$221 e por esta Collectoria reis 131:290\$284 pre-fazendo o total acima referido, houve, portanto, um excesso verificado de Rs. 81:289\$634 sobre o exercicio anterior.

Os impostos que produziram a receita do exercicio p. findo, foram os seguintes:

| | |
|---|---------------------------|
| Liquidos espirituosos | 315.000 |
| Imposto sobre animaes | 37.600 |
| Industrias e profissões | 1:493.000 |
| Transmissão de propriedade | 1:412.220 |
| Exportação diversa | 20:474.910 |
| Gado para consumo | 4:377.000 |
| 10% adicional sobre os impostos acima | 2:810.958 |
| Sello, etc. | 2:715.200 |
| Patente Commercial | 16:683.165 |
| Exportação de herva-matte | 137:033.682 |
| Receita eventual | 300 |
| Imposto de propaganda | <u>3:354.470</u> |
| TOTAL Rs. | <u>190:707.505</u> |

Os impostos:

- Sobre animaes
- Exportação diversa
- 10% adicional s/ impostos
- Sello, etc.
- Exportação de herva-matte
- Receita eventual
- Imposto de propaganda,

que importaram em reis: 166:427.120 foram arrecadados de 1.º de Julho de 1913 a 30 de Junho ultimo. Os seguintes:

- Liquidos espirituosos
- Industrias e profissões
- Transmissão de propriedade
- Gado para consumo e

Patente Commercial, que produziram a renda de reis..... 24:280.385, só foram cobrados nesta localidade depois da installação da Collectoria.

A despesa foi a seguinte:

De 1.º de Julho a 22 de Novembro de 1913

Secretaria de Fazenda:

Pago á União:

| | | |
|-----------------------------|------------------|-----------|
| Expediente | 1:000.000 | |
| Diarias—4 guardas | 1:200.000 | |
| 10% s/ as Rendas | <u>5:941.690</u> | 8:141.690 |

De 22 de Novembro a 30 de Junho ultimo:

Collectoria Estadual:

| | | |
|----------------------------------|-------------------|------------|
| Expediente | 460.351 | |
| Arrecadação das Rendas | <u>20:864.278</u> | 21:344.629 |

Secretaria do Interior:

| | | |
|-------------------------|---------------|--------------------------|
| Força publica | 9:653.330 | |
| Presos pobres | <u>24.000</u> | 9:677.330 |
| A transportar | | <u>39:163.649</u> |

Transporte 39:163.649

Secretaria de Obras Publicas:

Pago á Commissão

Colonia Cleve 17:903.300 17:903.300

Secretaria de Agricultura:

Pago ao Fiscal da Floresta. 1:933.326 1:933.326

TOTAL Rs. 59:000.275

A receita, como já ficou dito, foi de reis: 190:707.505; a despesa importou em reis: 59:000.275, a differença entre ambas accusa um saldo de reis: 131:707;230, que foi recolhido aos cofres do Thesouro Estadoal.

As Circulares expedidas pela Secretaria de Fazenda, referentes ao serviço desta Collectoria, durante o exercicio de 1913 a 1914: Circular n. 669 de 16 de Maio, digo do mez de Outubro, mandando observar, para a cobrança do imposto de Patente Commercial as taxas abaixo mencionadas:

| | | | | |
|---------------------------|----|------|-----|------|
| Vinho em barris | 15 | reis | por | kilo |
| Vinho em caixa | 60 | " | " | " |
| Aguardente | 40 | " | " | " |
| Alcool | 60 | " | " | " |

Ficando derogada, nessa parte, a tabella que acompanhou o Decreto, n. 476 de 27 de Junho do corrente anno.

N.º 676 de 17 de Outubro de 1913, mandando seja remettido mensalmente por esta Collectoria o resumo dos mappas estatísticos dos impostos denominados Patente Commercial e de Exportação diversa, juntos aos respectivos balancetes.

N.º 1038—Determinando aos Collectores e Agentes Fiscaes, que, de accordo com o Art. 14 da lei eleitoral Federal sob n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, remetam á Commissão do Alistamento eleitoral dos respectivos municipios, a lista dos quinze maiores contribuintes do imposto «Territorial», em substituição da lista dos contribuintes do imposto de Industrias e Profissões, como até aqui se fazia, em falta daquelle imposto.

N.º 1093—de 18 de Dezembro de 1913. Fazendo saber aos funcionarios dependentes da Secretaria de Fazenda, que sómente serão encaminhados os pedidos de licença, para tratamento de saude ou não, que forem solicitados em requerimentos sellados, de accordo com os Artigos 205 a 223 do regulamento das Secretarias do Estado, não sendo permittido, em caso algum, taes pedidos por telegramma.

N.º 1216, de 9 de Janeiro de 1914.—Autorisando aos Collectores e Agentes Fiscaes a receberem, até 28 de Fevereiro do corrente anno, as declarações para o Lançamento do imposto «Territorial», dos contribuintes que o deixaram de fazer, sem a multa de que trata o Art. 22 do Regulamento de 28 de Junho de 1912, bem como a proceder, dentro do mencionado prazo, a

cobrança dos impostos devidos com as multas estabelecidas pelo Art. 23 do mesmo Regulamento.

N.º 1295, de 22 de Janeiro de 1914—Aos auxiliares e guardas, marcando um novo prazo de trinta dias, em prorrogação ao constante da circular n. 623 de 10 de Outubro de 1913, para apresentarem um fiador idoneo que se responsabilise por qualquer desvio de valores pertencentes à Fazenda, que possam ocasionar os mesmos funcionarios. Os referidos fiadores deverão assignar um termo na Directoria do Contencioso da Secretaria de Fazenda. Os auxiliares e guardas, que no prazo referido não tiverem satisfeito a exigencia desta Circular serão suspensos de seus cargos.

N.º 1652, de 26 de Março de 1914—Tendo havido por parte dos funcionarios da arrecadação, má interpretação com referencia ao valor de immoveis para o pagamento do Imposto de Transmissão de Propriedade, declaro-vos que o valor venal fixado para pagamento do imposto «Territorial», a que se refere o § 3.º Art. 3.º do respectivo Regulamento não deve absolutamente servir de base para a cobrança do imposto de Transmissão de Propriedade, porquanto o valor venal fixado pelo § citado, o foi unica e exclusivamente para os effeitos do lançamento e cobrança do imposto territorial.

O valor dos immoveis para o imposto de transmissão deve ser sempre o valor venal real que tiverem adquirido os terrenos em cada localidade, e nunca o valor venal para a cobrança do Imposto territorial.

Portarias expedidas pela Secretaria de Fazenda, sobre serviços affectos á esta Collectoria:

N.º 767, de 29 de Outubro de 1913—Communicando ter adiantado ao guarda Manoel Vianna Junior, a quantia de trezentos mil reis, para ser paga pelo mesmo, em seis prestações de 50\$000 mensaes.

N.º 768, de 29 de Outubro de 1913—Mandando pagar ao destacamento policial local, tendo o Commandante do mesmo destacamento de passar recibo no respectivo *pret*, ficando a primeira via sellada como documento appenso ao balancete mensal desta Repartição.

N.º 949, de 25 de Novembro de 1913—Mandando pagar pela rubrica «Presos Pobres», do orçamento em vigor, as diarias ao preso pobre Affonso Gonçalves, recolhido á cadeia local conforme solicitou o Snr. Dr. Secretario do Interior, em officio n. 5004 de 22 do mesmo mez.

N.º 1056, de 13 de Dezembro de 1913—Mandando pagar ao Snr. Coronel Luiz Daniel Cleve, a quantia de Rs. 7:140.000, conforme requisitou o Snr. Dr. Secretario de Obras Publicas, em officio n. 1361 de 6 de Dezembro corrente.

N.º 1073, de 16 de Dezembro de 1913—Mandando pagar ao guarda de primeira classe Manoel Vianna Junior, a quantia de cento e oitenta mil reis de vencimentos que o mesmo deixou de receber na Collectoria de Ponta Grossa, visto ter sido removido para esta Repartição.

N.º 1268, de 17 de Janeiro de 1914—Autorisando a despendar a quantia de trezentos mil reis para a aquisição da mobilia para a Collectoria.

N.º 1371, de 4 de Fevereiro de 1914—Autorisando a pagar



Illm. Snr. Fiscal do Banco de Curityba,

por parte do Governo do Estado

Capital

Em additamento á minha carta de 9 de Julho do anno p. p. e satisfazendo as exigencias de V. S., contidas em officio de 4 daquelle mez, passo ás mãos de V. S. a tabella para o calculo de emprestimo a funcionarios estadoaes, organizada de accordo com os estatutos e leis por que se rege este Banco.

Como verá V. S. os juros são calculados sobre o capital realmente devido, na forma dos estatutos e de accordo com a tabella de Price, adoptada pelo Banco dos funcionarios publicos do Rio, com uma ligeira modificação quanto ao tempo, devido a praxe do Thesouro pagar os vencimentos de um dado mez, no correr do mez seguinte, — o que acarreta augmento de um mez no prazo dos emprestimos. Quanto a taxa de 1^o/_o de expediente, funda-se, como consta da tabella, em disposições dos Estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos do Rio e de decretos federaes, — disposições essas em vigor no Estado, em virtude da lei de concessão deste Banco. Para tornar mais modica essa taxa reduzimol-a a 1/12^o/_o como V. S. verá.

Ficam assim, com essa modificações, satisfeitas as exigencias de V. S.

Sem outro assumpto, sou com apreço e consideração

De V. S.

Am.^o Att.^o Obr.^o

Pelo Banco de Curityba

CHICHORRO JUNIOR, Presidente.

BANCO DE CURITYBA

TABELLA para o calculo de emprestimos a funcionarios estadoaes para uma amortisação mensal de 100000. Juros de 1% ao mez; seguro de 1/2%; commissão de 1/6%. (Estatutos, art. 47 e seus §§; Dec. n. 518 de 23 de Novembro de 1911, alíneas, I e II. Garantia Especial de 1/12%, fundada nos artigos 53 e 54 dos Estatutos do Banco dos Funcionarios Publicos do Rio, organisados em virtude do Dec. Fed. n. 771 de 20 de Setembro de 1890 e approvados pelo Dec. Fed. n. 105 de 4 de Abril de 1891—disposições essas em inteiro vigor no Estado, em virtude do disposto no art. 6.º da Lei Estadual n. 180 de 5 de Fevereiro de 1896. Essa Garantia Especial é escripturada sob esse mesmo titulo.

| Valor do emprestimo | Juros | Seguro | Commissão | Garantia Esp. | Total do desc. |
|---------------------|---------|---------|-----------|---------------|----------------|
| 300.000 | 9.000 | 6.000 | 2.000 | 1.000 | 18.000 |
| 400.000 | 14.000 | 10.000 | 3.340 | 1.670 | 29.010 |
| 500.000 | 20.000 | 15.000 | 5.000 | 2.500 | 42.500 |
| 600.000 | 27.000 | 18.000 | 7.000 | 3.500 | 56.000 |
| 700.000 | 35.000 | 23.000 | 9.330 | 4.665 | 71.995 |
| 800.000 | 44.000 | 28.500 | 12.000 | 6.000 | 90.500 |
| 900.000 | 54.000 | 35.000 | 15.000 | 7.500 | 111.500 |
| 1:000.000 | 65.000 | 42.500 | 18.340 | 9.170 | 135.010 |
| 1:100.000 | 77.000 | 51.000 | 22.000 | 11.000 | 161.000 |
| 1:200.000 | 90.000 | 57.500 | 26.000 | 13.000 | 186.500 |
| 1:300.000 | 104.000 | 65.000 | 30.350 | 15.175 | 214.525 |
| 1:400.000 | 119.000 | 73.500 | 35.000 | 17.500 | 245.000 |
| 1:500.000 | 135.000 | 83.000 | 40.000 | 20.000 | 278.000 |
| 1:600.000 | 152.000 | 93.500 | 45.350 | 22.675 | 313.525 |
| 1:700.000 | 170.000 | 105.000 | 51.000 | 25.500 | 351.500 |
| 1:800.000 | 189.000 | 114.500 | 57.000 | 28.500 | 389.000 |
| 1:900.000 | 209.000 | 125.000 | 63.220 | 31.610 | 428.830 |
| 2:000.000 | 230.000 | 136.500 | 70.000 | 35.000 | 471.500 |
| 2:100.000 | 252.000 | 149.000 | 77.000 | 38.500 | 516.500 |
| 2:200.000 | 275.000 | 165.000 | 84.320 | 42.160 | 566.480 |
| 2:300.000 | 299.000 | 177.000 | 92.000 | 46.000 | 614.000 |
| 2:400.000 | 324.000 | 189.500 | 100.000 | 50.000 | 663.500 |

OBSERVAÇÕES:

1.º—O calculo de um emprestimo com amortisação maior ou menor se fará por meio de uma simples proporção.

2.º—O tempo para contagem dos juros e das outras porcentagens é calculado tendo-se em vista a praxe do Thesouro do Estado, que paga os vencimentos do funcionalismo, correspondentes a um dado mez, somente no correr do mez seguinte, em regra depois do dia 10 ou 12, mais ou menos, até o dia 30; e esse facto augmenta de mais um mez o prazo para a liquidação dos emprestimos.

3.º—As despesas de expediente: sellos, procurações, reconhecimento de firma, etc., correm por conta do mutuario.

LEIS

**sanccionadas pelo Poder Executivo e referentes ao
serviço da Secretaria de Fazenda, durante o
exercício de 1913-1914**

LEI N.º 1354 de 20 de Fevereiro de 1914

Autorisando o Governo do Estado a isentar a Sociedade de Agricultura de Thomazina do pagamento do imposto de transmissão de propriedade, pela escriptura de doação, no valor de cinco contos de reis, de um predio para sua séde, offerecido pelo Snr. Fellipe Miguel de Carvalho.

LEI N.º 1361 de 5 de Março de 1914

Autorisando o Governo do Estado a conceder a Modesto Anastacio da Luz, 2.º official da Secretaria de Fazenda do Estado, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses onde lhe convier.

LEI N.º 1370 de 6 de Março de 1914

Autorisando o Poder Executivo a isentar dos impostos estadoaes todos os materiaes destinados ás obras de abastecimento de agua e rede de exgottos executadas pelas municipalidades, bem assim os objectos necessarios aos hospitaes de caridade, instituições pias e tambem ao Sanatorio e Maternidade que se pretende estabelecer em Curitiba.

LEI N.º 1371 de 9 de Março de 1914

Autorisando o Poder Executivo a abrir o credito de Rs. 2:847.777 para attender ao pagamento dos vencimentos de inactividade a que tem direito o escrivão aposentado da Collectoria de Antonina, Manoel Ribeiro Guimarães, a contar de 16 de Setembro de 1913 a 30 de Junho de 1914.

LEI N.º 1390 de 26 de Março de 1914

Autorisando o Poder Executivo a isentar do imposto de transmissão de propriedade o terreno situado na rua quinze de Novembro e que o Club Coritibano pretende adquirir por compra para nelle construir sua séde social, bem como o terreno adquirido pela Sociedade Nacional de Agricultura em Thomazina.

LEI N.º 1416, de 28 de Março de 1914

Prorogando por um anno, o prazo para apresentação dos quadros relativos aos lançamentos do imposto territorial.

§ Unico. O contribuinte remisso pagará no acto do lançamento as prestações devidas e multas a estas correspondentes.

LEI N.º 1417 de 18 de Março de 1914

Instituindo e a cargo da Secretaria de Fazenda, em favor dos officiaes de patente da Força Publica Estadoal, uma caixa de beneficencia para o fim de proporcionar pelo prazo de dez annos ás familias dos mesmos officiaes uma pensão mensal de duzentos e dez mil reis na conformidade da presente lei.

§ Unico. O prazo de dez annos de que trata o presente art. poderá ser prorogado sob proposta dos commandantes da Força Publica do Estado, se a juizo do Governo os fundos da Caixa comportarem essa prorogação sem prejuizo dos interessados.

Art. 2. A pensão de que trata o art. 1.º será garantida na conformidade desta lei á viuva do official fallecido, emquanto se mantiver no estado de viuvez e com honestidade; em sua falta reverterá repartidamente em favor das filhas emquanto solteiras e honestas e dos filhos legitimos ou legitimados emquanto não attingirem á maioridade.

Art. 3. Em falta de viuva e filhos, a pensão de que trata esta lei reverterá em favor do pae ou mãe do official fallecido se este lhe servir de unico arrimo.

Art. 4. No caso do official ser condemnado e excluido da força publica em virtude de sentença, será considerado como morto civil, para o effeito de ser paga á sua familia a pensão de que trata o art. 1.º observadas as disposições dos artigos 2.º e 3.º desta lei.

§ Unico. Esta pensão só é devida desde a data em que passe em Julgado a sentença condemnatoria.

Art. 5. Quando a pensão for devida a filhos menores do official fallecido, só poderá ser paga ao tutor ou curador, mediante autorisação do Juiz competente.

Art. 6. A caixa de beneficencia será constituída pela contribuição da joia de cem mil reis e de uma prestação mensal de dez mil reis, qualquer que seja a graduação do official, esteja elle ou não em actividade, em gozo de licença ou de reforma.

§ 1.º A contribuição mensal de 10\$000, á qual ficam tambem sujeitos os pensionistas, será descontada pela Secretaria de Fazenda, na occasião do respectivo pagamento, da totalidade da pensão a que tiverem direito os herdeiros do official fallecido.

Art. 7. Esta lei é obrigatoria para todos os officiaes da Força Publica Estadoal, em excepção dos commandantes do Regimento de Segurança e do Corpo de Bombeiros, que farão as contribuições voluntariamente se quizerem assegurar as suas familias as vantagens da Caixa de Beneficencia, vantagens que se tornarão effectivas mesmo na hypothese de serem destituídos dos cargos, uma vez que continuem a contribuir com as respectivas mensalidades.

§ Unico. Se os officiaes de que trata este artigo deixarem de pagar seguidamente duas contribuições mensaes, perderão as contribuições já pagas que reverterão em favor da caixa, sem ter direito suas familias de reclamar os beneficios desta lei.

Art. 8. Se fallecer mais de um official, antes que o fundo existente na Caixa comporte o pagamento da pensão fixada no art. 1.º será o saldo existente em deposito rateado com os herdeiros dos contribuintes fallecidos, até que os recursos da Caixa promettam o pagamento integral da pensão.

Art. 9. A pensão de que trata a presente lei não é sujeita a penhora ou quaesquer onus reaes.

Art. 10. Para o serviço da Caixa Beneficente designará a Secretaria de Fazenda os empregados fazendo aquisição dos livros precisos, e como compensações deixará o Governo de pagar juros dos dinheiros depositados.

Art. 11. As disposições desta lei não revogam ás do art. 19 da Lei n. 752 de 21 de Março de 1908.

LEI N.º 1433 de 2 de Abril de 1914

Ficando o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de sua saúde, ao Fiscal Geral das Barreiras do Norte do Estado, José Borges de Almeida Taques, depois de satisfeitas as exigencias legais, quanto a certidão passada pela respectiva Junta de Hygiene do Estado.

LEI N.º 1434 de 2 de Abril de 1914

Autorisando o Governo do Estado a conceder um anno de licença, com ordenado, a que tem direito, ao cidadão João Afonso Vidal, Agente Fiscal de São Matheus, para tratamento de sua saúde.

LEI N.º 1436 de 6 de Abril de 1914

Art. 1.º Nenhuma balsa ou embarcação destinada a dar passagem de uma á outra margem, em rios do Estado, nas vias publicas, poderá ser estabelecida sem consentimento previo do Governo, por intermedio da Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas.

§ Unico. Exceptuam-se as que fôrem estabelecidas em vias da fronteira com paizes estrangeiros.

Art. 2. Para o estabelecimento de balsas ou embarcações destinadas á travessia de rios divisorios com os Estados limittrophes, o Governo entrará em accordo com os destes Estados.

Art. 3. O Governo cobrará uma taxa de passagem nas balsas que estabelecer, de accordo com a tabella annexa.

§ Unico. Nas balsas que servem estradas onde houver barreiras para a percepção do imposto de pedagio não será cobrada a taxa de que trata este artigo.

Art. 4. As municipalidades e particulares, só poderão cobrar pedagio nas balsas ou embarcações que estabelecerem em estradas que ligam dous ou mais municipios, mediante tabella previamente approvada pela Secretaria de Obras Publicas, cujos preços nunca poderão u'trapassar aos da tabella official.

Art. 5. O Governo marcará um prazo ás Municipalidades e aos particulares que possuem actualmente balsas no Estado nas condições do artigo anterior, para o cumprimento do disposto no mesmo artigo.

Art. 6. As municipalidades só poderão estabelecer balsas ou embarcações nos rios existentes dentro do proprio municipio ou nos que servirem de limite com outros, desde que haja accordo previo entre as ditas municipalidades.

Art. 7. O Governo quando julgar conveniente, poderá pôr em concorrência a arrematação a cobrança da taxa de passagem das balsas do Estado, contanto que a tabella das taxas se conserve a mesma, bem como, entrar em accordo com as municipalidades para que estas mantenham as balsas existentes nos respectivos municipios, nas mesmas condições em que as mantiver o Estado.

Art. 8. O imposto de pedagio de que trata o art. 1.º da Lei n. 1135 de 23 de Março de 1912, assim como o das actuaes barreiras do Estado, será cobrado de accordo com a tabella annexa.

Art. 9. O producto do imposto de pedagio arrecadado nas barreiras do Estado, e o das taxas de passagem das balsas, terão escripturação especial na Secretaria de Fazenda, e serão destinados á conservação e melhoria das estradas onde forem umas e outras situadas.

Art. 10. Os vehiculos, de qualquer natureza, que transportarem generos coloniaes para os centros de consumo ou material de construcção, terão um abatimento de 50% nos preços da tabella de pedagios, e funcionarios federaes, estadoaes e municipaes.

Art. 11. Ficam isentos do imposto de pedagio os vehiculos, de qualquer natureza, que conduzirem material para serviço publico municipal, estadual ou federal e funcionarios federaes, estadoaes e municipaes.

Art. 12. O Governo regulamentará esta lei, fixando attribuições e applicando multas até o valor de um cento de reis (1:000.000) aos infractores das suas disposições.

Art. 13. Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar as balsas de propriedade particular existente no Estado.

Art. 14. Os preços estipulados na tabella que se refere ás balsas são considerados maximos, podendo a Secretaria estabelecer em tabellas differenciaes outros preços de accordo com a natureza do rio e o numero dos animaes que fôrem transportados nas balsas.

LEI N.º 1437 de 6 de Abril de 1914

Concedendo ao 1.º Official da Secretaria de Fazenda, Alfredo Dulcideo Pereira, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de sua saude.

LEI N.º 1446 de 11 de Abril de 1914

Ficando o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 2.º official da Secretaria de Fazenda, José Ballão Junior, para tratamento de sua saude, uma vez satisfeita a exigencia quanto á certidão passada pela respectiva Junta de Hygiene do Estado.

LEI N.º 1447 de 11 de Abril de 1914

Autorizando o Poder Executivo a abrir o credito suplementar de Rs. 10:000.000 á rubrica—Fretes e Passagens—do § 1.º art. 4.º da lei orçamentaria vigente n. 1352 de 24 de Abril

de 1913, afim de attender as despesas que correm por essa rubrica, até o fim do corrente exercicio.

LEI N.º 1457 de 6 de Maio de 1914

Orçando a Receita e Despesa do Estado para o exercicio de 1914.

LEI N.º 1458 de 11 de Maio de 1914

Regulamentando o lançamento e cobranças dos impostos de Industrias e Profissões.

LEI N.º 1460 de 15 de Junho de 1914

Autorizando o Poder Executivo a contractar com banqueiros nacionaes ou estrangeiros, que mais vantagens offerecerem, a fundação do um Banco de Credito Mercantil, Agricola Industrial com séde em Coritiba e Filiaes ou Agencias em outras localidades do Estado.



DECRETOS

expedidos pelo Governo do Estado sobre serviços affectos á Secretaria de Fazenda, durante o exercicio de 1913 a 1914

DECRETO N.º 489 de 2 de Julho de 1913

Nomeando Luiz de Almeida, para exercer o cargo de Administrador da Barreira do Jangada, com os vencimentos correspondentes aos Agentes Fiscaes de quarta classe.

DECRETO N.º 490 de 2 de Julho de 1913

Nomeando Arthur Augusto de Souza, para exercer o cargo de Agente Fiscal de 4.^a classe, na Villa Nova do Timbó, Municipio do Timbó.

DECRETO N.º 492 de 4 de Julho de 1913

Abrindo um credito extraordinario da quantia de (Rs..... 1:140.000) um conto cento quarenta mil reis, para attender ao pagamento dos alugueis das casas em que funcçionam a Escola de Aprendizizes de Artifices e a Inspectoria Agricola deste Districto até 30 de Junho findo.

DECRETO N.º 506 de 8 de Julho de 1913

Abrindo um credito extraordinario da quantia de Rs.... 7:415.000, para attender ao pagamento de diarias que deixou de receber João Estevão da Silva Junior, quando official da Secretaria de Finanças, Commercio e Industrias a contar de 31 de Julho de 1905 a 28 de Abril de 1910, de accordo com os artigos 19 da lei n. 183 de 6 de Fevereiro de 1896 e 7.º da lei n. 893 de 15 de Abril de 1909.

DECRETO N.º 547 de 25 de Julho de 1913

Accrescendo para Rs. 1:287.000 annuaes ou Rs. 106.500 mensaes, a contar de 1.º do corrente mez de Julho, os vencimentos de inactividade do Collector aposentado da cidade da Lapa, José Maximiano de Faria.

DECRETO N.º 548 de 25 de Julho de 1913

Abrindo os seguintes creditos á Secretaria de Fazenda:

Art. § 1.º á rubrica «Pessoal Inactivo» art. 4.º § 3.º do actual orçamento um credito suplementar da quantia de Rs..... 426.000, afim de attender, durante o exercicio corrente, o pagamento da differença de vencimentos do Collector aposentado da Lapa, José Maximiano de Faria;

§ 2. um credito especial da quantia de Rs. 9:931.686, para

pagar ao mesmo funcionario aposentado a differença de vencimentos de sua aposentadoria, a contar de 10 de Agosto de 1879.

DECRETO N.º 549 de 25 de Julho de 1913

Concedendo quatro mezes de licença na forma da lei ao Snr. Agente Fiscal das Rendas estadoaes de Mallet, José de Azevedo Müller.

DECRETO N.º 550 de 25 de Julho de 1913

Concedendo dois mezes de licença na forma da lei, para tratamento de sua saude, ao Snr. Ernesto Kaminski, Guarda da Fiscalisação de impostos de Rio Negro.

DECRETO N.º 562 de 28 de Julho de 1913

Exonerando, a pedido, Jeremias Gonçalves Cardoso do cargo de Agente Fiscal das rendas estadoaes de Agudos e nomeando para substitui-lo Jorge Agner Kendrick.

DECRETO N.º 560 de 30 de Julho de 1913

Deixando sem effeito o Decreto n. 490 que nomeou Arthur Augusto de Souza para o cargo de Agente Fiscal da Villa Nova do Timbó e nomeando para esse cargo Pedro Nery da Fonseca.

DECRETO N.º 589 de 5 de Agosto de 1913

Abrindo um credito extraordinario da quantia de Rs. 7:200.000, para attender no corrente exercicio, o pagamento dos alugueis das casas em que funcionam a Escola de Aprendizizes Artifices e a Inspectoria Agricola deste districto.

DECRETO N.º 590 de 5 de Agosto de 1913

Concedendo trinta dias de licença, na forma da lei, para tratamento de sua saude, ao Snr. Elpidio Linhares, Servente da Collectoria das rendas estadoaes de Antonina.

DECRETO N.º 599 de 9 de Agosto de 1913

Cobrando o imposto Territorial, de uma só vez, daqui por diante, por exercicio financeiro, dentro do periodo decorrente de 1.º de Outubro a 30 de Novembro de cada anno.

DECRETO N.º 600 de 9 de Agosto de 1913

Fixando para o mez de Novembro do corrente anno a cobrança da primeira prestação, no exercicio financeiro vigente, do imposto de Industrias e Profissões no municipio da Capital.

DECRETO N.º 632 de 21 de Agosto de 1913

Extinguindo a Fiscalisação de transporte de herva matte

no lugar Jangada, a que se refere o art. 2 § 2.º do Decreto n. 282 de 29 de Junho de 1911, sendo dispensado nesta data, o respectivo Fiscal, José Maximiano de Faria Junior e ficando o respectivo serviço de fiscalização, affecto ao Administrador da Barreira da mesma localidade.

DECRETO N.º 633 de 21 de Agosto de 1913

Exonerando, por conveniencia do serviço publico, Pedro Dallazuanna do cargo de Agente Fiscal das rendas estadoaes de Colombo.

DECRETO N.º 634 de 21 de Agosto de 1913

Dispensando Luiz de Almeida do cargo de Administrador da Barreira do Jangada.

DECRETO N.º 635 de 21 de Agosto de 1913

Nomeando Vicente de Oliveira Moraes, para exercer o cargo de Administrador da Barreira do Jangada.

DECRETO N.º 636 de 21 de Agosto de 1913

Nomeando José Maximiano de Faria Junior para exercer o cargo de Agente Fiscal das rendas estadoaes de Colombo.

DECRETO N.º 655 de 26 de Agosto de 1913

Nomeando João Paulo Ferreira Lobo, para exercer, interinamente, o cargo de Agente Fiscal das Rendas de Ribeirão Claro.

DECRETO N.º 658 de 29 de Agosto de 1913

Concedendo dois mezes de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, ao Sr. Julio de Macedo Taques, Agente Fiscal das rendas estadoaes de Tibagy.

DECRETO N. 671 de 5 de Setembro de 1913

Removendo por conveniencia do serviço publico, os seguintes funcionarios: Melchior Ferreira Prestes, do cargo de Chefe da Fiscalisação de impostos de Batêas para o de Administrador da Barreira de Itararé; Sylvestre Marques de Souza, do cargo de Administrador da Barreira de Itararé para o de Agente Fiscal das Rendas de Pirahy; Antonio Marcellino Domingues, do cargo de Agente Fiscal das rendas de Pirahy para o de Agente Fiscal das rendas de Tamandaré; Francisco Tiburcio da Silva Brazil do cargo de Agente Fiscal de Prudentopolis para identico cargo de Iraty; Paulo dos Santos Xisto, do cargo de Agente Fiscal de Iraty para identico cargo de Prudentopolis.

DECRETO N.º 672 de 6 de Setembro de 1913

Exonerando do cargo de Fiscal da zona Sul do Estado o cidadão Modesto Anastacio da Luz.

DECRETO N.º 673 de 6 de Setembro de 1913

Mandando que, ao Director do Expediente e Contabilidade da Secretaria de Fazenda, Alcides Munhoz, seja expedido o título de Director Geral da mesma Secretaria.

DECRETO N.º 674 de 6 de Setembro de 1913

Nomeando Luiz Manoel Agner para exercer o cargo de 1.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 675 de 6 de Setembro de 1913

Nomeando Carlos Ribeiro de Macedo para exercer o cargo de 2.º Fiel da Secretaria de Fazenda, em vista da proposta apresentada pelo Director Thezoureiro da mesma Secretaria.

DECRETO N.º 676 de 6 de Setembro de 1913

Promovendo os seguintes funcionarios da Secretaria de Fazenda: Ao cargo de chefe da 3.ª secção o 1.º official Francisco Janurio de Santiago; ao cargo de 1.ºs officiaes os 2.ºs João Soares Barcellos, Alfredo Dulcideo Pereira e João Huy.

DECRETO N.º 677 de 6 de Setembro de 1913

Aproveitando o actual Encarregado da Estatistica da Secretaria de Fazenda, Candido Guedes Chagas, nomea-o para effectivamente exercer o cargo de 2.º official da mesma Secretaria.

DECRETO N.º 678 de 6 de Setembro de 1913

Nomeando Domingos Jansen Soares da Costa, Vicente Gradowsky, Modesto Anastacio da Luz e Leocadio Corrêa para effectivamente exercerem os cargos de 2.ºs officiaes da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 703 de 10 de Setembro de 1913

Abrindo um credito suplementar ao art. 4 § 1.º do orçamento vigente, — Secretaria de Estado — da quantia de Rs. 35:800,000, para attender, no corrente exercicio, o pagamento das differenças dos vencimentos ao pessoal da Secretaria de Fazenda a contar do dia 4 do corrente mez.

DECRETO N.º 711 de 12 de Setembro de 1913

Elevando de categoria as seguintes Agencias Fiscaes das rendas:

I) á categoria de Collectoria as actuaes Agencias Fiscaes de 1.^a classe, de Rio Negro, Jacarésinho e Castro;

II) á categoria de 1.^a classe as actuaes Agencias Fiscaes de 2.^a classe, da Lapa e Jaguarahyva;

III) á categoria de 2.^a classe as actuaes Agencias Fiscaes de 3.^a classe de Tibagy, S. Matheus, Iraty, Triumpho, Ipiranga, Ribeirão Claro e Pirahy;

IV) á categoria de 3.^a classe as actuaes Agencias Fiscaes de 4.^a classe, de Thomazina, Deodoro, Entre-Rios, Colombo e Bocayuva.

DECRETO N.º 712 de 12 de Setembro de 1913

Dispensando Manoel Anthero de França, do cargo de Agente Fiscal das rendas Estadoaes de Palmeira e nomeia-o para exercer o cargo de Sub-Inspector das rendas da Zona sul do Estado.

DECRETO N.º 713 de 12 de Setembro de 1913

Nomeando Diogo Antonio de Freitas para exercer o cargo de Agente Fiscal das rendas Estadoaes de Palmeira.

DECRETO N.º 714 de 12 de Setembro de 1913

Concedendo noventa dias de licença na forma da lei, para tratamento de saude, ao 1.º official da Secretaria de Fazenda, João Huy.

DECRETO N.º 733 de 16 de Setembro de 1913

Aposentando com os vencimentos annuaes de Rs. 3:597.200, visto contar vinte e cinco annos, oito mezes e dez dias de serviço publico ao Estado, o escrivão da Collectoria de Antonina, Manoel Ribeiro Guimarães, tendo em vista o parecer da Junta Medica que o inspeccionou de saude e o julgou inválido para o serviço publico

DECRETO N.º 735 de 18 de Setembro de 1913

Concedendo noventa dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, tendo em vista o attestado medico que apresentou, ao Snr. Manoel da Fonseca Lemos, Guarda de 1.^a classe do Passo do Cedro.

DECRETO N.º 750 de 23 de Setembro de 1913

Concedendo noventa dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, tendo em vista o attestado medico que apresentou, ao Snr. José Borges de Almeida Taques, Fiscal das Barreiras Zona Norte do Estado.

DECRETO N.º 760 de 27 de Setembro de 1913

Creando uma Collectoria das Rendas Estadoaes na Fóz de

Iguassú, tendo o pessoal que fôr necessario, percebendo vencimentos seguintes:

| | |
|---------------------------|-----------------------|
| Collector | Rs. 7:200.000 annuaes |
| Escrivão | „ 4:800.000 „ |
| Auxiliar | „ 3:600.000 „ |
| Chefe de Guardas. | „ 3:600.000 „ |
| Guardas | „ 2:400.000 „ |

de accordo com a autorização que lhe confere o art. 3.º n. III das disposições transitorias da Lei orçamentaria n. 1352 de 24 de Abril do corrente anno.

DECRETO N.º 761 de 27 de Setembro de 1913

Usando da autorização que lhe confere o art. 3.º n. V das disposições transitorias da Lei orçamentaria n. 1237 de 2 de Maio de 1912, abre um credito supplementar ao § 7.º do art. 4.º da Lei acima citada—Exercícios Findos—da garantia de Rs. 12:000.000, afim de serem attendidas despesas verificadas até esta data, referentes á mesma rubrica.

DECRETO N.º 762 de 30 de Setembro de 1913

Concedendo noventa dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, em vista do attestado medico que apresentou, ao Snr. Elpidio Linhares, Servente da Collectoria de Antonina.

DECRETO N.º 763 de 30 de Setembro de 1913

Concedendo noventa dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, em vista do attestado medico que apresentou, ao Snr. Modesto Anastacio da Luz, 2.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 764 de 30 de Setembro de 1913

Nomeando o actual Agente Fiscal das rendas do Rio Negro, Antonio Ricardo dos Santos e o Auxiliar da Collectoria de Paranaguá, Octavio Montezano para exercerem, respectivamente, os cargos de Collector e Escrivão da Collectoria das Rendas do Rio Negro

DECRETO N.º 771 de 30 de Setembro de 1913

Nomeando o actual Agente Fiscal das rendas de Castro, Eduardo Torres Pereira e o Auxiliar da Agencia Fiscal de Jaguarahyva, Arthur Ferreira de Abreu, para exercerem, respectivamente, os cargos de Collector e Escrivão da Collectoria das rendas de Castro.

DECRETO N.º 772 de 30 de Setembro de 1913

Nomeando João Ribeiro da Fonseca e José Servulo de Ca-

margo, para, respectivamente, exercerem os cargos de Collector e Escrivão da Collectoria das rendas da Fóz do Iguassú.

DECRETO N.º 787 de 3 de Outubro de 1913

Nomeando José Antonio de Loyola para exercer o cargo de Escrivão da Collectoria das rendas de Jacarézinho

DECRETO N.º 788 de 3 de Outubro de 1913

Nomeando o actual Agente Fiscal das rendas de Jacarézinho, Edmundo Pereira Bueno para exercer o cargo de Collector das rendas da mesma cidade.

DECRETO N.º 804 de 8 de Outubro de 1913

Nomeando Moysés Ramos de Andrade para exercer o cargo de Escrivão da Collectoria das rendas de Antonina.

DECRETO N.º 820 de 14 de Outubro de 1913

Nomeando o Auxiliar da Agencia Fiscal do Barracão, Gonçalo Santillan Silva para exercer o cargo de Agente Fiscal das rendas da mesma localidade.

DECRETO N.º 823 de 15 de Outubro de 1913

Abrindo um credito especial da quantia de Rs. 3:000.000 para auxilio ao livro de Alcides Munhoz, intitulado — «O Indicador do Funcionario de Fazenda, autorizado pelo art. 1.º lettra d, da Lei n. 1317 de 5 de Abril do corrente anno.

DECRETO N.º 824 de 15 de Outubro de 1913

Concedendo quatro mezes de licença para tratar de interesses, ao Snr. Pedro Pacheco Sobr., Guarda da Agencia Fiscal do Barracão.

DECRETO N.º 913 de 13 de Dezembro de 1913

Abrindo á Secretaria de Fazenda o credito suplementar da quantia de Rs. 25:000.000, á rubrica do art. 4.º § 6 do actual orçamento, «Exercicios Findos».

DECRETO N.º 934 de 30 de Dezembro de 1913

Dispensando João Paulo Ferreira Lobo do cargo de Agente Fiscal, interino, das rendas de Ribeirão Claro.

DECRETO N.º 935 de 30 de Dezembro de 1913

Dispensando José Ferreira de M. llo do cargo de Agente Fiscal das rendas de Ribeirão Claro.

DECRETO N.º 936 de 30 de Dezembro de 1913

Usando da autorização que lhe confere o art. 3 n. III das disposições transitórias da Lei orçamentaria n. 1352 de 24 de Abril do corrente anno, supreme a actual Barreira do Passo do Emygdão, ficando a arrecadação de impostos até então effectuada por essa repartição, annezada á Agencia Fiscal de Ribeirão Claro, ficando mantido um posto fiscal no local da repartição supprimida, subordinado á Agencia de Ribeirão Claro.

DECRETO N.º 937 de 30 de Dezembro de 1913

Aproveitando o Administrador da extincta Barreira do Emygdão, Joaquim Procopio de Souza Castro, resolve nomeal-o para exercer o cargo de Agente Fiscal das Rendas de Ribeirão Claro.

DECRETO N.º 6 de 3 de Janeiro de 1914

Concedendo em prorrogação tres mezes de licença, na forma da lei, para tratamento de saúde, tendo em vista o certificado da junta medica que apresentou, ao Snr. Modesto Anastacio da Luz, 2.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 7 de 5 de Janeiro de 1914

Dispensando Pedro Nery da Fonseca, actualmente em commissão na Collectoria de Castro, do cargo de Agente Fiscal das rendas do Timbó.

DECRETO N.º 12 de 7 de Janeiro de 1914

Concedendo tres mezes de licença, em prorrogação, na forma da lei, para tratamento de saude, tendo em vista o attestado medico que apresentou ao Snr. José Borges de Almeida Taques, sub-inspector da zona norte do Estado.

DECRETO N.º 38 de 16 de Janeiro de 1914

Nomeando Severo dos Santos Leal, para exercer o cargo de Agente Fiscal das rendas do Timbó.

DECRETO N.º 39 de 16 de Janeiro de 1914

Concedendo tres mezes licença, na forma da lei, para tratamento de saude, tendo em vista o attestado medico que apresentou, ao Snr. Coronel Theophilo Soares Gomes, Inspector Geral das Rendas do Estado.

DECRETO N.º 43 de 17 de Janeiro de 1914

Concedendo sessenta dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, tendo em vista o attestano medico que apresentou, ao Snr. José Maximiano de Faria Junior, Agente

Fiscal das rendas de Colombo, deixando substituto sob a responsabilidade de sua fiança.

DECRETO N.º 50 de 21 de Janeiro de 1914

Concedendo á aposentadoria no cargo que occupa, nos termos do disposto nos artigos 1 e 5 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 22 de 4 de Janeiro de 1913, com os vencimentos proporcionaes ao tempo de serviço que conta, na razão de Rs. 2:816.600, annualmente, visto contar vinte e tres annos, cinco mezes e vinte dias de effectivo serviço publico no Estado e tendo em vista o parecer da Junta Medica, ao Snr. Theophilo Ferreira de Loyola, Agente Fiscal das rendas estadoaes do Passo do Bormann.

DECRETO N.º 120 de 3 de Março de 1914

Deixando sem effeito o decreto n. 771 de 30 de Setembro de 1913 na parte que nomeou Arthur Ferreira de Abreu, para exercer o cargo de Escrivão da Collectoria de Castro, visto esse funcionario não haver prestado a devida fiança no praso legal.

DECRETO N.º 121 de 3 de Março de 1914

Nomeando o actual Auxiliar da Collectoria de Antonina, Laurindo da Silveira Marins, para exercer o cargo de Escrivão da Collectoria de Castro.

DECRETO N.º 122 de 3 de Março de 1914

Exonerando a bem do serviço publico, Deolindo Alexandre Vieira, do cargo de Agente Fiscal das rendas de Palmas.

DECRETO N.º 123 de 3 de Março de 1914

Exonerando, a bem do serviço publico, Vicente de Moraes, do cargo de Administrador da Barreira do Jangada.

DECRETO N.º 140 de 6 de Março de 1914

Nomeando Augusto de Souza Guimarães, para exercer o cargo de Agente Fiscal das rendas de Palmas.

DECRETO N.º 141 de 7 de Março de 1914

Concedendo sessenta dias de licença, na forma da lei, para tratamento de saude, tendo em vista o attestado medico que apresentou, ao Snr. Francisco Xavier dos Santos, Agente Fiscal das rendas de Guarapuava.

DECRETO N.º 143 de 9 de Março de 1914

Nomeando Eugenio José de Oliveira para exercer o cargo de Agente Fiscal das Rendias de Barracão.

DECRETO N.º 144 de 9 de Março de 1914

Removendo Gonçalino Santillan Silva, do cargo de Agente Fiscal do Barracão, para igual cargo do Passo do Bormann.

DECRETO N.º 167 de 19 de Março de 1914

Deixando sem effeito o Decreto n. 38 de 16 de Janeiro de 1914, que nomeou Severo dos Santos Leal para exercer o cargo de Agente Fiscal das rendas da Villa Nova do Timbó.

DECRETO N.º 174 de 20 de Março de 1914

Usando da autorização que lhe confere a lei n. 1371 de 9 de Março do corrente, resolve abrir um credito extraordinario da quantia de Rs. 2:847.777, para attender do pagamento dos vencimentos de inactividade do Escrivão aposentado da Collectoria de Antonina, Manoel Ribeiro Guimarães, a contar de 16 de Setembro de 1913 até o fim do corrente exercicio.

DECRETO N.º 182 de 23 de Março de 1914

Concedendo tres mezes de licença, na forma da lei, ao Sr. Theodorico Bittencourt, 1.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 183 de 24 de Março de 1914

Promovendo o actual 2.º official da Secretaria de Fazenda, Snr. Domingos Jansen Soares da Costa, ao cargo de 1.º official da mesma Secretaria.

Concedendo ao 2.º official da Secretaria de Fazenda, Modesto Anastacio da Luz, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de seus interesses.

DECRETO N.º 239 de 29 de Abril de 1914

Nomeando Nestor Wirmond para exercer o cargo de Chefe da Fiscalisação de impostos de Batêas.

DECRETO N.º 258 de 1.º de Maio de 1914

Concedendo dois mezes de licença, na forma da lei, ao Sr. Oscar Espinola, 2.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 259 de 2 de Maio de 1914

Abrindo um credito suplementar, autorizado pela lei n. 1447, de Rs. 10:000.000, á rubrica—Fretes e passagens—do § 1 art. 4 da lei orçamentaria vigente n. 1352 de 24 de Abril de 1913, afim de attender as despesas que correm por essa rubrica, até o fim do corrente exercicio.

DECRETO N.º 268 de 4 de Maio de 1914

Concedendo trinta dias de licença em prorrogação da em que se acha para tratamento de saúde, ao Snr. José Borges de Almeida Taques, Sub-Inspector da zona norte do Estado.

DECRETO N.º 305 de 12 de Maio de 1914

Concedendo um anno de licença, com o respectivo ordenado, ao Snr. José Borges de Almeida Taques, Sub-Inspector da zona norte do Estado.

DECRETO N.º 314 de 15 de Maio de 1914

Creando, autorizado pelo art. 1 da lei n. 1135 de 23 de Março de 1912, as seguintes Barreiras para a arrecadação do imposto pedagio:

I) Bacachery, Quatro Barras e Portão, da categoria de 1.ª classe.

II) Banhado, Araucaria, Bariguy e Rio S. João, da categoria de 2.ª classe.

III) Mandaçaia, Jacarézinho, Ahú, São Lourenço e Rio Branco, da categoria de 3.ª classe.

Art. 2. O producto do imposto de pedagio arrecadado pelas Barreiras de que trata este Decreto, será destinado de accordo com o art. 9 da Lei n. 1436 de 6 de Abril ultimo, á conservação e melhoria das estrad.s.

DECRETO N.º 317 de Maio de 1914

Transferindo para o logar Fragosos a actual Fiscalisação de impostos de Batêas, creada pelo Decreto n. 359 de 22 de Julho de 1909.

DECRETO N.º 324 de 20 de Maio de 1914

Nomeando os seguintes funcionarios para as Barreiras creadas pelo Decreto n. 314 de 15 do corrente:

Para a Barreira de Quatro Barras, Administrador, Alfredo de Oliveira Vianna.

Para a do Portão, Manoel Ribeiro de Macedo.

Para a do Banhado, Miguel Kolody.

Para a de Araucaria, José J. Oliveira Franco.

Para a de Bariguy, Lino de Souza Ferreira.

Para a de São João, Severo dos Santos Leal.

Para a de Mandaçaia, Francisco Eugenio de Camargo.

DECRETO N.º 327 de 27 de Maio de 1914

Concedendo um anno de licença, para tratamento de saúde, ao Snr. José Ballão Junior, 2.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 343 de 26 de Maio de 1914

Concedendo quatro mezes de licença, na forma da lei, ao

Snr. Francisco Tiburcio da Silva Brazil, Agente Fiscal das Rendas Estadoes de Iraty.

DECRETO N.º 353 de 27 de Maio de 1914

Mandando observar o Regulamento que baixa e que vae assignado pelos Secretarios dos Negocios da Fazenda e do Interior, Justiça e Instrucção Publica, para a execução da lei n. 1417, de 28 de Março do corrente anno, que instituiu uma caixa de beneficencia em favor das familias dos officiaes de patente da Força Publica Estadual.

DECRETO N.º 356 de 28 de Maio de 1914

Concedendo sessenta dias de licença, na forma da lei, ao Snr. Domingos Jansen Soares da Costa, 1.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 364 de 1 de Junho de 1914

Nomeando Emilio Silveira de Miranda, para exercer o cargo de Administrador da Barreira do Jangada.

DECRETO N.º 386 de 11 de Junho de 1914

Concedendo o abatimento de sessenta por cento nos impostos de exportação devidos pelos phosphoros de producção do Estado, até 30 de Junho corrente, autorizado pela lei orçamentaria n. 1352.

DECRETO N.º 387 de 11 de Junho de 1914

Concedendo o abatimento de cincoenta por cento nos impostos de exportação devidos pelas cervejas de producção do Estado, até 30 de Junho corrente, autorizado pela lei orçamentaria n. 1352 de 24 de Abril do corrente anno.

DECRETO N.º 388 de 11 de Junho de 1914

Concedendo um anno de licença, para tratamento de saude, ao Snr. João Affonso Vidal, Agente Fiscal das Rendas Estadoes de São Matheus.

DECRETO N.º 401 de 12 de Junho de 1914

Creando pela autorisação que lhe confere o art. 3 n. III das Disposições Transitorias da lei orçamentaria vigente, sob n. 1352 de 24 de Abril de 1913, uma Agencia Fiscal das Rendas da categoria de 2.ª classe, no logar denominado Herval; ficando subordinados a essa Agencia os postos fiscaes existentes denominados: Caçador, Rio das Antas, Rio das Pedras, Rio Bonito, Passo d Limeira, Capinzal, Rio do Peixe e Fóz do Rio do Peixa (Uruguay) e que se acham actualmente subordinados á Agencia Fiscal de União da Victoria.

DECRETO N.º 402 de 13 de Junho de 1914

Creando, autorizado pelo art. 3 n. III das Disposições Transitórias da lei orçamentaria n. 1352 de 24 de Abril de 1913, uma Agencia Fiscal das rendas, da categoria da 3.ª classe, em Trez-Barras.

DECRETO N.º 407 de 16 de Junho de 1914

Nomeando o cidadão Gaspar Pacheco dos Santos para exercer o cargo de Agente Fiscal de Xanxêrê.

DECRETO N.º 408 de 16 de Junho de 1914

Mudando, por conveniencia do serviço, a denominação da actual Agencia Fiscal das rendas do Passo do Bormann para a de Xanxêrê.

DECRETO N.º 409 de 16 de Junho de 1914

Creando, pela attribuição que lhe confere o art. 4 n. 6 das Disposições Permanentes da lei orçamentaria n. 1352 de 24 de Abril de 1913, o premio de quinze reis, pelo prazo de dois annos, por kilo de herva-matte de produção da zona do Rio Preto e que fôr despachada na Estação ferrea do Rio Preto, com destino á Curityba ou aos portos do littoral do Estado.

Art. 2. O premio de quinze reis que trata o artigo antecedente, será pago na Secretaria de Fazenda por meio de requisição da Secretaria Agricultura, aos productores ou emprezarios que transportarem a herva-matte para as localidades referidas, e recahirá o mesmo premio sobre o peso liquido do producto.

Art. 3. Para a abtenção do premio de que trata o artigo 1 os productores ou empresarios deverão provar a procedencia da herva-matte por meio de guias de conducção visadas pelo guarda fiscal da Fazenda do Estado, eucarregado do posto do Rio Preto e de notas de expedição da estrada de ferro, provando o destino das mesmaservas.

§ 1. As guias de conducção de que trata este artigo, deverão mencionar o nome do expedito (productor ou emprezario) e o conductor, a data da expedição, o meio de transporte, o numero e especie dos volumes, a quantidade da herva-matte em kilos e deverão ter o visto do Guarda Fiscal do Rio Preto, sem o que não terão nenhum valor para o recebimento do premio.

§ 2. O guarda fiscal do Posto do Rio Preto terá um livro especial em que registrará, depois de examinadas e conferidas as guias de conducção, remetendo mensalmente, á Secretaria de Fazenda uma relação do registro das referidas guias durante o mez.

§ 3. Os interessados deverão requerer os premios a que se julgarem com direito á Secretaria de Agricultura, habilitando-se para a sua percepção.

§ 4. A Secretaria de Fazenda effectuará o pagamento mediante requisição da Secretaria de Agricultura, em vista porém dos documentos exigidos por este decreto.

§ 5. Quando taes documentos fôrem deficientes ou gerarem suspeito de fraude ou erro, poderá a Secretaria de Fazenda exigir da parte novos esclarecimentos e mesmo mandar proceder as indagações necessarias afim de ordenar ou negar pagamento de accordo com o que fôr apurado.

Art. 4. Os premios de que trata este decreto, começarão a ser pagos do proximo mez de Julho em diante.

Art. 5. Os productores ou empresarios que usarem de falsificação ou artificio frandulento para illudir a falsificação deste serviço e fazer jus ao premio, perderão o direito a este, alem das penas a que estiverem sujeitos pelo Codigo Penal da Republica.

DECRETO N.º 410 de 16 de junho de 1914

Creando, pela attribuição que lhe confere o art. 4 n. 18 das Disposições Permanentes da Lei orçamentaria vigente sob n. 1352 de 24 de Abril de 1913, o premio de trinta reis, pelo prazo de dois annos, por kilogramma de herva-matte que fôr exportada para os mercados da Republica do Chile.

Art. 2. Esse premio será pago na Secretaria de Fazenda mediante requisição da Secretaria de Agricultura, acompanhada dos respectivos documentos.

Art. 3. Para a percepção do premio de que trata o artigo primeiro, os exportadores se habilitarão perante a Secretaria de Agricultura, apresentando documentos que provem o embarque, no Estado, da herva-matte, o pagamento do imposto devido ao Estado e a sua chegada ao ponto de destino.

§ 1. O documento que prova o embarque da herva-matte no Estado é o conhecimento do navio que a transportar.

§ 2. A chegada ao ponto de destino será provada pela certidão da Alfandega respectiva, visada pelo consulado de Brazil e com as firmas devidamente reconhecidas.

Art. 4. O presente decreto começará a vigorar de 1.º de Julho vindouro.

DECRETO N.º 412 de 16 de Junho de 1914

Removendo o Agente Fiscal das Rendas do Passo do Bormann, Gonçalino Santillan da Silva para o cargo de Agente Fiscal do Herval.

DECRETO N.º 415 de 17 de Junho de 1914

Creando, pela autorisação que lhe confere o art. 3 n. III das Disposições Transitorias da lei orçamentaria n. 1352, de 24 de Abril de 1913, as seguintes barreiras: uma da categoria de 3.ª classe, em Imbituva e outra da categoria de 4.ª classe em Rio d'Areia.

DECRETO N.º 423 de 18 de Junho de 1914

Nomeando Pedro Tiburcio de Salles para exercer o cargo de Administrador da Barreira do Passo dos Indios, na vaga

existente pelo fallecimento do Administrador Joaquim Martins da Rocha.

DECRETO N.º 439 de 24 de Junho de 1914

Concedendo tres mezes de licença na forma da lei, ao Sr. Antonio Ricardo dos Santos, Collector das Rendas Estadoaes de Rio Negro.

DECRETO N.º 444 de 25 de Junho de 1914

Concedendo trinta dias de liceça na forma da lei, para tratamento de saude em prorrogação ao Snr. Theodorico Camargo de Bittencourt, 1.º official da Secretaria de Fazenda.

DECRETO N.º 450 de 27 de Junho de 1914

Removendo o administrador da Barreira do Banhado, Miguel Kolody, para igual cargo da Barreira do Ahú.

DECRETO N.º 451 de 27 de Junho de 1914

Nomeando José Maximiano da Costa Faria para exercer o cargo de Administrador da Barreira do Banhado.



Circulares

**expedidas pela Secretaria de Fazenda, durante
o exercicio de 1913-1914**

Circular n. 10 de 3 de Julho de 1913.—Snr. Agente Fiscal.—Com a possivel brevidade, deveis remetter a esta Secretaria a relação dos devedores á Fazenda Estadoal por dividas provenientes do imposto territorial, findo o prazo de que trata o artigo 23, § 1.º do Decreto N. 606, de 28 de Junho do anno passado. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 195 de 12 de Agosto de 1913.—Snr. Agente Fiscal.—Communico-vos, para os fins devidos, que pelo Decreto n. 599 de 9 do corrente, a cobrança do imposto territorial a que se refere o artigo 25 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 606 de 28 de Junho de 1912, deverá, desta data em diante, ser feita de uma só vez, por exercicio financeiro, dentro do periodo decorrente de 1.º de Outubro a 30 de Novembro de cada anno. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 291 de 20 de Agosto de 1914.—Snr. Agente Fiscal.—Communico-vos, para os devidos fins, que de accordo com o Decreto n. 569, de 18 de Agosto corrente, ficam reduzidos os vencimentos dos funcionarios da arrecadação e fiscalisação das rendas do Estado, dependentes desta Secretaria, na seguinte proporção:

- 1.º) 14% (quatorze por cento) sobre os vencimentos de 250\$000 mensaes e sobre os superiores a essa quantia;
- 2.º) 10% (dez por cento) sobre os vencimentos inferiores a 250\$000 mensaes.

Ficam sem effeito os Decretos n. 510, de 31 de Julho findo, na parte referente á redução dos vencimentos dos citados funcionarios e 540, de 6 de Agosto corrente, que desclassificou os Auxiliares das estações arrecadoras do Estado.

Fica tambem de nenhum effeito a circular n. 196, de 4 do corrente, sobre o citado assumpto. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 608 de 8 de Outubro de 1913.—Snr. Agente Fiscal das Rendas.—Declaro-vos, para vosso conhecimento e devidos fins, que a Lei n. 1.257 de 14 de Março do corrente anno, que reduzio a 6%, sem prejuizo do adicional, a taxa do imposto de «TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE», só terá applicação ás transmissões que se realizarem depois da data da lei citada.

Declaro-vos, outrosim, que, para as transmissões realizadas anteriormente á data daquella Lei, deve ser applicada a taxa

de 8^o/_o, que então vigorara, e mais as multas estabelecidas em lei. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 613 de 8 de Outubro de 1913.—Snr. Agente Fiscal das Rendas Estadoaes.—Com a possivel brevidade deveis organizar um mappa demonstrativo das terras do municipio sujeito á jurisdicção da Agencia a vosso cargo, de accordo com o lançamento do imposto territorial, fazendo constar desse mappa :

- 1.^o o nome de seu proprietario;
- 2.^o o imposto para o qual se acha lançado;
- 3.^o a taxa do imposto territorial a que está sujeito;
- 4.^o a área de cada propriedade.

Deveis tambem proceder ás annotações necessarias, nos respectivos livros de lançamento dos contribuintes do imposto territorial, de todas as vendas parciaes que se forem effectuando, afim de serem os mesmos compradores lançados para o pagamento da parte do terreno que adquiriram por compra. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 623 de 10 de Outubro de 1913.—Snr. Agente Fiscal.—De accordo com as disposições do novo Regulamento das Secretarias de Estado, declaro-vos que deveis communicar aos Auxiliares e Guardas da Agencia a vosso cargo, que lhes fica marcado o prazo de noventa dias contados da data desta circular, para que apresentem um fiador edoneo que se responsabilise por qualquer desvio de valores pertencentes á Fazenda, que possam occasionar os mesmos funcçionarios.

Os referidos fiadores deverão assignar um termo na Directoria do Contencioso desta Secretaria.

Os Auxiliares e Guardas, que no prazo acima referido não tiverem satisfeito a exigencia desta circular, serão suspensos das funcções de seus cargos. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 667 de 16 de Outubro de 1913.—Snr. Administrador da Barreira.—Declaro-vos, para vosso governo e devidos fins, que, os caminhões-automoveis, quando em transitio por essa Barreira, estão sujeitos ao imposto de quatro mil reis cada um, desde que passem descarregados e a oito mil reis, quando carregados e os de passageiros estão tambem sujeitos ao imposto que é cobrado para os carros de passageiros. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 669 de 16 de Outubro de 1913.—Snr. Agente Fiscal.—Declaro-vos, para os devidos effectos, que, para a cobrança do imposto de «PATENTE COMMERCIAL», referente a vi-

nhos nacionaes ou estrangeiros, aguardente e alcool, deveis observar as taxas seguintes:

| | | | | |
|---------------------------|----|------|-----|------|
| Vinho em barris | 15 | reis | por | kilo |
| Vinho em caixas | 60 | " | " | " |
| Aguardente | 40 | " | " | " |
| Alcool | 60 | " | " | " |

Ficando derogada, nessa parte, a tabella que acompanhou o Decreto n. 476 de 26 de Junho do corrente anno. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 676 de 17 de Outubro de 1913.—Snr. Agente Fiscal.—Para facilitar o trabalho estatistico, a cargo desta Secretaria, deveis enviar mensalmente o resumo dos mappas estatisticos dos impostos denominados «PATENTE COMMERCIAL» e de «EXPORTAÇÃO DIVERSAS», junto aos respectivos balancetes. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 857 a 875 de 14 de Novembro de 1913.—Snr. Collector Estadual.—Communico-vos, para os devidos fins, que, para facilitar aos contribuintes do imposto «Taxa Escolar», do corrente exercicio, ficaes autorizado a effectuar a arrecadação do referido imposto conjunctamente com o «Territorial», durante o corrente mez. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1038 de 11 de Dezembro de 1913.—O Secretario de Fazenda determina aos Snrs. Collectores e Agentes Fiscaes das Rendas que, de accordo com o artigo 15 da lei eleitoral federal sob n. 1269 de 15 de Novembro de 1904, remettam á Comissão do Alistamento eleitoral dos respectivos municipios, a lista dos quinze maiores contribuintes do Imposto Territorial, em substituição da lista dos contribuintes do imposto de industrias e profissões, como até aqui se fazia, em falta daquelle imposto. Saude e Fraternidade.—M. CAMARGO.

Circular n. 1093 de 18 de Dezembro de 1913.—Snr. Agente Fiscal das Rendas.— Para a bõa orientação dos funcionarios dependentes desta Secretaria, declaro-vos, para os devidos fins de direito, que somente serão encaminhados os pedidos de licença, para tratamento de saude ou não, que forem solicitados em requerimentos sellados, de accordo com os artigos 205 a 223 do Regulamento das Secretarias de Estado, não sendo permittido, em caso algum, taes pedidos por telegramma. Saude e Fraternidade.—ALCIDES MUNHOZ.

Circular n. 1216 de 9 de Janeiro de 1914.—Snr. Agente Fiscal das Rendas.—O Secretario de Fazenda, para facilidade do serviço de arrecadação das rendas, autoriza aos Snrs. Collectores e Agentes Fiscaes a receberem, até 28 de Fevereiro proximo, as declarações para o lançamento do imposto territorial, dos contribuintes que o deixaram de fazer, sem a multa de que trata o art. 22 do Regulamento de 28 de Junho de 1912, bem como a proceder, dentro do mencionado prazo, a cobrança dos impostos devidos com as multas estabelecidas pelo art. 23 do mesmo Regulamento. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1295 de 22 de Janeiro de 1914.—Snr. Agente Fiscal das Rendas estadoaes.—De accordo com as disposições do novo Regulamento das Secretarias de Estado, declaro-vos que deveis comunicar aos Auxiliares e Guardas da Agencia a vosso cargo, que lhes fica marcado um novo prazo de trinta dias, contados da data desta circular, em prorrogação ao constante da circular numero 623 de 10 de Outubro de 1913, para que apresentem um fiador edoneo que se responsabilise por qualquer desvio de valores pertencentes á Fazenda, que possam occasionar os mesmos funcionarios.

Os referidos fiadores deverão assignar um termo na Directoria do Contencioso desta Secretaria.

Os Auxiliares e Guardas, que no prazo acima referido não tiverem satisfeito a exigencia desta circular, serão suspensos das funcções de seus cargos. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1226 de 10 de Março de 1914.—Snr. Collector das Rendas de Castro.—Communico-vos, para os devidos fins, que, por portaria desta data, do Snr. Secretario, foi exonerado, por abandono do respectivo cargo, o guarda dessa Collectoria, Snr. Fausto Xavier. Saude e Fraternidade. — ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1652 de 26 de Março de 1914.—Snr. Agente Fiscal das rendas.—Tendo havido por parte dos funcionarios de arrecadação, má interpretação com referencia ao valor de immoveis para o pagamento do *Imposto de transmissão de propriedade*, declaro-vos que o valor venal fixado para o pagamento do imposto territorial, a que se refere o § 3.º Art. 3.º do respectivo regulamento, *não deve absolutamente servir de base para a cobrança do imposto de transmissão*, porquanto o valor venal fixado pelo § citado, o foi unica e exclusivamente para os effeitos do lançamento e cobrança do imposto territorial.

O valor dos immoveis para *o imposto de transmissão* deve ser sempre o valor venal *real* que tiverem adquirido os

terrenos em cada localidade, e nunca o valor venal para a cobrança do imposto territorial. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1681 de 30 de Março de 1914.—Snr. Agente Fiscal das rendas.—Com a maxima brevidade, deveis remetter a esta Secretaria a relação sobre a área e numero de propriedades lançadas nessa repartição para o pagamento do imposto territorial e que deixastes de remetter, não dando assim cumprimento ao que vos foi determinado em circular n. 613 de 8 de Abril de 1913. Fica-vos marcado o prazo até 30 de Abril vindouro para dar entrada nesta Secretaria a relação alludida. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1716 de 2 de Abril de 1914.—Snr. Agente Fiscal.—Para os devidos fins, declaro-vos que o Snr. Dr. Guimarães Carneiro, Representante da *Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande*, em officio n. 39 que me dirigio em 31 de Março findo, communica-me haver expedido ordens para que os Agentes das Estações Ferreas registrem as cargas recebidas pelas respectivas Estações, em livros apropriados e facilitem aos Agentes Fiscaes do Estado o serviço de fiscalisação referento á cobrança do imposto de consumo denominado *Patente Commercial*. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1759 de 13 de Abril de 1914.—Snr. Agente Fiscal das rendas.—Para facilidade do serviço a que se refere minha circular n. 1681 de 30 de Março findo, deveis remetter a esta Secretaria, com a possivel urgencia, os seguintes dados sobre o imposto territorial:

- 1.º) numero total de propriedades lançadas;
- 2.º) somma total das áreas de propriedades lançadas;
- 3.º) somma ou total do imposto correspondente ao lançamento.

Fica-vos marcado o prazo de 30 dias, a contar desta data, para dar entrada nesta repartição o mappa alludido. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1760 de 13 de Abril de 1914.—Snr. Agente Fiscal.—O Secretario de Fazenda faz sciente aos Snrs. Collectores e Agentes Fiscaes das rendas do Estado, que, de accordo com a lei n. 1416 de 28 de Março do corrente anno, fica prorogado por um anno, o prazo para a apresentação dos quadros relativos ao lançamento do imposto *territorial*.

O contribuinte remisso, pagará no acto do lançamento as prestações devidas e multas a estas correspondentes. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 1996 de 2 de Junho de 1914.—De ordem do Snr. Secretario de Fazenda, vos communico para os devidos fins, que deveis proceder o lançamento dos impostos de industrias e profissões, liquidos espirituosos, polvora e armas de fogo, de accordo com o Regulamento do anno passado approved com o Dec. n. 477 de 27 de Junho de 1913. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 2039 de 12 de Junho de 1914.—Snr. Agente Fiscal das Rendas. — Scientifico-vos para os devidos fins, que por Decreto n. 387 de 11 de Junho corrente, o Snr. Dr. Presidente do Estado resolveu conceder o abatimento de cinquenta (50) por cento nos impostos de exportação devidos pelas cervejas de produção do Estado, até 30 de Junho corrente, ficando pois, os referidos impostos reduzidos a 2%. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 2040 de 12 de Junho de 1914.—Snr. Agente Fiscal das Rendas.—Scientifico-vos, para os devidos fins, que por Decreto n. 386 de 11 de Junho corrente, o Snr. Dr. Presidente do Estado resolveu conceder o abatimento de sessenta (60) por cento nos impostos de exportação devidos pelos phosphoros de produção do Estado, até 30 de Junho corrente, ficando pois, os referidos impostos reduzi los a 320 reis por lata. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 2082 de 19 de Junho de 1914.—Snr. Administrador da Barreira.—Para os efeitos de isempção dos vehiculos carregados de materiaes destinados ás obras de melhoramentos da Capital, os Administradores das Barreiras deverão exigir do conductor do vehiculo a exhibição da respectiva guia, verificar o destino e della tomar o numero em um livro em que figure o numero da guia, o material e o noma do fornecedor, restituindo a guia ao conductor.

Desse livro, deverá, mensalmente, ser remettido um resumo á Secretaria de Fazenda para proceder á conferencia com a relação que fôr enviada á mesma Secretaria, pela Prefeitura da Capital.

Verificada a fraude por parte do fornecedor, para esquivar-se ao pagamento do pedagio, ser-lhe-ão applicadas as penas da lei n. 1436, art. 12 de 6 de Abril do corrente anno.

Para essa verificação, mensalmente a Secretaria de Fazenda solicitará da Prefeitura Municipal a relação das guias de material recebido e o nome do fornecedor. Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.

Circular n. 2107 de 25 de Junho de 1914.—Snr. Agente Fiscal das Rendas.—De accordo com o disposto em o n. 14 do art. 3.º da inclusa lei orçamentaria para o exercicio de 1914-1915, sob n. 1457 de 6 de Maio findo, deveis effectuar a cobrança do imposto «Taxa Escolar», em qualquer epoca do anno, podendo ser feita conjuntamente com a arrecadação dos impostos de «Industrias e Profissões», «Territorial» e «Transmissão de Propriedades». Saude e Fraternidade.—ARTHUR M. FRANCO.



ISENÇÕES

**de impostos concedidos pela Secretaria de Fazenda,
durante o exercício de 1913-1914
de accordo com as leis em vigor.**

A F. Hürlimann & Comp., em 4 de Junho de 1913, para o material destinado á fabrica de phosphoros dos mesmos senhores.

A' Camara Municipal de Rio Negro, em 4 de Junho de 1913, para o material destinado á Usina Electrica da referida cidade.

A Julio Theodorico Guimarães e Julio Hoffmann, em 24 de Junho de 1913, para o material destinado ao monumento Rio Branco e fabrica de tecidos.

A Jacob Mansur & Irmão, em 30 de Junho de 1913, para duas casas á rua Saldanha Marinho, durante o tempo da construcção, visto terem os referidos senhores mandado demolir as casas referidas para serem construidas de tijolos.

A Julio Hoffmann, em 8 de Agosto de 1913, para o material destinado á fabrica de tecidos do mesmo senhor.

A' Prefeitura Municipal da Capital, em 11 de Agosto de 1913, para mil barricas de cimento, destinadas aos melhoramentos desta Capital.

A' Prefeitura Municipal da Capital, em 18 de Agosto de 1913, para vinte e nove volumes importados e destinados aos melhoramentos desta cidade.

A F. Hürlimann & Comp., em 20 de Agosto de 1913, para o material constante das segundas vias inclusas ao requerimento, destinado á fabricação de phosphoros e arame para cerca.

A Pedro Alexandrino Teixeira de Barros, em vinte e um de Agosto de 1913, para o imposto de Taxa Sanitaria, de duas casinhas de madeira á rua Graciosa n. 169 deta Capital.

A' Prefeitura Municipal desta Capital, em 22 de Agosto de 1913, para dois volumes contendo peças para britador.

A' Prefeitura Municipal, em 23 de Agosto de 1913, para dez volumes e um engradado com material destinado aos melhoramentos da cidade.

Aos Snrs. Villela, Guimarães, Almeida & Comp., para o algodão importado e destinado á Fabrica de tecidos dos mesmos Snrs. em Ponta Grossa, em 29 de Agosto de 1913, por Portarias ns. 311, 312 e 313.

A' Prefeitura Municipal desta Capital, em 29 de Agosto de 1913, para quinhentas barricas destinadas á Comissão de Melhoramentos de Curitiba.

A Marçallo & Comp., em 30 de Agosto de 1913, para duas caixas contendo pacotes de herva matte destinadas ao Rio de Janeiro.

A F. Hürlimann & Comp., em 4 de Setembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Municipalidade da Lapa, em 3 de Setembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa, e destinado ás obras do abastecimento d'agua daquela cidade.

A Guilherme Weiss, em 9 de Setembro de 1913, para o material, constante das segundas vias das relações inclusas, destinado á Comp. Fabril Paranaense nesta Capital.

A Wencesláu Kahlhfer, em 10 de Setembro de 1913, para as madeiras importadas na margem esquerda do Rio Negro.

A Marçallo & Comp., em 12 de Setembro de 1913, para quatro volumes contendo drogas destinados ao Hospital de Caridade de P. Grossa.

A Marçallo & Comp., em 17 de Setembro de 1913, para 50 barricas contendo herva matte, destinadas a New Orleans.

A' Prefeitura Municipal desta Capital, para uma compressora destinada à Comissão de Melhoramentos.

A' Secretaria de Agricultura, em 1.º de Outubro de 1913, para 127 caixas e 2 amarrados, contendo arados.

A' Prefeitura Municipal desta Capital, em 8 de Outubro de 1913, para mil barricas contendo cimento, destinadas ao serviço de melhoramentos desta cidade.

A' Camara Municipal do Imbituva, em 9 de Outubro de 1913, para o material da segunda via da relação inclusa e destinado á installação da luz electrica daquela localidade.

Ao Presidente da Directoria da Escola «Nicolau Copernico», em 9 de Outubro de 1913, para o material da inclusa relação, destinado para o ensino da referida Escola.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 21 de Outubro de 1913, para o material constante das segundas vias das relações inclusas e destinado á fabricação de phosphoros.

A Müller Irmãos & Comp., em 21 de Outubro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabrica de pregos dos mesmos Snrs.

A' Fabrica Paranaense de Phosphoros, em 21 de Outubro de 1913, para o material constante das segundas vias das relações inclusas e destinado á fabricação de phosphoros.

A Francisco Fido Fontana, em 22 de Outubro de 1913, para baixa do lançamento do imposto de «Pate.ite Commercial», em vista do mesmo ter assignado o termo de opção.

A' South Brazilian Railways Company Limited, em 27 de Outubro de 1913, para o material constante das segundas vias das relações inclusas.

A Marçallo & Comp., em 31 de Outubro de 1913, para cinco caixas com pacotes de herba matte e destinadas á Bahia.

A Marçallo & Comp., em 4 de Novembro de 1913, para 2 caixas com 48 latas contendo herba matte e destinadas ao Rio de Janeiro.

A Marçallo & Comp., em 6 de Novembro de 1913, para 3 caixas contendo pacotes de herba matte e destinados ao Rio de Janeiro.

A F. Hürlimann & Comp., em 13 de Outubro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

A' Prefeitura da Capital, em 13 de Outubro de 1913, para uma caixa e um amarrado sob ns. 312 e 313, contendo ferragens pertencentes a uma compressora, destinada ao serviço de melhoramento.

A Marçallo & Comp., em 21 de Novembro de 1913, para 10 caixas contendo pacotes de herba matte e destinadas ao Rio de Janeiro.

A Schack & Comp., em 21 de Novembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

Aos Snrs. Müller Irmãos & Comp., em 22 de Novembro de

1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de pregos.

A Heitor Lobo, procurador de Francisco Fido Fontana, em 22 de Novembro de 1913, para cem barricas com herva matte destinadas á Europa.

A' South Brazilian Railways Company Limited, em 26 de Novembro de 1913, para o material constante das relações annexas.

A Schmidlin & Tamm, em 26 de Novembro de 1913, para o material constante da relação inclusa e destinado á montagem de uma fabrica dos mesmos senhores.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 27 de Novembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

Aos Snrs. Marçallo & Comp., em 27 de Novembro de 1913, para 10 caixas contendo 600 pacotes de herva matte, destinadas ao Rio de Janeiro.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 4 de Dezembro de 1913, para o material constante da 2.^a via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

A' Prefeitura da Capital, em 4 de Dezembro de 1913, para uma caixa marca C. M. C. I., com Concrete Mixer, destinada aos melhoramentos desta Capital.

A Herculano Alves da Rocha, em 5 de Dezembro de 1913, para 150 duzias de vassouras fabricadas nesta Capital.

A' Associação Commercial do Paraná, em 5 de Dezembro de 1913, para 20 volumes com cadeiras para mobiliação de seu predio.

A F. Hürlimann & Comp., em 9 de Dezembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros, ficando, porém, sujeitos a esse imposto as folhas de flandres declaradas na mesma relação.

Aos Snrs. Mueller Irmãos & Comp., em 10 de Dezembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de pregos.

Aos Snrs. Carlos Schmidlin & Comp., em 17 de Dezembro de 1913, para o material constante na segunda via da relação inclusa.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 17 de Dezembro de 1913, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

A' Fabrica Paranaense de phosphoros, em 17 de Dezembro de 1913, para o material constante na segunda via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal da Capital, em 22 de Dezembro de 1913, para 821 volumes de ferro e aço com 35.875 kilos e destinados aos melhoramentos da Capital.

A Rebello, Andrade & Companhia, em 27 de Dezembro de 1913, para o material constante na 2ª via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal da Capital, em 27 de Dezembro de 1913, para 108 volumes contendo boeiros e 8 caixas com parafusos e destinados aos serviços de melhoramento desta Capital.

A' Prefeitura Municipal da Capital, em 30 de Dezembro de 1913, para 2 volumes contendo accessorios para compressão de tijolos e meios fios de cimento destinados ao melhoramento da cidade.

Aos Srs. F. Huerlimann & Comp., em 2 de Janeiro de 1914, para as mercadorias constantes na 2.^a via da relação inclusa e destinados á fabricação de phosphoros.

A' South Brazilian Railways Co. Ltd., em 2 de Janeiro de 1914, para as mercadorias constantes na 2.^a via da relação inclusa e destinadas á iluminação publica desta Capital.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 3 de Janeiro de 1914, para mercadorias constantes da 2.^a via da relação inclusa e destinados á fabricação de phosphoros.

A' South Brazilian Railways Co. Ltd., em 3 de Janeiro de 1914, ao material constante na 2.^a via da relação inclusa e destinado á Usina de electricidade desta Capital.

A' South Brazilian Railways Co. Ltd., em 3 de Janeiro de 1914, ao material constante da 2.^a via da relação inclusa, destinado á Usina de electricidade desta Capital.

A' Prefeitura Municipal da Capital, em 6 de Janeiro de 1914, para 2.838 manilhas de barro destinadas aos melhoramentos desta Capital.

A' South Brazilian Railways Co. Ltd., em 15 de Janeiro de 1914, para o material declarado nas relações juntas que acompanham o requerimento da referida isenção.

A' South Brazilian Railways Co. Ltd., em 17 de Janeiro de 1914, para o material constante da 2.^a via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal desta Capital, em 20 de Janeiro de 1914, para 1000 barricas de cimento, 500 caixas de gazolina, 50 caixas de kerozene, 42 volumes de arame de ferro, 70 barras de ferro e 100 atados de ferro, destinados aos serviços de melhoramentos desta Capital.

A Marçallo & Comp., em 24 de Janeiro de 1914, para quarenta fardos de algodão destinados á Comp. de Fiação de Tec. «Sant'Anna», de Ponta Grossa.

A F. Hürlimann & Comp., em 24 de Janeiro de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

Aos Snrs. Müller Irmãos & Comp., em 24 de Janeiro de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de pregos.

A Carlos Schmidlin & Comp., em 24 de Janeiro de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A Marçallo & Comp., em 27 de Janeiro de 1914, para os objectos constantes da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal desta Capital, em 30 de Janeiro de 1914, para cinquenta caixas de kerozene.

Aos Snrs. Carlos Schmidlin & Comp., em 30 de Janeiro de 1914, para o material da relação inclusa e destinado á sua fabrica metallurgica.

A' The South Brazilian Company Limited, em 31 de Janeiro de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á iluminação publica do arrabalde da Capital.

A' South Brazilian Railways Company Limited, em 14 de Fevereiro de 1914, para o material constante da relação inclusa.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 18 de Fevereiro de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros

A Müller Irmãos & Comp., em 3 de Março de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de pregos.

A Müller Irmãos & Comp., em 3 de Março de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A F. Hürlimann & Comp., em 4 de Março de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

A Antonio Ribeiro de Macedo, em 7 de Março de 1914, para 21 pacotes em caixas destinadas ao estrangeiro.

A' South Brazilian Railways Company Limited, em 10 de Março de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á iluminação publica desta Capital.

A F. Hürlimann & Comp., em 19 de Março de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em 20 de Março de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado aos melhoramentos da cidade.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 27 de Março de 1914, para as mercadorias constantes da segunda via da relação inclusa e destinadas á fabricação de phosphoros.

Aos Snrs. F. Hürlimann & Comp., em 3 de Abril de 1914, para os materiaes constantes da segunda via da relação inclusa, destinados á fabricação de phosphoros.

A Carlos Schmidlin & Comp., em 4 de Abril de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de pregos.

A Fernando Hackradt & Comp., em 13 de Abril de 1914, para as sementes constantes da segunda via da relação inclusa.

A Manoel Macedo, em 1.º de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabrica de tecidos de juta de sua propriedade.

A F. Hürlimann & Comp., em 6 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de phosphoros.

A Carlos Schmidlin & Comp., em 6 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, em 6 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A Marçallo & Comp., em 6 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal, em 9 de Maio de 1914, para uma machina irrigadora Fiat, destinada aos melhoramentos da Capital.

A Ewaldo & Marques, em 12 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Companhia de Fiação e Tecidos Sant'Anna, em 18 de Maio de 1914, para os tecidos exportados, para Rio Grande do Sul, via São Paulo-Rio Grande.

Aos Snrs. Müller Irmãos & Comp., em 22 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via das relações inclusas.

Aos Snrs. Ceciliano Correa & Comp., em 22 de Maio de 1914, para um volume constante da segunda via da relação inclusa.

Aos Snrs. F. Hürlimann & Comp., em 29 de Maio de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal, em 29 de Maio de 1914, para mil barricas de cimento destinadas aos melhoramentos da cidade.

Aos Snrs. Müller Irmãos & Comp., em 8 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa e destinado á fabricação de pregos.

Aos Snrs. Langer, Colle & Comp., em 13 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

Aos Snrs. Ewaldo & Marques, em 16 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa, destinado á fabricação de pregos.

Aos Snrs. F. Hürlimann & Comp., em 17 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Companhia Fabril Paranaense, em 17 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

Aos Snrs. Müller Irmãos & Comp., em 20 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A Carlos Schmidlin & Comp., em 25 de Junho de 1914, para o material constante da segunda via da relação inclusa.

A' Prefeitura Municipal de P. Grossa, em 26 de Junho de 1914, para o material constante da relação junta.

Quadro da exportação geral do Estado

| MERCADORIAS | Unidade | Quantidade | Valor official |
|------------------------------------|-----------|------------|----------------------|
| Herva matte | Kilo | 44.758.925 | 22.379.462.500 |
| Madeiras | Peça | 1.516.283 | 1.949.619.987 |
| Cabos de vassouras | Amarrado | 8.820 | 34.248.000 |
| Crina | Sacco | 173 | 3.084.600 |
| Chifres | " | 4.749 | 2.358.600 |
| Couros | Um | 25.423 | 217.583.700 |
| Bêtas | Peça | 3.178 | 953.400 |
| Linguas salgadas | Meios | 15 | 1.575.000 |
| Solla | Sacco | 704 | 11.667.000 |
| Centeio | Amarrados | 70 | 360.000 |
| Arcos, aduellas e tampas | Sacco | 13.382 | 57.291.200 |
| Cera | Caixa | 243 | 19.605.000 |
| Cebola | Caixa | 15 | 600.000 |
| Cal | " | 60 | 120.000 |
| Vinho | Quinto | 1 | 200.000 |
| Phosphoro | Engradado | 24.711 | 1.016.210.000 |
| Garras | Saccos | 667 | 749.940 |
| Colla | Barrica | 62 | 8.388.000 |
| Carne salgada | " | 2.124 | 137.234.000 |
| Sebo | " | 27 | livre |
| Xarque | " | 71 | 4.089.000 |
| Palhões | Fardo | 2.692 | 8.476.000 |
| Cerveja | Caixa | 262 | 6.200.000 |
| Buxo de peixe | " | 2 | 472.000 |
| Café | Sacco | 28.652 | 274.888.520 |
| Feijão | " | 26 | 1.010.000 |
| Tinta de escrever | Caixa | 12 | 100.000 |
| Canella | Encapado | 2 | 20.000 |
| Chopps | Barril | 8 | 200.000 |
| Gelo | Caixa | 4 | 200.000 |
| Saccos vazios | Um | 140 | 400.000 |
| Fumo | Fardo | 8 | 780.000 |
| Banha | Caixa | 302 | 21.985.000 |
| Garrafas | " | 10 | 50.000 |
| Batatas | " | 215 | 1.120.000 |
| Toucinho | " | 1.258 | 137.648.000 |
| Agua mineral | " | 7.868 | 19.470.000 |
| Bananas | Cachos | 39.778 | 16.300.000 |
| Sabão | Caixa | 2.580 | 2.674.000 |
| Ovos | " | 11 | 10.800 |
| Taboinhas para caixas | Amarrados | 30.733 | 58.021.000 |
| Macarrão | Caixa | 28 | 287.040 |
| Conservas | Engradado | 2 | 126.000 |
| Cascas miudas | Sacco | 55 | 66.500 |
| Lã bruta | " | 9 | 60.960 |
| Gazosas | Caixa | 48 | 688.500 |
| Calçado | " | 1 | 170.000 |
| Animaes suinos | Cabeça | 6.244 | 129.777.000 |
| Animaes cavallares | " | 30 | 1.288.000 |
| Animaes muares | " | 4 | 165.000 |
| Gado vacum | " | 126 | 8.245.000 |
| Papel de embrulho | Rolo | 18 | 180.000 |
| Farinha de milho | Barrica | 2 | 10.000 |
| | | | <u>26536:289.247</u> |

Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública

| ART.º | §§ | Denominação da Despeza | DESPEZA | | DIFFERENÇA | |
|---|----|--|---------------|---------------|-------------|---------------|
| | | | ORÇADA | EFFECTUADA | PARA MAIS | PARA MENOS |
| 3.º | 1 | Palacio do Governo | 67:400.000 | 71:236.425 | 3:836.425 | |
| | 2 | Secretaria de Estado | 123:808.000 | 240:365.830 | 116:557.830 | |
| | 3 | Repartição Central de Policia | 343:420.000 | 444:293.340 | 100:873.340 | |
| | 4 | Congresso Legislativo | 116:200.000 | 153:616.169 | 37:416.169 | |
| | 5 | Magistratura | 406:240.000 | 455:507.335 | 49:267.335 | |
| | 6 | Força Publica (Regimento de Segurança) | 1.063:402.500 | 1.424:439.072 | 361:036.572 | |
| | 6 | Força Publica (Corpo de Bombeiros) | 126:000.000 | 167:180.190 | 41:180.190 | |
| | 7 | Instrução Publica. | 1.003:280.00 | 1.064:758.290 | 61:478.290 | |
| | 8 | Serviço Sanitario | 39:920.000 | 40:762.208 | 842.208 | |
| | 9 | Auxílios e subvenções | 132:088.090 | 170:101.795 | 38:013.705 | |
| | 10 | Pessoal Inactivo | 128:572.758 | 164:927.859 | 36:355.101 | |
| | 11 | Presos Pobres | 12:000.000 | 41:348.300 | 29:348.300 | |
| | 12 | Eventuaes | 3:000.000 | 25:334.286 | 22:334.286 | |
| | | | 3.566:331.348 | 4.463:871.099 | 898:539.751 | |
| <i>Extraordinaria:</i> | | | | | | |
| Questão de Limites, Dec. 580 de 2 de Agosto de 1913 | | | | 48:808.550 | | |
| Saude Publica, Dec. 579 e 234 de 2 Agosto 1913 e 14 Janeiro 1914 | | | | 52:580.269 | | |
| Gratificação á praças de policia | | | | 12:220.320 | | |
| Condução de Juizes, Dec. 814 e 892 de 9 Outubro 1913 e 14 Outubro 1914 | | | | 1:450.000 | | |
| Corpo de Bombeiros, Dec. 844 de 27 de Outubro 1913, 624 e 748 de 17 e 22 de Setembro 1914. | | | | 63:374.830 | | |
| Congresso Legislativo, Dec. 406 de 15 de Junho 1914 | | | | 5:337.800 | | |
| Lancha da Policia | | | | 135.000 | | |
| Auxilio ao Centro de Lettras, Dec. 347 de 2 de Outubro 1913. | | | | 7:000.000 | | |
| Auxilio ao Centro Paranaense, Dec. 885 de 26 de Novembro 1913 | | | | 12:024.000 | | |
| A' Viuva do Desembargador Augusto Lobo de Moura, Dec. 706 de 11 de Setembro 1913. | | | | 26:820.000 | | |
| Gratificação ao Director aposentado do Congresso—Lei n. 1423 de 31 de Março 1914 | | | | 2:076.000 | | |
| Differença de gratificação á professora D. Isabel N. Teixeira, Dec. 581 de 2 de Agosto 1913 | | | | 2:086.119 | | |
| Vencimentos ao Juiz districtal do Timbó, Dec. 206 de 19 de Março 1914 | | | | 250.000 | | |
| Gratificação ao Desembargador Olavo de Mattos, Dec. 841 de 25 de Outubro 1913. | | | | 2:254.500 | | |
| Gratificação ao Desembargador Bemvindo Valente, Dec. 883 de 26 de Novembro 1913 | | | | 2:898.000 | | |
| Vencimentos á professora D. Julia S. Ribas, Dec. 786 de 3 de Outubro 1913 | | | | 2:060.412 | | |
| Vencimentos ao Carcereiro da Detenção da Graciosa, Dec. 849 de 30 de Outubro 1913. | | | | 184.444 | | |
| Premio ao alumno da Escola de Artifices, Franc. M. de Andrade, Dec. 630 de 11 de Agosto 1913 | | | | 1:000.000 | | |
| Monumento ao C.º João Gualberto, Dec. 908 de 10 de Dezembro 1913 | | | | 18:986.275 | | |
| Escola de Aprendizes Artifices, Dec. 589 de 10 de Setembro 1913 | | | | 3:600.000 | | |
| Auxilio para a publicação do livro do Conego Braga. | | | | 3:000.000 | | |
| Auxilio para a publicação do livro de Lourenço e Verissimo de Souza. Dec. 577 de 2 de Agosto 1913 | | | | 3:000.000 | | |
| Auxilio ás familias fugitivas da cidade de União da Victoria, Dec. 685 de 23 de Outubro 1914. | | | | 500.000 | | |
| | | | | 4.735:517.618 | | |
| | | | | | | 1.169:186.270 |

RESUMO:

| | |
|----------------------|---------------|
| Orçada | 3.566:331.348 |
| Effectuada | 4.463:871.099 |
| Differ. a mais | 897:539.751 |
| Extraordin. | 271:646.519 |
| A mais effect. | 1.169:186.270 |

**Demonstração das despesas effectuadas por conta da
Secretaria de Estado dos Negocios de Obras Publicas,
Terras e Viação, no exercicio de 1913-1914**

| ART.ºs | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPEZA | DESPEZA | | DIFFERENÇA | |
|--------|----|--|-------------|---------------|----------------|-------------|
| | | | ORÇADA | EFFECTUADA | PARA MAIS | PARA MENOS |
| 6 | 1 | Secretaria de Estado | 92:290.000 | 124:538.680 | 32:318.680 | |
| | 2 | Obras Publicas em geral | 403:989.500 | 568:775.960 | 164:786.460 | |
| | 3 | Eventuaes | 2:000.000 | 2:000.000 | | |
| | 4 | Iluminação publica da Capital | 150:000.000 | 152.106.000 | 2:106.000 | |
| | 5 | Auxilios e Subvenções | 26:200.000 | 13:076.658 | | 13:123.342 |
| | 6 | Pessoal Inactivo | 1:807.360 | 7:634.992 | 5:827.632 | |
| | 7 | Fiscalisação de Estradas de ferro e outras | 38:000.000 | 39:471.582 | 1:471.582 | |
| | | | 714.216:860 | 907:603.872 | 206:510.354 | 13:123.342 |
| | | <i>Extraordinaria:</i> | | | | |
| | | Porcentagem a Inspectores Coloniaes—Decreto n. 723 de 13 de Setembro de 1913 | | 9:936.003 | | |
| | | Construcção de uma casa no Passo do Bormann—Lei n. 1342 de 10 de Outubro de 1913 | | 3:756.500 | | |
| | | Emprestimo externo—Decretos n.ºs 172, 297 e 359 de 20 de Março, 8 de Maio e 11 de Junho de 1914 | | 219.669.969 | | |
| | | Despesa feita de Agosto a Dezembro de 1914. | | 1.140:966.344 | | |
| | | | | | RESUMO: | |
| | | | | | Orçada | 714:216.860 |
| | | | | | Effectuada | 907:603.872 |
| | | | | | Diff. a mais | 193:387.012 |
| | | | | | Extraordin. | 233:362.472 |
| | | | | | Diff. á mais | 426:749.484 |

**Demonstração das despesas effectuadas por conta da
Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura,
Industria e Commercio, no exercicio de 1913-1914**

| ART.º | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPEZA | DESPEZA | | DIFFERENÇA | |
|-------|-----------------------|---|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | | | ORÇADA | EFFECTUADA | PARA MAIS | PARA MENOS |
| 5 | 1 | Secretaria de Estado | 123:100.000 | 92:600.524 | | 30:499.476 |
| | 2 | Povoamento do solo | 30:000.000 | 17:257.670 | | 12:742.330 |
| | 3 | Protecção a indigenas e colonos na- cionaes | 2:000.000 | 427.200 | | 1:572.800 |
| | 4 | Junta Commercial | 11:780.000 | 10:709.950 | | 1:070.050 |
| | | Instituto Agronomico do Bacachery Museu Paranaense | 6:600.000 | 9:300.000 | 2:700.000 | |
| | | Instituto Commercial da Capital e Paranaguá | 27:900.000 | 3:166.664 | | 24:733.336 |
| | | Auxilios e subvenções | 21:000.000 | 12:999.999 | | 8:000.001 |
| | | | <u>222:380.000</u> | <u>146:462.007</u> | <u>2:700.000</u> | <u>78:617.993</u> |
| | <i>Extraordinaria</i> | | | | RESUMO: | |
| | | Auxilio para a manutenção do estabelecimento „Haras Lago“ | | 3:000.000 | Orçada | 222:380.000 |
| | | Inspectoria agricola | | 3:600.000 | Effectuada | <u>146:462.007</u> |
| | | Premio de animação á industria da Herva-Matte—Decreto n. 639 de 25 de Setembro de 1914 | | 25:836.800 | Diff. a menos | 75:917.993 |
| | | Instituto Agronomico do Bacachery | | <u>42:433.900</u> | Extraordin. | <u>74:870.700</u> |
| | | | | <u>221:332.707</u> | A menos eff. | <u>1:047.293</u> |

Estando actualmente á cargo da Secretaria da Agricultura os estabelecimentos: Museu Paranaense, Instituto Commercial da Capital, Instituto Agronomico do Bacachery e Jockey-Club Paranaense, as verbas destinadas a essas despesas, para não ser alterado o orçamento, figuram nas Secretarias do Interior e de Fazenda, pois foram transferidas na vigencia da lei orçamentaria do exercicio em liquidção.

BALANÇO DA RECEITA E DESPEZA DO ESTADO

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1913-1914

| | | |
|---|---------------|---------------|
| RECEITA : | | |
| Especificada no respectivo quadro demonstrativo | | 9.391:237.850 |
| DESPEZA : | | |
| Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública | | |
| Especificada no respectivo quadro demonstrativo | 4.735:517.618 | |
| Secretaria de Fazenda | | |
| Especificada no respectivo quadro demonstrativo | 3.202:644.196 | |
| Secretaria da Agricultura, Indústria e Commercio | | |
| Especificado no respectivo quadro demonstrativo | 221:332.707 | |
| Secretaria de Obras Públicas, Terras e Viação | | |
| Especificada no respectivo quadro demonstrativo | 1.140:966.344 | |
| | 9.300:460.865 | |
| Saldo que passa para o exercício de 1914-1915 | 90:776.985 | |
| | 9.391:237.850 | 9.391:237.850 |

Secretaria de Fazenda do E. do Paraná, em 31 de Dezembro de 1914.

EXERCICIO DE 1913-1914

Patente Commercial

| LOCALIDADES | |
|--|-------------------------|
| Collectoria de Paranaguá | 368:418.410 |
| " de Antonina | 253:903.650 |
| " da Capital | 50:438.923 |
| " do Rio Negro | 40:757.953 |
| " de Ponta Grossa | 30:141.408 |
| Agencia Fiscal de Jaguarihyva | 20:898.422 |
| Collectoria da Fóz do Iguassú | 16:683.165 |
| Agencia Fiscal da União da Victoria | 10:755.675 |
| Fiscalisação de Fragosos | 6:314.220 |
| Collectoria de Jacarésinho | 5:483.109 |
| Barreira do Passo dos Leites | 5:017.845 |
| Agencia Fiscal de Ribeirão Claro | 4:735.369 |
| Barreira do Passo do Allemão | 4:700.515 |
| " " " do Emygdão | 4:307.668 |
| " " " de S. José do Christianismo | 2:585.700 |
| " " " dos Barbozas | 2:258.285 |
| Agencia Fiscal do Barracão | 1:772.730 |
| Collectoria de Castro | 1:688.525 |
| Agencia Fiscal de Xanxêrê | 1:681.940 |
| " " de Pirahy | 1:518.922 |
| " " da Lapá | 1:402.710 |
| " " do Iraty | 1:024.500 |
| " " da Palmeira | 918.265 |
| " " de Marechal Mallet | 792.275 |
| Barreira do Passo dos Indios | 773.123 |
| Agencia Fiscal de S. Matheus | 689.365 |
| " " de Araucaria | 570.000 |
| " " de Entre-Rios | 333.710 |
| " " de Deodoro | 96.115 |
| " " de S. João do Triumpho | 77.220 |
| Barreira de Itararé | 44.400 |
| Agencia Fiscal do Rio Branco | 41.500 |
| " " de Imbituva | 18.840 |
| | <hr/> 840:844.457 <hr/> |

Secretaria de Fazenda do E. Paraná, 31 de Dezembro 1914.

1913-1914

EXPORTAÇÃO DE HERVA-MATTE

| ESTAÇÕES | Quantidade em kilos | IMPOSTO |
|---|------------------------|----------------------|
| Collectoria de Antonina | 24642.380 | 1.108:907.151 |
| " de Paranaguá | 12260.418 | 551:718.835 |
| " de Iguassú | 3045.192 | 137:033.682 |
| " de Rio Negro | 2476.875 | 111:459.385 |
| Agencia Fiscal do Barracão | 877.105 | 39:469.725 |
| " " do Xanxêrê | 568.936 | 25:602.142 |
| Fiscalisação de Fragozoz | 546.298 | 24:683.445 |
| Agencia Fiscal da U. da Victoria | 73.462 | 3:305.792 |
| " " de Entre-Rios | 960 | 43.200 |
| " " da Palmeira | 633 | 28.508 |
| Posto Fiscal do Herval (herva ex- portada por Ant. Simões Cava- lheiro) | 266.666 | 12:000.000 |
| | <u>44758.925</u> | <u>2.014:251.865</u> |

RESUMO:

| | |
|-------------------------------|---------------------|
| Quantidade em kilos | <u>44.758.925</u> |
| Imposto | <u>2014.251.865</u> |

Secretaria de Fazenda do Paraná, 31 de Dezembro de 1914.

F. J. Santiago

EXERCICIO DE 1913-1914

Patente Commercial e Sal

| LOCALIDADES | PATENTE | SAL | TOTAL |
|------------------------------------|-------------|------------|-------------|
| Paranaguá | 368:418.410 | 61:485.225 | 429:903.635 |
| Antonina | 253:903.650 | 20:089.140 | 273:992.790 |
| Capital | 50:438.923 | | 50:438.923 |
| Ponta Grossa | 30:141.408 | | 30:141.408 |
| Rio Negro | 40:757.953 | | 40:757.953 |
| Jaguariahyva | 20:898.422 | | 20:898.422 |
| Iguassú | 16:683.165 | | 16:683.165 |
| União da Victoria | 10:755.675 | | 10:755.675 |
| Fragozos | 6:314.220 | | 6:314.220 |
| Jacaresinho | 5:483.109 | | 5:483.109 |
| Passo dos Leites | 5:017.845 | 511.845 | 5:529.690 |
| Ribeirão Claro | 4:735.369 | | 4:735.369 |
| Passo do Allemão | 4:700.515 | | 4:700.515 |
| » » Emygdão | 4:307.668 | | 4:307.668 |
| S. José do Christianismo | 2:585.700 | | 2:585.700 |
| Passo dos Barbozas | 2:258.285 | | 2:258.285 |
| Barracão | 1:772.730 | | 1:772.730 |
| Castro | 1:688.525 | 30.000 | 1:718.525 |
| Xanxerê | 1:681.940 | | 1:681.940 |
| Pirahy | 1:518.922 | | 1:518.922 |
| Lapa | 1:402.710 | | 1:402.710 |
| Iraty | 1:024.500 | | 1:024.500 |
| Marechal Mallet | 792.275 | | 792.275 |
| Passo dos Indios | 773.123 | | 773.123 |
| Palmeira | 918.265 | | 918.265 |
| S. Matheus | 689.365 | | 689.365 |
| Araucaria | 570.000 | | 570.000 |
| Entre Rios | 333.712 | | 333.712 |
| Deodoro | 96.115 | | 96.115 |
| S. João do Triumpho | 77.220 | | 77.220 |
| Itararé | 44.400 | | 44.400 |
| Rio Branco | 41.500 | | 41.500 |
| Imbituva | 18.840 | | 18.840 |
| | 840:844.459 | 82:116.210 | 922:960.669 |

Recolhido directamente á Secretaria 400.000
 82:516.210

RESUMO

Patente Commercial 840:844.459
 Sal para consumo 82:516.210
 923:360.669

Secretaria de Fazenda do Paraná, 31 de Dezembro de 1914.
 F. SANTIAGO.



BALANÇOS
das
Repartições arrecadadoras



Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|---------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 795.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo. | 40.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 13:538.625 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 42.108 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 1:698.7 5 | |
| | 9 | Exportações diversas | 9:885.072 | |
| | 10 | Gado para consumo | 3:075.000 | 29:065.520 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 2:906.548 |
| | 13 | Sal para consumo | | 20:089.140 |
| | 14 | Sellos etc. | | 3:824.933 |
| | 15 | Patente Commercial. | | 253:903.650 |
| | 16 | Exportação de herba matte. | | 1.108:907.151 |
| | 22 | Receita eventual. | | 111.142 |
| | 23 | Taxa escolar | | 993.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 32:068.348 |
| | 30 | Imposto territorial | | 677.800 |
| | | | | 1.452:547.232 |

de Antonina durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPEZA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|---------------|
| 3 | 3 | Repartição C. de Policia | 360.000 | |
| | 6 | Força publica | 6:668.850 | 7:028.850 |
| 4° | 1° | Secretaria de Estado | 780.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 59:458.742 | 60:238.742 |
| | | <i>Extraordinaria :</i> | | |
| | | Saude publica | | 5:000.000 |
| | | Saldo | | 1.380:279.640 |
| | | | | |
| | | | | 1.452:547.232 |

Secretaria de Finanças, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|---------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 2:995.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo. | 84.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 27:909.750 | |
| | 7 | Taxa judiciaria. | 503.531 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 14:347.259 | |
| | 9 | Exportações diversas | 57:557.646 | |
| | 10 | Gado para consumo | 6:234.000 | 109:631.186 |
| | 11 | 10% additionaes | | 10:963.096 |
| | 13 | Sal para consumo | | 61:485.225 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 9:654.920 |
| | 15 | Patente Commercial | | 368:418.410 |
| | 16 | Exportação de herva matte. | | 551:718.835 |
| | 22 | Receita eventual. | | 64.479 |
| | 23 | Taxa escolar | | 591.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 16:523.866 |
| | 30 | Imposto territorial | | 650.795 |
| | | | | |
| | | | | 1.129:701.812 |

de Paranaguá durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPEZA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---|--------------|---------------|
| 3.º | 2.º | Secretaria de Estado | 50.000 | |
| | 3 | Repartição Central de Policia | 9:760.000 | |
| | 6 | Força Publica. | 9:091.330 | |
| | 7 | Instrucção Publica | 500.000 | |
| | 11 | Presos pobres. | 742.000 | 20:143.330 |
| 4.º | 1.º | Secretaria de Estado | 1:705.700 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 57:680.030 | |
| | 6 | Exercicios findos. | 464.000 | |
| | 7 | Eventuaes | 1:972.000 | 61:821.730 |
| 5.º | 2 | Obras publicas em geral | | 17:000.000 |
| | | Saldo | | 1.030:736.752 |
| | | | | 1.129:701.812 |

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 11:170.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo. | 480.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciaes | 5:073.788 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 210:973.950 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 4:042.528 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 94:432:313 | |
| | 9 | Exportações diversas | 657.440 | 326:830.019 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 32:642.528 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 153:180.680 |
| | 15 | Patente Commercial | | 50:438.923 |
| | 17 | Concessões e privilegios | | 1:000.000 |
| | 22 | Receita eventual | | 101.840 |
| | 23 | Taxa escolar | | 7:884.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 1:118.672 |
| | 25 | Imposto predial | | 359:910.660 |
| | 30 | Imposto territorial | | 3:860.800 |
| | | <i>Extraordinaria</i> | | 936:968.122 |
| | | Depositos | | 74.000 |
| | | | | 937:042.122 |

da Capital durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPEZA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|---------------------------|
| 4.º | 1 | Secretaria de Estado | 43.208 | 59:606.833 877:435.289 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 59:563.625 | |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 937:042.122 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 3:455.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 20.000 | |
| | 4 | Imposto sobre animaes | 7 220.000 | |
| | 5 | Gado exportado | 2:421.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 12:248.500 | |
| | 7 | Taxa judiciaria. | 351:724 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 16:455.732 | |
| | 9 | Exportações diversas | 8:176.694 | |
| | 10 | Gado para consumo | 1:089.000 | 44:937.650 |
| | 11 | 10 % addicionaes | | 4:487.740 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 3:670.300 |
| | 15 | Patente Commercial | | 40:757.953 |
| | 16 | Exportação de herva matte | | 111:459.385 |
| | 22 | Receita eventual. | | 455.800 |
| | 23 | Taxa escolar | | 4:821.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 5:487.625 |
| | 30 | Imposto territorial | | 9:988.705 |
| | | | | 226:066.158 |

do Rio Negro durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---|--------------|-------------|
| 3 | 3 | Repartição Central de Policia | 260.000 | 48:707.452 |
| | 6 | Força Publica. | 45:221.452 | |
| | 11 | Presos Pobres. | 3:026.000 | |
| | 12 | Eventuaes , | 200.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 1:377.200 | 39:489.728 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 38:112.528 | |
| 5.º | 2.º | Obras publicas em geral. | | 6:945.390 |
| | | Saldo recolhido | | 130:923.588 |
| | | | | 226:066.158 |

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 315.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciaes | 33.600 | |
| | 4 | Imposto sobre animaes | 4.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:493.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 43.500 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 1:440.520 | |
| | 9 | Exportações diversas | 20:403.110 | |
| | 10 | Gado para consumo | 4:377.000 | 28:109.730 |
| | 11 | 10 % addiclonaes. | | 2:810.958 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 2:715.200 |
| | 15 | Patente commercial | | 16:683.165 |
| | 16 | Exportação de herva matte | | 137:033.682 |
| | 22 | Receita eventual. | | 300 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 3:354.470 |
| | | | | |
| | | | | 190:707.505 |

da Fóz do Iguassú durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-----------------|-----------------|------------------------------------|--------------|-------------|
| 3. ^o | 3 | Repartição C. de policia | 1.121.667 | |
| | n | Força publica | 8.531.663 | |
| | 11 | Presos pobres | 24.000 | 9:677.330 |
| 4. ^o | 1 | Secretaria de Estado | 12.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 29:134313 | 29:446.313 |
| 5. ^o | 1. ^o | Secretaria de Estado | | 1:933.326 |
| 6. ^o | 2 | Obras publica. em geral | | 17:903.300 |
| | | Saldo recolhido | | 131:747.236 |
| | | | | 190:707.505 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.—L. Pereira.

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 5:785.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo. | 460.000 | |
| | 5 | Gado exportado | 1:911.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 31:423.750 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 2:835.580 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 26:718.215 | |
| | 9 | Exportações diversas | 814.536 | |
| | 10 | Gado para consumo | 8:421.000 | 78:369.081 |
| | 11 | 10%o additionaes | | 7:433.156 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 4:652.200 |
| | 15 | Patente Commercial. | | 30:141.408 |
| | 22 | Receita eventual. | | 489.787 |
| | 23 | Taxa escolar | | 2:385.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 311.500 |
| | 30 | Impesto territorial | | 4:284.921 |
| | | | | 128:067.053 |

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 2:280.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo. | 240.000 | |
| | 5 | Imposto sobre animaes suinos. | 46:278.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 7:464.282 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 540 747 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 6:509.968 | |
| | 9 | Exportações diversas | 4:039.431 | |
| | 10 | Gado para consumo. | 642.000 | 67:994.428 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 2:170.960 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 839.040 |
| | 15 | Patente Commercial | | 20:898.422 |
| | 22 | Receita eventual. | | 29.600 |
| | 23 | Taxa escolar | | 222.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 228.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 8:392.900 |
| | | | | 100:775.350 |

de Jaguariahyva durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|------------------------------------|--------------|-------------|
| 4.º | 3 | Repartição C. de Policia | 267.550 | 6:523.400 |
| | 6 | Força Publica | 5:655.850 | |
| | 11 | Presos pobres | 600.000 | |
| 4.º | 1.º | Secretaria de Estado | 180.000 | 20:166.227 |
| | 2.º | Arrecadação das rendas | 19:986.227 | |
| 6. | 2 | Obras Publicas em geral. | | 399.000 |
| | | Saldo recolhido | | 73.686.723 |
| | | | | 100:775.350 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 3:307.500 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 160.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 8:902.625 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 456.772 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 15:967.062 | |
| | 10 | Gado para consumo. | 675.000 | 29:468.959 |
| | 11 | 10%o additionaes. | | 2:946.893 |
| | 14 | Sellos etc. | | 1:148.880 |
| | 20 | Divida Colonial. | | 19:390.200 |
| | 22 | Receita eventual. | | 494.914 |
| | 23 | Taxa escolar | | 3:003.400 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 330.750 |
| | 30 | Imposto territoriai | | 7:700.840 |
| | | | | 65:074.836 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:875.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo. | 420.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciais | 10.400 | |
| | 4 | Impostos sobre animaes | 2:323.600 | |
| | 5 | Imposto sobre gado exportado. | 497.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 12:356.066 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 673.060 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 4:406.891 | |
| | 9 | Exportações diversas | 3:371.700 | |
| | 10 | Gado para consumo | 1:548.000 | 27:481.717 |
| | 11 | 10% adicionais | | 2:700.357 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 3:809.396 |
| | 15 | Patente Commercial. | | 10:755.675 |
| | 16 | Exportação de herba matte | | 3:305.792 |
| | 19 | Divida activa | | 2.400 |
| | 20 | Divida Colonial | | 1:074.012 |
| | 22 | Receita eventual. | | 298.979 |
| | 23 | Taxa escolar | | 1:659.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 313.195 |
| | 30 | Imposto territorial | | 6:691.650 |
| | | | | 58:092.173 |

da U. da Victoria durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3.º | 6 | Força publica | 6.991.800 | 8:079.800 |
| | 11 | Presos pobres | 1:088.000 | |
| 4.º | 1 | Secretaria de Estado | 300.000 | 34:980.574 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 34:680.574 | |
| | | Extraordinaria | | |
| | | Questão de limites | | 1:500.000 |
| | | Saldo recolhido | | 13:531.799 |
| | | | | 58:092.173 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.—*L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia do

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:440.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 240.000 | |
| | 4 | Imposto sobre animaes. | 1:827.000 | |
| | 5 | ' ' gado exportado | 1:095.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 2:942.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 225.343 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 21:913.636 | |
| | 9 | Exportações diversas | 4.935.900 | |
| | 10 | Gado para consumo. | 162.000 | 34:780.879 |
| | 11 | 10% additionaes. | | 3:219.419 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 2:192.740 |
| | 15 | Patente Commercial | | 5:438.109 |
| | 22 | Receita eventual. | | 214.794 |
| | 23 | Taxa escolar | | 492.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 150.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 8:353.183 |
| | | | | 54:886.124 |

Jacarésinho durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 3 | Repartição C. de Policia | 400.823 | 8:632.589 |
| | 6 | Força publica | 7:445.766 | |
| | 11 | Presos pobres | 786.000 | |
| 4º | 1º | | | |
| | 2 | Secretaria de Estado | 205.000 | 19:334.107 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 19:129.107 | |
| | | Saldo recolhido | | 26:919.428 |
| | | | | 54:886.124 |

Secretaria de Finanças, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 3:740.000 | |
| | 2 | Polvora e arma de fogo | 760.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciaes | 100 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 13:454.300 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 1:217.899 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 10:524.301 | |
| | 10 | Gado para consumo | 1:545.000 | 31:241.600 |
| | 11 | 10% addiclonaes. | | 3:124.194 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 2:908.232 |
| | 22 | Receita eventual. | | 459.761 |
| | 23 | Taxa escolar | | 39.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 374.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 16:075.797 |
| | | | | 54:222.584 |

de Guarapuava durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---|--------------|------------|
| 3 | 2 | Secretaria de Estado | 600.000 | 8:800.730 |
| | 3 | Repartição Central de Policia | 949.200 | |
| | 6 | Força publica | 4:794.530 | |
| | 11 | Presos pobres | 2:457.000 | |
| 4 | 1.º | Secretaria de Estado | 180.000 | 6:337.860 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 6:157.860 | |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 54:222.584 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 3:490.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 620.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 13:788.150 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 813.756 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 9:236.203 | |
| | 9 | Exportações diversas | 401.290 | |
| | 10 | Gado para consumo. | 2:613.000 | 30:962.399 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 3:096.234 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 2:442.824 |
| | 15 | Patente Commercial | | 918.265 |
| | 16 | Exportação de herva matte. | | 28.507 |
| | 22 | Receita eventual | | 204.454 |
| | 23 | Taxa escolar | | 2:886.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 349.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 6:865.407 |
| | | | | 47:753.090 |

da Palmeira durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 2 | Secretaria de Estado | 50.000 | 5:133.100 |
| | 3 | Repartição C. de Policia | 450.000 | |
| | 6 | Força publica | 3:629.100 | |
| | 11 | Presos pobres | 1:004.000 | |
| 4º | 1 | Secretaria de Estado | 360.000 | 11:787.802 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 11:427.802 | |
| 6º | 2 | Obras publicas em geral | | 1:142.750 |
| | | Saldo recolhido | | 29:689.438 |
| | | | | 47:753.090 |

Secretaria de Finanças, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:575.000 | |
| | 2 | Polvora e arma de fogo | 180.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 5:124.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 143.529 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 21:369.549 | |
| | 10 | Gado para consumo | 447.000 | 28:839.078 |
| | 11 | 10% adicionaes. | | 2:860.878 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 949.620 |
| | 22 | Receita eventual. | | 222.209 |
| | 23 | Taxa escolar | | 645.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 157.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 11:780.914 |
| | | | | |
| | | | | 45:455.199 |

de Palmas durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 3 | Repartição C. de policia | 1:937.526 | 8:483.319 |
| | 6 | Força publica | 5:640.793 | |
| | 11 | Presos pobres | 905.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 347.780 | 4:884.699 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 4:536.919 | |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 25.800 |
| | | Saldo recolhido | 31:918.655 | |
| | | A recolher | 142.726 | 32:061.381 |
| | | | | 45:455.199 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.—L. Pereira.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 3:740.000 | |
| | 2 | Polvora e arma de fogo | 760.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciaes | 100 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 13:454.300 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 1:217.899 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 10:524.301 | |
| | 10 | Gado para consumo | 1:545.000 | 31:241.600 |
| | 11 | 10% addiclonaes. | | 3:124.194 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 2:908.232 |
| | 22 | Receita eventual. | | 459.761 |
| | 23 | Taxa escolar | | 39.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 374.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 16:075.797 |
| | | | | 54:222.584 |

da Lapa durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-----------------------------------|--------------|-------------------------|
| 3 | 3 | Repartição Central de Policia . . | 680.000 | 9:925.435 |
| | 6 | Força Publica. | 5:384.435 | |
| | 7 | Instrucção Publica | 225.000 | |
| | 11 | Presos Pobres. | 3:636.000 | |
| 4.º | 1.º | Secretaria de Estado | 180.000 | 7:537.096 34:783.960 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 7:357.096 | |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 52:246.491 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-------------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 270.000 | |
| | 4 | Impotto sobre animaes. | 103.000 | |
| | 5 | " " gado exportado | 144.600 | |
| | 6 | Industrias e profissões: | 411.000 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 30.000 | |
| | 9 | Exportações diversas | 8.000 | |
| | 10 | Gado para consumo. | 15.000 | 981.600 |
| | 11 | 10% additionaes. | | 98.160 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 831.280 |
| | 15 | Patente Commercial | | 1:772.730 |
| | 16 | Exportação de herva matte. | | 39:469.725 |
| | 22 | Receita eventual. | | 6.776 |
| | 23 | Taxa escolar | | 254.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 1:196.465 |
| | 30 | Imposto territorial | | 533.480 |
| | | | | |
| | | | | 45:144.216 |

do Barracão durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força publica | | 2:367.600 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 1:000.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 16:936.033 | 17.936.033 |
| | | Saldo recolhido | | 24:840.583 |
| | | | | 45:144.216 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituos | 862.500 | |
| | 4 | Impostos sobre animaes | 2:925.000 | |
| | 5 | Imposto sobre gado exportado. | 565.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 1:326.375 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 1.100 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 2:506.488 | |
| | 9 | Exportações diversas | 859.808 | 9:046.271 |
| | 11 | 10% additionaes | | 831.839 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 133.900 |
| | 15 | Patente Commercial. | | 1:681.940 |
| | 16 | Exportação de herva matte | | 25:602.142 |
| | 22 | Receita eventual. | | 363.417 |
| | 23 | Taxa escolar | | 147.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 850.820 |
| | 30 | Imposto territorial | | 1:135.990 |
| | | | | 39:793.319 |

do Xanxêrê durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força Publica. | | 3:310.200 |
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas | | 20:356.555 |
| | | Saldo recolhido | 8:584.564 | |
| | | A recolher | 8:542.000 | 16:126.564 |
| | | | | 39:793.319 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914 — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Collectoria

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-------------------|
| 1 | | Liquidos espirituosos | 2:880.000 | |
| 2 | | Polvora e armas de fogo | 1:020.000 | |
| 3 | | Arrematações judiciaes | 10.680 | |
| 6 | | Industrias e profissões | 6:312.100 | |
| 7 | | Taxa judiciaria | 716.413 | |
| 8 | | Transmissão de propriedades | 8:672.997 | |
| 9 | | Exportações diversas | 5:779.340 | |
| 10 | | Gado para consumo | 1:134.000 | 26:525.530 |
| 11 | | 10% addicionaes | | 2:652.541 |
| 13 | | Sal para consumo | | 30.000 |
| 14 | | Sellos, etc. | | 2:359.970 |
| 15 | | Patente Commercial. | | 1:688.525 |
| 22 | | Receita eventual. | | 66.341 |
| 23 | | Taxa escolar | | 1:013.000 |
| 24 | | Imposto de propaganda | | 117.000 |
| 30 | | Imposto territorial | | 4:757.200 |
| | | | | 39:210.107 |

de Castro durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|-------------------|
| 3 | 3 | Repartição C. de policia | 80.000 | 3:578.250 |
| | 6 | Força publica | 3:252.250 | |
| | 11 | Presos pobres | 246.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 361.650 | 6:558.123 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 6:196.473 | |
| 5 | 2 | Obras publicas em geral. | | 864.152 |
| | | Saldo recolhido | | 28:209.582 |
| | | | | 39:210.107 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.—*L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|---|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:935.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 140.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 6:699.600 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 737.100 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 5:801.440 | |
| | 9 | Exportações diversas | 527.440 | |
| | 10 | Gado para consumo | 423.000 | 16:263.680 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 1:626.365 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 463.320 |
| | 15 | Patente Commercial | | 792.275 |
| | 20 | Divida colonial | | 16:105.605 |
| | 22 | Receita eventual | | 856.121 |
| | 23 | Taxa escolar | | 138.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 193.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 1:265.100 |
| <div style="position: absolute; top: 50%; left: 50%; transform: translate(-50%, -50%); font-size: 4em; opacity: 0.1;">/</div> | | | | 37:703.966 |

de Mallet durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|-------------------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 315.000 | 6:684.390 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 6:369.392 | |
| | | Saldo recolhido | 30:802.813 | 31:019.576 |
| | | A recolher | 216.763 | |
| | | | | 37:703.966 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------|--------------|------------|
| | 12 | Taxa da barreira | | 36:204.100 |
| | | | | 36:204.100 |

de Conchas durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força publica | | 2:958.300 |
| 4 | 1º | Secretaria de Estado | 180.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 6:025.000 | 6:205.000 |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 15:261.107 |
| | | Saldo recolhido | | 11:779.693 |
| | | | | 36:204.100 |

Secretaria de Finanças, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 2:010.000 | |
| | 2 | Polvora e arma de fogo | 320.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 6:934.866 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 123.441 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 10:930.305 | |
| | 10 | Gado para consumo | 801.000 | 21:119.612 |
| | 11 | 10% adicionais. | | 2:111.956 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 1:300.240 |
| | 19 | Divida Activa. | | 247.800 |
| | 22 | Receita eventual. | | 330.214 |
| | 23 | Taxa escolar | | 4:119.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 201.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 6:275.900 |
| | | | | |
| | | | | 35:705.722 |

de Campo Largo durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 3 | Repartição C. de Policia. | 303.040 | 2:625.040 |
| | 6 | Força Publica. | 2:680.000 | |
| | 11 | Presos pobres. | 242.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 300.000 | 7:228.030 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 6:928.030 | |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 35:705.722 |

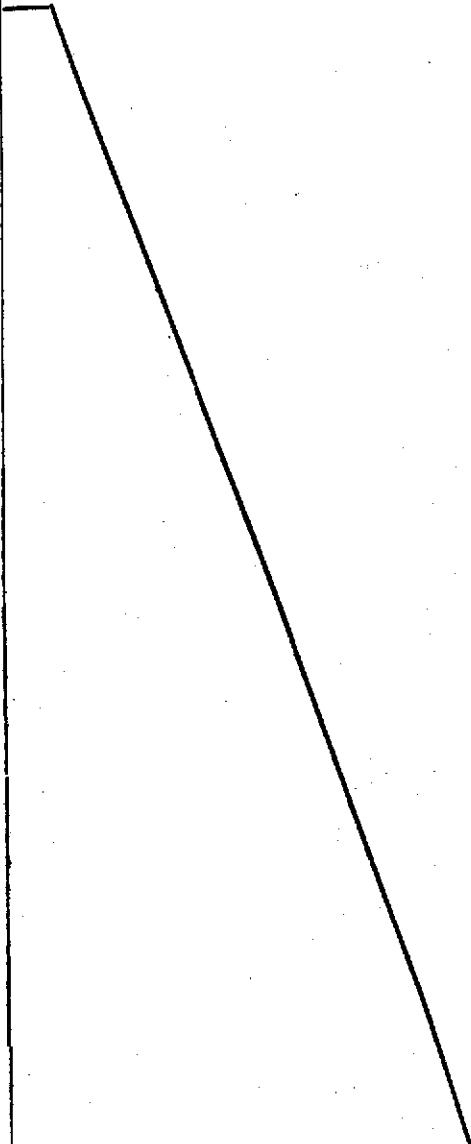
Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 2:020.000 | |
| | 2 | Polvora e arma de fogo | 80.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 2:871.142 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 2.700 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:150.662 | 8:124.504 |
| | 11 | 10% additionaes. | | 810.446 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 634.500 |
| | 20 | Divida Colonial | | 23:107.897 |
| | 22 | Receita eventual. | | 185.820 |
| | 23 | Taxa escolar | | 237.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 202.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 1:535.932 |
| | | | | |
| | | | | 34:838.099 |

de Serro Azul durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 3 | Repartição de Policia | 80.000 | 3:780.580 |
| | 6 | Força Publica | 3:397.580 | |
| | 11 | Presos pobres | 303.000 | |
| 4 | 1º | Secretaria de Estado | 180.000 | 4:610.340 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 4:430340 | |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 34:938.000 |

Movimento da Receita e Despesa da Comm. fiscal

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|--|-----|---------------------------------------|--------------|-------------------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado. | 466.000 | |
| | 9 | Exportações diversas | 206.299 | 672.299 |
| | 11 | 10 % adicionais | | 67.199 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 235.440 |
| | 15 | Patente Commercial. | | 6314.220 |
| | 16 | Exportação de herva matte | | 24683.445 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 731.320 |
|  | | | | |
| | | | | 32:703.923 |

de Fragosos durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3° | 6° | Força publica | | 2:801.100 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 25.000 | 16:411.560 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 16:386.560 | |
| | | Saldo recolhido | | 13:491.263 |
| | | | | 32:703.923 |

Secretaria de Finanças, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:653.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 398.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciaes | 70.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 7:423.250 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 28.000 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 10:583.626 | |
| | 9 | Exportações diversas | 94.320 | |
| | 10 | Gado para consumo | 835.800 | 21:085.996 |
| | 11 | 10% adicionais | | 2:108.596 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 950.120 |
| | 15 | Patente Commercial. | | 689.365 |
| | 20 | Divida colonial | | 3:369.346 |
| | 22 | Receita eventual. | | 367.978 |
| | 23 | Taxa escolar | | 432.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 165.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:578.710 |
| | | | | 31:747.111 |

de S. Matheus durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 3 | Repartição C. de policia | 40.000 | 5:423.415 |
| | 6 | Força publica | 4:968.415 | |
| | 11 | Presos pobres | 415.000 | |
| 4º | 1 | Secretaria de Estado | 250.000 | 6:995.531 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 6:745.531 | |
| 6º | 2 | Obras publicas em geral. | | 955.164 |
| | | Saldo recolhido | 18:176.458 | 18:373.001 |
| | | a recolher. | 196.543 | |
| | | | | 31:747.111 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.—L. Pereira.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 2:460.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 360.000 | |
| | 3 | Arrematações judiciaes | 342:000 | |
| | 6 | Industrias e profissões. | 7:731.909 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 127.286 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 7:873.170 | |
| | 10 | Gado para consumo. | 591.000 | 19:485.365 |
| | 11 | 10% additionaes. | | 1:948.540 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 817.200 |
| | 20 | Divida colonial | | 3:027.238 |
| | 22 | Receita eventual. | | 353.695 |
| | 23 | Taxa escolar | | 198.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 246.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 3:701.955 |
| | | | | 29:777.993 |

de Prudentópolis durante o exercício de 1913 1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força Publica | 2:247.950 | 2:988.950 |
| | 7 | Instrucção publica | 90.000 | |
| | 11 | Presos pobres | 651.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 236.666 | 5:015.161 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 4:778.495 | |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 8:618.488 |
| | | Saldo recolhido | | 13:155.394 |
| | | | | 29:777.993 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:920.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 600.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 4:324.465 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 84.164 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 6:312.227 | |
| | 10 | Gado para consumo | 12.300 | 13:235.156 |
| | 11 | 10%o additionaes | | 1:298.657 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 790.768 |
| | 22 | Receita eventual | | 346.623 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 6.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 192.000 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 9:331.736 |
| | | | | |
| | | | | 25:218.940 |

do Tibagy durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 2 | Secretaria de Estado | 25.000 | |
| | 3 | Repartição C. de Policia | 284.000 | |
| | 6 | Força publica | 2:750,562 | |
| | 11 | Presos pobres | 513.000 | 3:572.562 |
| 4º | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 4:978,952 | 5:098.952 |
| | | Saldo recolhido | 16:537.826 | |
| | | A recolher | 9.600 | 16:547.426 |
| | | | 25:218.940 | |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:200.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 80.000 | |
| | 5 | Gado exportado | 2:946.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:086.750 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 67.801 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 6:972.725 | |
| | 9 | Exportações diversas | 451.800 | |
| | 10 | Gado para consumo | 3.000 | 14:808.076 |
| | 11 | 10% additionaes | | 1:184.703 |
| | 12 | Taxa nas barreiras | | 759.300 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 1:423.540 |
| | 15 | Patente Commercial | | 4:735.369 |
| | 22 | Receita eventual | | 5.980 |
| | 23 | Taxa escolar | | 318.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 120.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 624.593 |
| | | | | 23:979.561 |

do Ribeirão Claro durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 3 | Repartição C. de policia | 300.000 | |
| | 6 | Força Publica | 4:154.500 | |
| | 11 | Presos pobres | 418.000 | 4:872.500 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 245.328 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 5:040.672 | 5:286.000 |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 438.672 |
| | | Saldo recolhido | | 13:382.389 |
| | | | | 23:979.561 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:240.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 260.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:081.250 | |
| | 7 | Taxo judiciaria | 132.981 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:624.400 | |
| | 9 | Exportações diversas. | 7:900.240 | |
| | 10 | Gado para consumo | 291.000 | 16:529.871 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 1:652.987 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 304.555 |
| | 15 | Patente Commercial | | 333.710 |
| | 16 | Exportação de herva matte | | 43.200 |
| | 22 | Receita eventual | | 30.833 |
| | 23 | Taxa escolar | | 639.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 125.280 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 2:135.800 |
| | | | | |
| | | | | 21:795.241 |

de Entre Rios durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força Publica | | 875.600 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | 5:099.683 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 4:979.683 | 15:819.958 |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 21:795.241 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914 — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--------------------------------|--------------|------------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado . | 3:296.000 | |
| | 9 | Exportações diversas. | 11:355.380 | 14:651.380 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 1:137.538 |
| | 12 | Taxa da barreira | | 1:208.700 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 139.000 |
| | 15 | Patente Commercial | | 4:307.668 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 37.200 |
| | | | | 21:481.486 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:825.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 160.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 6:974.950 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 107.585 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:906.228 | |
| | 9 | Exportações diversas | 394.080 | |
| | 10 | Gado para consumo | 663.000 | 14:030.843 |
| | 11 | 10% additionaes | | 1:403.575 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 1:453.400 |
| | 15 | Patente Commercial | | 18.480 |
| | 22 | Receita eventual | | 293.941 |
| | 23 | Taxa escolar | | 951.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 183.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:890.540 |
| | | | | |
| | | | | 21:225.139 |

do Imbituva durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3° | 3 | Repartição C. de Policia | 378.000 | |
| | 6 | Força publica | 1:124.200 | |
| | 7 | Instrução publica | 64.200 | |
| | 11 | Presos pobres | 972.000 | 2:838.400 |
| 4° | 1 | Secretaria de Estado | 180.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 4:509.764 | 4:689.764 |
| 6° | 2 | Obras publicas em geral | | 4:872.000 |
| | | Saldo recolhido | | 8:824.975 |
| | | | | 21:225.139 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.—*L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 825.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 40.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 4:034.567 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 297.040 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:642.260 | |
| | 9 | Exportações diversas. | 4:734.920 | |
| | 10 | Gado para consumo | 357.000 | 13:930.787 |
| | 11 | 10% additionaes | | 1:404.069 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 1:698.200 |
| | 15 | Patente Commercial | | 1:024.500 |
| | 22 | Receita eventual | | 105.518 |
| | 23 | Taxa escolar | | 138.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 82.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:132.252 |
| | | | | |
| | | | | 20:515.826 |

do Iraty durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 6º | Força publica | 2:448.300 | 2:675.300 |
| | 11 | Presos pobres | 227.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 180.000 | 6:407.565 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 6:227.565 | |
| | | Saldo recolhido | 10:749.117 | 11:432.961 |
| | | „ a recolher | 683.844 | |
| | | | | 20:515.826 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:470.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 540.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:099.900 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 23.230 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 6:170.604 | |
| | 9 | Exportações diversas. | 2:511.772 | |
| | 10 | Gado para consumo | 39.000 | 13:854.506 |
| | 11 | 10% adicionais | | 1:385.448 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 475.500 |
| | 15 | Patente Commercial | | 77.220 |
| | 22 | Receita eventual | | 278.646 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 1:392.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 147.000 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 2:204.550 |
| | | | | |
| | | | | 19:814.870 |

de Triumpho durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força Publica | 2:237.320 | 3:637.320 |
| | 11 | Presos pobres | 1:400.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 240.000 | 5:604.558 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 5:364.558 | 10:572.992 |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 19:814.870 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:710.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 180.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 5:465.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 13.570 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 5:847.300 | |
| | 10 | Gado para consumo | 495.000 | |
| | 11 | 10% additionaes | | 13:710.870 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 1:370.084 |
| | 22 | Receita eventual | | 575.700 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 112.224 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 465.000 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 171.000 |
| | | | | 2:822.450 |
| | | | | 19:227.328 |

de Ipyranga durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-----------------------------------|--------------|------------|
| 3° | 6° | Força publica | | 1:303.600 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 2:938.272 | 3:058.272 |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 4:902.892 |
| | | Saldo recolhido | 9:895.164 | |
| | | „ a recolher | 67.400 | 9:962.564 |
| | | | | 19:227.328 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 990.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:113.500 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 3.115 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:768.760 | |
| | 10 | Gado para consumo | 117.000 | |
| | 11 | 10% additionaes | | 7:992.375 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 799.236 |
| | 19 | Divida activa | | 580.600 |
| | 20 | Divida colonial | | 4.950 |
| | 22 | Receita eventual | | 6:806.798 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 373.508 |
| | 30 | Imposto territorial | | 99.000 |
| | | | | 2:500.695 |
| | | | | 19:157.162 |

de Itayopolis durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 3 | Repartição C. de policia | 18.000 | 1:521.025 |
| | 6 | Força Publica | 1:503.025 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado. | 120.000 | 3:044.800 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 2:024.800 | |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 19:157.162 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 30.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 140.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:866.461 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 850.512 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 8:193.904 | 13:080.877 |
| | 11 | 10% additionaes | | 1:308.067 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 808.540 |
| | 22 | Receita eventual | | 172.207 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 846.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 3.000 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 2:698.320 |
| | | | | |
| | | | | 18:917.011 |

de Thomazina durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3° | 6 | Força publica | 2:795.200 | 2:874.200 |
| | 11 | Presos pobres | 79.000 | |
| 4° | 1 | Secretaria de Estado | 180.000 | 3:604.642 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 3:424.642 | |
| 5° | 1 | Secretaria de Estado | . | 665.180 |
| | | Saldo recolhido | | 11:772.989 |
| | | | | 18:917.011 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914.

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--------------------------------|--------------|------------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado . | | 9:254.600 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 8.060 |
| | 12 | Taxa da barreira | | 1:262.800 |
| | 13 | Sal para consumo | | 511.845 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 112.800 |
| | 15 | Patente Commercial | | 5:017.845 |
| | | | | 16:167.950 |

do P. dos Leites durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------|--------------|------------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado. | 240.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 6:764.840 | 7:004.840 |
| | | Saldo recolhido | | 9:163.110 |
| | | | | 16:167.950 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:635.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 40.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:666.340 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 4:175.500 | 9:516.840 |
| | 11 | 10% additionaes | | 951.684 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 363.300 |
| | 15 | Patente Commercial | | 41.500 |
| | 22 | Receita eventual | | 153.837 |
| | 23 | Taxa escolar | | 3.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 160.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 3:985.176 |
| | | | | |
| | | | | 15:175.837 |

de Rio Branco durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|-------------------|
| 3 | 6 | Força Publica | | 621.990 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 360.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 2:783.036 | 3:143.036 |
| | | Saldo recolhido | | 11:410.811 |
| | | | | 15:175.837 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--|--------------|------------|
| | 4 | Imposto sobre animaes | 261.000 | |
| | 5 | Imposto sobre gado exportado | 10:679.600 | 10:940.600 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 375.920 |
| | 12 | Taxa da barreira | | 2:615.400 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 212.280 |
| | 15 | Patente Commercial | | 44.400 |
| | | | | 14:188.600 |

do Itararé durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-----------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 6 | Força publica | | 1:343.100 |
| 4º | 2 | Arrecadação das rendas | | 11:223.360 |
| 6º | 2 | Obras publicas em geral | | 80.000 |
| | | Saldo recolhido | | 1:542.140 |
| | | | | 14:188.600 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-------------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 1:050.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 2:982.250 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 191.018 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 2:044.389 | |
| | 10 | Gado para consumo | 1:539.000 | 7:806.657 |
| | 11 | 10%o addiconaes | | 780.664 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 832.850 |
| | 20 | Divida colonial | | 2:317.205 |
| | 22 | Receita eventual | | 691.390 |
| | 23 | Taxa escolar | | 514.050 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 102.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 981.140 |
| | | | | 14:025.956 |

de Morretes durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|------------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 3º | Repartição C. de policia | 216.000 | 2:291.290 |
| | 6 | Força publica | 1:894.280 | |
| | 11 | Presos pobres | 181.000 | |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 240.000 | 2:958.850 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 2:718.850 | |
| | | Saldo recolhido | | 8:775.826 |
| | | | | 14:025.956 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 582.750 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 2:326.750 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 418.521 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 4:171.240 | |
| | 9 | Exportações diversas | 226.520 | |
| | 10 | Gado para consumo | 318.000 | 8:043.781 |
| | 11 | 10% additionaes | | 804.377 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 266.200 |
| | 15 | Patente Commercial | | 570.000 |
| | 22 | Receita eventual | | 189.187 |
| | 23 | Taxa escolar | | 1:041.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 55.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:479.900 |
| | | | | 13:449.945 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|--|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 705.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 40.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 4:153.750 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 910.537 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:382.972 | |
| | 10 | Gado para consumo | 126.000 | 9:318.259 |
| | 11 | 10% adicionais | | 931.815 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 1:093.000 |
| | 22 | Receita eventual | | 66.963 |
| | 23 | Taxa escolar | | 177.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 63.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 1:610.400 |
| <div style="border-left: 1px solid black; border-right: 1px solid black; height: 100px; width: 100%; position: relative;"> </div> | | | | 13:260.437 |

de S. J. da B. Vista durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 11 | Presos pobres | | 122.000 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 180.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 4:093.505 | 4:273.505 |
| | | Saldo recolhido | | 8:864.932 |
| | | | | 13:260.437 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 930.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 4:029.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 1.000 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:399.540 | 8:359.540 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 835.954 |
| | 22 | Receita eventual | | 119.563 |
| | 23 | Taxa escolar | | 516.200 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 87.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:566.350 |
| | | | | |
| | | | | 12:484.807 |

do Tamandaré durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3 | 6 | Força Publica | | 1:203.000 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 180.000 | 2:050.000 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 1:870.000 | 9:231.807 |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 12:484 807 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 820.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 3:742.000 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 2:950.728 | 7:512.728 |
| | 11 | 10% adicionais | | 750.770 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 125.200 |
| | 22 | Receita eventual | | 121.079 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 51.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 82.000 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 2:989.300 |
| | | | | |
| | | | | 11:632.077 |

da Campina Grande durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 6º | Força publica | | 1:135.461 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | 2:775.300 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 2:655.300 | 7:721.316 |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 11:632.077 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------|--------------|-------------------|
| | 12 | Taxa da barreira | | 10:516.100 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 149.600 |
| | | | | 10:665.700 |

da Restinga Secca durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|------------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 300.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 2:435.000 | 2:735.000 |
| | | Saldo recolhido | | 7:930.700 |
| | | | | 10:665.700 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|------------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 675.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 120.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 2:590.432 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 3:748.400 | |
| | 10 | Gado para consumo | 219.000 | 7:352.832 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 736.263 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 202.000 |
| | 15 | Patente Commercial | | 96.115 |
| | 22 | Receita eventual | | 133.908 |
| | 23 | Taxa escolar | | 279.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 67.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 1:473.557 |
| | | | | |
| | | | | 10:341.175 |

de Deodoro durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|------------|
| 3º | 6 | Força publica | | 991.000 |
| 4º | 1 | Secretaria de Estado. | 240.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 2.340.000 | 2.580.000 |
| | | Saldo recolhido | | 6.770.175 |
| | | | | 10.341.175 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--------------------------------|--------------|-----------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado . | | 3:872.800 |
| | 11 | 10% adicionais | | 15.880 |
| | 12 | Taxa das barreiras | | 685.400 |
| | 15 | Patente Commercial | | 4:700.515 |
| | | | | 9:274.595 |

do Passo do Allemão durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas | | 2:640.000 |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 480.000 |
| | | Saldo recolhido | | 6:154.595 |
| | | | | 9:274.595 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 735.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 80.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 2:463.937 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 1:539.700 | 4:818.637 |
| | 11 | 10% adicionais | | 485.383 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 163.000 |
| | 22 | Receita eventual | | 115.546 |
| | 23 | Taxa escolar | | 444.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 73.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:158.340 |
| | | | | |
| | | | | 8:258.406 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | SS | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 615.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:913.250 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 2.250 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 2:798.300 | 5:328.800 |
| | 11 | 10% adicionaes | | 532.930 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 162.800 |
| | 22 | Receita eventual | | 15.125 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 402.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 61.500 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 1:252.400 |
| | | | | |
| | | | | 7:755.555 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 585.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:431.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 3.175 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 1:866.630 | 3:885.805 |
| | 11 | 10% adicionais | | 388.588 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 119.300 |
| | 22 | Receita eventual | | 3.150 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 222.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 58.500 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 2:398.900 |
| | | | | |
| | | | | 7:076.243 |

de Conchas durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|---------------------------|-----|----------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 1:074.696 | 1:194.696 |
| Saldo recolhido | | | 5:881.547 | |
| | | | | 7:076.243 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 585.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 40.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 723.845 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 1.112 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 1:036.740 | 2:386.697 |
| | 11 | 10% addiconaes | | 238.472 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 175.400 |
| | 22 | Receita eventual | | 95.497 |
| | 23 | Taxa escolar | | 315.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 58.500 |
| | 30 | Imposto territorial | | 3:261.200 |
| | | | | 6:530.766 |

de Ambrosios durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 1:272.286 | 1:392.286 |
| | | Saldo recolhido | | 5:138.480 |
| | | | | 6:530.766 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|--------------------------------|--------------|-----------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado . | 3:614.000 | |
| | 11 | 10% additionaes | 2.000 | |
| | 12 | Taxa da barreira | 338.200 | |
| | 14 | Sellos, etc. | 81.600 | |
| | 15 | Patente Commercial | 2:258.285 | |
| | | | | |
| | | | | 6:294.085 |

do P. dos Barbozas durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-----------------------------------|--------------|-----------|
| 4º | 1 | Secretaria de Estado | 240.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 4:303.200 | 4:543.200 |
| 6º | 2 | Obras publicas em geral | | 480.000 |
| | | Saldo recolhido | | 1:270.885 |
| | | | | 6:294.085 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|----------------------------|--------------|-----------|
| | 12 | Taxa da barreira | | 5:968.700 |
| | | | | 5:968.700 |

do Jangada durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-----------------------------------|--------------|-----------|
| 3 | 6 | Força Publica | | 106.600 |
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas. | | 3:254.342 |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 470.000 |
| | | Saldo recolhido | | |
| | | | | 5:968.700 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 534.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 120.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 816.000 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 28.400 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 687.150 | |
| | 10 | Gado para consumo | 33.000 | 2:218.550 |
| | 11 | 10% adicionais | | 202.714 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 128.500 |
| | 19 | Divida activa | | 28.425 |
| | 22 | Receita eventual | | 126.839 |
| | 23 | Taxa escolar | | 141.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 54.000 |
| | 30 | Imposto territorial | | 2:588.310 |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | 5:488.338 |

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 885.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:880.100 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 2.058 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 250.260 | 3:017.418 |
| | 11 | 10 % additionaes | | 301:741 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 180.100 |
| | 22 | Receita eventual | | 54.014 |
| | 23 | Taxa escolar | | 159.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 88.500 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 1:058.647 |
| | | | | |
| | | | | 4:859.420 |

de Guarakessaba durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|-----------|
| 4º | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 1:030.246 | |
| | 6 | Exercicios findos | 10.000 | 1:160.246 |
| | | Saldo recolhido | | 3:699.174 |
| | | | | 4:859.420 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--------------------------------|--------------|-----------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado . | | 1:800.000 |
| | 12 | Taxa da barreira | | 281.300 |
| | 15 | Patente Commercial | | 2:585.700 |
| | | | | 4:667.000 |

de S. J. do Christianismo durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-----------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 180.000 | 3:540.000 |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 3:360.000 | |
| 6 | 2 | Obras publicas em geral | | 480.000 |
| | | Saldo recolhido | | 647.000 |
| | | | | 4:667.000 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 450.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 160.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:421.500 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 1.500 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 697.600 | |
| | 10 | Gado para consumo | 174.000 | 2:904.600 |
| | 11 | 10% adicionaes | | 290.460 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 101.900 |
| | 22 | Receita eventual | | 25.160 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 501.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 46.500 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 712.100 |
| | | | | |
| | | | | 4:581.720 |

de Palmyra durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------|--------------|-----------|
| 3 | 6 | Força Publica | | 881.800 |
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 300.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 1.083.214 | 1:383.214 |
| | | Saldo recolhido | | 2:316.706 |
| | | | | 4:581.720 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 540.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:041.500 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 885.540 | 2:467.040 |
| | 11 | 10 % adicionaes | | 246.704 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 173.100 |
| | 22 | Receita eventual | | 110.021 |
| | 23 | Taxa escolar. | | 87.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 54.000 |
| | 30 | Imposto territorial. | | 1:175.300 |
| | | | | 4:313.165 |

de Ambrosios durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|----------------------------------|--------------|-----------|
| 4º | 1 | Secretaria de Estado | 120.000 | |
| | 2 | Arrecadação das rendas | 1:200.000 | 1:320.000 |
| | | Saldo recolhido | | 2:993.165 |
| | | | | 4:313.165 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 390.000 | |
| | 2 | Polvora e armas de fogo | 100.000 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 1:795.500 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 42.000 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades | 1:105.600 | |
| | 9 | Exportações diversas. | 6.000 | 3:439.100 |
| | 11 | 10% adicionais | | 343.910 |
| | 14 | Sellos, etc.. | | 3.500 |
| | 22 | Receita eventual | | 33.823 |
| | 24 | Imposto de propaganda. | | 41.860 |
| | 30 | Imposto territorial | | 395.010 |
| | | | | 4:257.203 |

de Jaboticabal durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas | | 1:221.266 |
| | | Saldo recolhido | | 3:035.937 |
| | | | | 4:257.203 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira*

Movimento da Receita e Despesa da Agencia

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|--|-----|-----------------------------------|--------------|-----------|
| | 1 | Liquidos espirituosos | 352.500 | |
| | 6 | Industrias e profissões | 925.125 | |
| | 7 | Taxa judiciaria | 338 | |
| | 8 | Transmissão de propriedades . . | 296.201 | 1:574.164 |
| | 11 | 10% adicionais | | 157.414 |
| | 14 | Sellos, etc. | | 128.800 |
| | 19 | Divida activa | | 4.200 |
| | 22 | Receita eventual | | 68.850 |
| | 23 | Taxa escolar | | 87.000 |
| | 24 | Imposto de propaganda | | 35.250 |
| | 30 | Imposto territorial | | 655.265 |
| <div style="border-left: 1px solid black; border-right: 1px solid black; height: 100px; width: 100%;"></div> | | | | 2:710.943 |

de Guaratuba durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 1 | Secretaria de Estado | 110.000 | 930.166 |
| | 2 | Arrecadação das rendas. | 820.166 | |
| | | Saldo recolhido | | 1:780.777 |
| | | | | 2:710.943 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

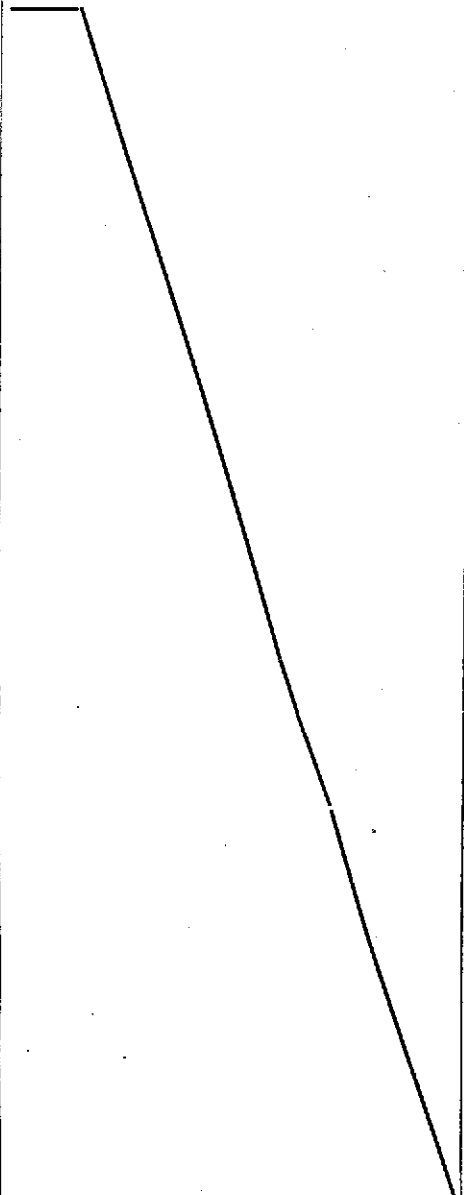
Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|--------------------------------|--------------|----------|
| | 5 | Imposto sobre gado exportado . | | 679.500 |
| | 11 | 10% additionaes | | 3.850 |
| | 12 | Taxa da barreira | | 929.200 |
| | 15 | Patente Commercial | | 773.123 |
| | | | | 2385.673 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-------------------------------------|--------------|-----------|
| | 12 | Taxa da barreira | 1:168.500 | |
| | 14 | Sellos, etc. | 131.200 | 1:299.700 |
| | | Arrecadação do mez de Junho de 1914 | | 1:299.700 |

do Portão durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|--|-----|--------------------------------|--------------|-----------|
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas | | 502.800 |
| | | Saldo recolhido | | 796.900 |
|  | | | | |
| | | | | 1:299.700 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-------------------------------------|--------------|-----------|
| 1 | 12 | Taxa da barreira | 977.400 | 1:089.400 |
| | 14 | Sellos, etc. | 112.000 | |
| | | | | |
| | | Arrecadação do mez de Junho de 1914 | | 1:089.400 |

do Banhado durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|--|--------------|--------------------|
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas. . . . Saldo recolhido | | 283.620 805.780 |
| | | | | 1:089.400 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|-------------------------------------|--------------|---------|
| | 12 | Taxa da barreira | 652.200 | |
| | 14 | Sellos, etc.. | 112.000 | 764.200 |
| | | Arrecadação do mez de Junho de 1914 | | 764.200 |

do Bariguy durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|--------------------------------|--------------|---------|
| 4º | 2 | Arrecadação das rendas | | 256.660 |
| | | Saldo recolhido | | 507.540 |
| | | | | 764.200 |

Secretaria de Fazenda, em 31 de Dezembro de 1914. — *L. Pereira.*

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-------------------------------------|--------------|---------|
| | 12 | Taxa da barreira | | 474.500 |
| | | Arrecadação do mez de Junho de 1914 | | 474.500 |

do Bacachery durante o exercicio de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|--------------------------------|--------------|---------|
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas | | 344.000 |
| | | Saldo recolhido | | 130.500 |
| | | | | 447.500 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTÂNCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-------------------------------------|--------------|---------|
| | 12 | Taxa da barreira | | 394.450 |
| | | Arrecadação do mez de Junho de 1914 | | 394.450 |

do Ahú durante o exercício de 1913-1914

| ARTS. | §§ | DENOMINAÇÃO DA DESPESA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|----|---------------------------------|--------------|---------|
| 4 | 2 | Arrecadação das rendas. | | 180.000 |
| | | Saldo recolhido | | 214.450 |
| | | | | 394.450 |

Movimento da Receita e Despesa da Barreira

| ARTS. | § § | DENOMINAÇÃO DA RECEITA | IMPORTANCIAS | TOTAL |
|-------|-----|-------------------------------------|--------------|---------|
| | 12 | Taxa da barreira | | 224.700 |
| | | Arrecadação do mez de Junho de 1914 | | 224.700 |

